



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PAULO VICTOR DA SILVA

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS JUVENTUDES DE FORTALEZA- CE: UMA
AVALIAÇÃO EM PROFUNDIDADE SOBRE A ATUAÇÃO DE JOVENS NEGROS A
PARTIR DO EIXO CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PROGRAMA
BOLSA JOVEM**

FORTALEZA

2026

PAULO VICTOR DA SILVA

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS JUVENTUDES DE FORTALEZA- CE: UMA
AVALIAÇÃO EM PROFUNDIDADE SOBRE A ATUAÇÃO DE JOVENS NEGROS A
PARTIR DO EIXO CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PROGRAMA
BOLSA JOVEM

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas. Área de concentração: Políticas Públicas e Mudanças Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Júlio Ramon Teles da Ponte.

FORTALEZA

2026

PAULO VICTOR DA SILVA

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS JUVENTUDES DE FORTALEZA- CE: UMA
AVALIAÇÃO EM PROFUNDIDADE SOBRE A ATUAÇÃO DE JOVENS NEGROS A
PARTIR DO EIXO CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PROGRAMA
BOLSA JOVEM

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas. Área de concentração: Políticas Públicas e Mudanças Sociais.

Aprovada em: 28/04/2026

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Júlio Ramon Teles da Ponte (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dra. Antônia Emanuela Oliveira de Lima
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dra. Milena Marcintha Alves Braz
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFCE)

Prof.^a Dra. Jamile Lourdes Ferreira Tajra
Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA)

A vida, que sempre me sorriu em momentos difíceis.

A minha família, que de alguma forma sempre torceu pelas minhas vitórias.

Aos meus amigos, que sempre estiveram comigo nos dias alegres e tristes.

A minha gatinha Maggye e meu gato Serafim, que chegaram recentemente em minha vida e que já sinto um amor incondicional por eles.

E ao meu companheiro Victor, a quem amo e que se fez minha base nesse árduo caminho que trilhei na pós-graduação.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de começar agradecendo primeiramente a vida, seja ela traduzida por alguma divindade ou religião. Sempre confiei que na minha trajetória, existiriam vários momentos bonitos e que de alguma forma a vida sorriria para mim ao final de cada passo percorrido.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas – PPGAPP, pelas oportunidades oferecidas, aos professores que estiveram presente em minha jornada, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pelo investimento concedido e as oportunidades que me foram oferecidas e ao meu professor/orientador Júlio Ramon, que mesmo não obtendo tamanha proximidade com meu tema de pesquisa, me ajudou durante esse processo naquilo que foi possível.

A minha família, que sempre torceu pelas minhas vitórias e mesmo não estando presente como no período da graduação, sempre me incentivaram a buscar o caminho dos estudos.

Ao meu companheiro e amor de vida Victor Valentim, que esteve comigo desde o processo de seleção do mestrado, sempre acreditando e me incentivando até nos dias mais difíceis que enfrentei durante esse processo. É com todo meu amor, que agradeço a você pela paciência e calma que sempre teve comigo.

Aos meus queridos amigos, Mirla Nobre e Ricardo Andrade por todo amor e companheirismo ao longo desses quase 15 anos de amizade. Sem o apoio de vocês no passado eu jamais teria chegado onde estou hoje.

Aos meus amigos queridos que a universidade me trouxe, Yara Bruna, Yara Marques, Rômulo, Pedro Matheus, Ana Paula, Clara, Vitória e Taciana. Em especial gostaria de agradecer a Mandacaru Soluções, composta por algumas de minhas amigas e que me ajudou no processo de escrita e orientação do projeto na seleção do mestrado.

A família do meu namorado, em especial sua mãe Priscila e avó Maria José que me abrigaram, incentivaram e criaram um espaço de estudo em sua casa para que eu pudesse estudar durante a seleção do mestrado. Elas foram essenciais na minha aprovação e acredito que até hoje não sabem a dimensão do que fizeram por mim.

Aos meus amigos de trabalho, que ao final da bolsa pude contar com um ambiente de trabalho que me ajudou nesse processo de escrita, em especial a Diretora Liduina, o

Coordenador Will, aos professores e amigos Juliana, Larissa, Andréa, Valbia, Felipe e Abner. Obrigado, por serem essenciais nesse processo.

Aos meus colegas de turma do mestrado, que sempre se mostraram solícitos a me ajudarem quando precisei. Os nossos intervalos das aulas regados de café, foram essenciais para suportar os dias mais difíceis na pós-graduação.

Aos profissionais e bolsistas do Programa Bolsa Jovem, que participaram de forma voluntária das entrevistas. Sem a participação de vocês essa pesquisa não existiria.

Aos professores que fizeram parte da banca de qualificação e aos que fazem parte da banca de dissertação, certamente se escolhi vocês para avaliarem essa pesquisa é porque admiro imensamente o trabalho de vocês.

Por fim, agradeço aos jovens negros do Programa Bolsa Jovem, espero que na caminhada de vocês a vida seja boa e que possam ser livres para viverem tudo aquilo que sonham.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

“Me afastarei dessa casa habitada apenas
por ilusões e engodos
Voltarei para o mar, rastejando se for
preciso
Voltarei para as minhas águas e as
minhas terras
E me vingarei”

(Urias, 2025).

RESUMO

O presente trabalho pretende realizar uma análise sobre as políticas públicas de Fortaleza direcionadas as juventudes, mais precisamente, uma Avaliação em Profundidade (AP) sobre a atuação dos jovens negros no Programa Bolsa Jovem da Prefeitura Municipal de Fortaleza, a partir do eixo cidadania e participação social presentes na política. Apoiando-se em autores como, Pierre Bourdieu (1983), José Machado Pais (1990), Victor Vincent Valla (1989), Eduardo Navarro Stotz (1989), Maria Izabel Costa (2018) e Aurea Maria Ianni (2018), que fomentam o debate sobre as categorias de Cidadania; Participação Social e Juventudes. Se faz o esforço de estabelecer um exercício canalizador de alinhar esses conceitos, abordando autoras que buscam compreender em sua literatura as categorias de Raça; Gênero e Classe. Essas autoras, como Conceição Evaristo (2022), Carla Akotirene (2019), Kimberle Crenshaw (2002), Nilma Lino Gomes (2018) e Eliane Cavalleiro (2024) colocam a população negra do Brasil no centro do debate para discutirmos as categorias presentes na pesquisa. Essa literatura nos ajuda a questionar, sobre como o Programa Bolsa Jovem da Prefeitura Municipal de Fortaleza, implementa ações para a atuação dos jovens negros em seu eixo de cidadania e participação social. No percurso inicial da pesquisa, buscou-se compreender os possíveis impactos e limites do Programa Bolsa Jovem enquanto política pública voltada às juventudes da capital. A partir das discussões teóricas e das primeiras aproximações com o objeto de estudo, foram elaboradas duas hipóteses centrais que orientaram o desenvolvimento da investigação. Essas hipóteses partiram tanto da percepção dos possíveis efeitos positivos do programa na vida dos jovens beneficiados, quanto da identificação de entraves institucionais e políticos que poderiam comprometer sua continuidade e efetividade enquanto política pública de juventude. Dessa forma, as hipóteses constituíram elementos fundamentais para direcionar a análise crítica acerca da formulação, implementação e alcance social do Programa Bolsa Jovem. As ferramentas metodológicas pretendidas a serem utilizadas nesta pesquisa qualitativa são: observação de campo (virtual e presencial), pesquisa documental, aplicação de questionários e realização de entrevistas semiestruturadas. Por fim, será feita uma triangulação entre essas técnicas de pesquisa, buscando alcançar os objetivos finais do estudo. Alinha-se, assim, a uma inspiração em investigação etnográfica, que busca

compreender as formas de organização social a partir do ponto de vista dos atores que vivenciam aquele campo. Por fim, ao encontro do objetivo principal desse trabalho, se procura entender como o município de Fortaleza que pensa, formula e implementa políticas públicas direcionadas a esse público, está compreendendo as noções de juventudes, cidadania e participação social, em um contexto de constantes transformações sociais vivenciadas pelos jovens negros imersos em seus projetos sociais.

Palavras-chave: juventude; políticas públicas; participação social e cidadania.

RESUMEN

Este trabajo analiza las políticas públicas de Fortaleza dirigidas a la juventud, específicamente, realiza una Evaluación Profunda (EP) del desempeño de los jóvenes negros en el Programa Bolsa Jovem de la Municipalidad de Fortaleza, con base en el eje de ciudadanía y participación social presente en la política. Se apoya en autores como Pierre Bourdieu (1983), José Machado País (1990), Víctor Vincent Valla (1989), Eduardo Navarro Stotz (1989), María Izabel Costa (2018) y Aurea María Ianni (2018), quienes impulsan el debate sobre las categorías de Ciudadanía, Participación Social y Juventud. Se busca establecer un ejercicio de canalización para alinear estos conceptos, abordando a autores que buscan comprender en su literatura las categorías de Raza, Género y Clase. Estos autores, como Conceição Evaristo (2022), Carla Akotirene (2019), Kimberle Crenshaw (2002), Nilma Lino Gomes (2018) y Eliane Cavalleiro (2024), sitúan a la población negra de Brasil en el centro del debate para analizar las categorías presentes en la investigación. Esta literatura nos ayuda a cuestionar cómo el Programa Bolsa Jovem del Municipio de Fortaleza implementa acciones para la participación de jóvenes negros en su eje de ciudadanía y participación social. En las etapas iniciales de la investigación, buscamos comprender los posibles impactos y limitaciones del Programa Bolsa Jovem como política pública dirigida a la juventud de la capital. A partir de las discusiones teóricas y los primeros acercamientos al objeto de estudio, se desarrollaron dos hipótesis centrales que guiaron la investigación. Estas hipótesis surgieron tanto de la percepción de los posibles efectos positivos del programa en la vida de los jóvenes beneficiarios como de la identificación de obstáculos institucionales y políticos que podrían comprometer su continuidad y efectividad como política pública de juventud. Así, las hipótesis constituyeron elementos fundamentales para guiar el análisis crítico sobre la formulación, implementación y alcance social del Programa Bolsa Jovem. Las herramientas metodológicas que se emplearán en esta investigación cualitativa son: observación de campo (virtual y presencial), investigación documental, aplicación de cuestionarios y realización de entrevistas semiestructuradas. Finalmente, se realizará una triangulación entre estas técnicas de investigación, con el fin de alcanzar los objetivos finales del estudio. Esto se alinea con la investigación etnográfica, que busca comprender las formas de organización social desde la perspectiva de los actores que

viven ese ámbito. Por último, en consonancia con el objetivo principal de este trabajo, buscamos comprender cómo el municipio de Fortaleza, que concibe, formula e implementa políticas públicas dirigidas a este público, comprende las nociones de juventud, ciudadanía y participación social, en un contexto de constantes transformaciones sociales experimentadas por jóvenes negros inmersos en sus proyectos sociales.

Palabras clave: juventud; políticas públicas; participación social y ciudadanía.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	% de vítimas de mortes violentas por faixa etária, por raça/cor no brasil (2021-2023)	20
Figura 2 –	Taxa de mortes violentas por 100 mil habitantes por raça/cor e por sexo da vítima (0-19 anos) no brasil	21
Figura 3 –	– Ilustração da obra de crenshaw, 2002	48
Figura 4 –	Ilustração da obra de crenshaw, 2002	49
Figura 5 –	Dados sobre a pesquisa de opinião realizada pela secretaria nacional de juventude	59
Figura 6 –	Mapa dos equipamentos culturais da juventude em Fortaleza.....	68
Figura 7 –	Distribuição dos respondentes segundo identidade de gênero.....	77
Figura 8 –	Distribuição dos respondentes segundo raça/cor.....	78
Figura 9 –	Distribuição por faixa etária dos participantes do programa bolsa jovem.....	78
Figura 10 –	Entrevistados respondem se foram encaminhados para algum emprego ou curso relacionado ao seu eixo formativo após o termino do programa.....	80
Figura 11 –	Entrevistados respondem se continuaram a realizar atividades relacionadas ao eixo formativo em que participou durante o programa.....	82
Figura 12 –	Escala de contribuição do programa bolsa jovem para o desenvolvimento das habilidades juvenis no eixo em que os bolsistas atuavam (0 representa “nenhuma satisfação e 10 “contribuição máxima)	88
Figura 13 –	Escala de contribuição do programa bolsa jovem para o desenvolvimento do bolsista como cidadão após o término da bolsa.....	88
Figura 14 –	Percepção dos jovens bolsistas sobre a contribuição do programa bolsa jovem para a promoção da igualdade social...	89

Percepção dos jovens bolsistas sobre a contribuição do

Figura 15 – programa bolsa jovem para a promoção da igualdade racial... 89

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Objetivo Geral e Objetivos Específicos da Pesquisa.....	23
Tabela 2 –	Caracterização da pesquisa.....	26
Tabela 3 –	Procedimentos Metodológicos da Pesquisa.	27
Tabela 4 –	Tabela síntese do desenho metodológico da pesquisa de campo.....	32
Tabela 5 –	Áreas do conhecimento contempladas pelo programa bolsa jovem.....	61
Tabela 6 –	Programas voltados à juventude no plano plurianual do município de fortaleza (2006–2009)	64
Tabela 7 –	Programas voltados à juventude no plano plurianual do município de fortaleza (2010–2013)	64
Tabela 8 –	Programas voltados à juventude no plano plurianual do município de fortaleza (2014–2017)	66
Tabela 9 -	Desempenho Físico Das Ações Finalísticas - 2014-2017.....	66
Tabela 10 –	Orçamento criança e adolescente exclusivo – PPA 2022–2025.....	67
Tabela 11 –	Distribuição dos participantes por eixo formativo.....	84
Tabela 12 –	Distribuição dos participantes por unidade do cuca.....	84
Tabela 13 –	Frequência semanal de realização das atividades.....	85
Tabela 14 –	Proximidade da residência do bolsista com algum cuca.....	85
Tabela 15 –	Dificuldade de cumprimento das atividades da bolsa.....	86
Tabela 16 –	Tempo de permanência dos jovens no programa bolsa jovem..	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CUCA	Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte
ONU	Organização das Nações Unidas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
AP	Avaliação em Profundidade
PPGAPP	Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas
PT	Partido dos Trabalhadores.
PDT	Partido Democrático Trabalhista
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
OECD	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.
UNE	União Nacional dos Estudantes
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros/Travestis, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-binários e o "+" para outras vivências, buscando inclusão, visibilidade e garantia de direitos.
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
PNE	Plano Nacional de Educação
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SINAJUVE	Sistema Nacional de Juventude
PNJ	Plano Nacional de Juventude
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
CEPPJ	Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude
SEJUV	Secretaria Municipal da Juventude
OP	Orçamento Participativo
PPA	Plano Plurianual

PROREDES	Programa de Fortalecimento da Inclusão Social e Redes de Atenção
IMDS	Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social
OGU	Orçamento Geral da União
PIB	Produto Interno Bruto
EEMTI	Escola de Ensino Médio de Tempo Integral
HGF	Hospital Geral de Fortaleza

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	18
1.1	Delimitação do objeto de estudo: políticas públicas voltadas a juventude negra.....	19
2	ABORDAGEM METODOLÓGICA E OS OBJETIVOS DA PESQUISA: CAMINHOS DA PESQUISA.....	23
2.1	Percurso Traçado pela pesquisa.....	24
2.2	Reconfiguração da Pesquisa e Entrevistas.....	28
2.3	Análise de dados.....	30
3	TRAJETÓRIA DAS PERSPECTIVAS AVALIATIVAS.....	33
3.1	A Avaliação em Profundidade: uma epistemologia contra hegemônica.....	37
3.2	A escolha pela Avaliação em Profundidade.....	39
4	CATEGORIAS DE ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA JOVEM.....	43
4.1	Juventudes, Territorialidade, Classe, Raça e Gênero: um debate sobre as interseccionalidades que estruturam as vidas dos jovens bolsistas do Programa Bolsa Jovem.....	43
5	DISCUSSÃO DOS EIXOS DA AVALIAÇÃO EM PROFUNDIDADE..	52
5.1	Análise de conteúdo do Programa Bolsa Jovem: a política nacional de juventude nos últimos anos no Brasil.....	52
5.2	Contexto da Formulação da Política do Bolsa Jovem no Município de Fortaleza.....	60
5.3	Trajetória institucional e Política na formulação do Programa Bolsa Jovem.....	63
5.4	O contexto e o espectro temporal e territorial do programa bolsa jovem no município de Fortaleza: o que a pesquisa de campo nos mostra.....	70
5.4.1	<i>A política do Bolsa Jovem a partir da perspectiva da gestão e implementação.....</i>	70
5.4.2	<i>O perfil dos jovens bolsistas e suas percepções sobre o Programa Bolsa Jovem.....</i>	74

5.4.3	<i>A juventude negra e suas histórias de vida no Programa Bolsa Jovem.....</i>	91
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
	REFERÊNCIAS	106
	APÊNDICE A – INSTRUMENTOS DE ENTREVISTAS GERAIS (QUESTIONÁRIO ONLINE GOOGLE FORMULÁRIOS)	114
	APÊNDICE B – INSTRUMENTOS DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADAS.....	121
	APÊNDICE C – INSTRUMENTOS DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	123
	ANEXO A: GRUPO DOS EX-BOLSISTAS NO WHATSAPP PARA TROCA DE INFORMAÇÕES.....	125

1 INTRODUÇÃO

O interesse pela temática das juventudes tem permeado minha trajetória acadêmica, tanto nas pesquisas desenvolvidas ao longo da graduação quanto nas atividades vinculadas às bolsas de iniciação à docência, constituindo meu principal campo de investigação e ensino. No âmbito do Congresso Brasileiro de Sociologia, em 2019, apresentei o trabalho intitulado “O Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte – CUCA Barra: Juventude e Reconfiguração dos Territórios Urbanos em Fortaleza/CE”. Essa investigação teve como objetivo analisar de que maneira políticas públicas podem intervir na configuração do espaço urbano e, simultaneamente, influenciar as trajetórias de jovens que usufruem das oportunidades ofertadas pelo CUCA. A partir desse estudo, consolidou-se meu interesse pelo campo das políticas públicas voltadas às juventudes em Fortaleza, delineando-se, assim, minha linha de pesquisa acadêmica.

Para além da perspectiva de pesquisador, a categoria juventude faz parte do meu cotidiano, na medida em que estou inserido neste demarcador temporal e sou professor de jovens no Ensino Médio. A experiência de ser jovem e se identificar como homem negro ao longo de minha trajetória acadêmica, possibilitou a reflexão crítica sobre as interseccionalidades¹ que atravessam a juventude negra, revelando dimensões de exclusão social, racial e territorial. No mesmo passo, desenvolvi interesse pelas políticas públicas que promovem transformações sociais, pois ao longo de minha vida, fui beneficiário de programas voltados a parcelas vulneráveis da população. Nesse sentido, mesmo antes de ingressar na universidade, construí um repertório de compreensão acerca dos impactos que políticas públicas podem gerar na vida de jovens negros e residentes em territórios periféricos.

É fundamental para mim, enquanto pesquisador, situar o território da minha origem, a periferia, que historicamente é marcada por estereótipos, sobretudo sobre seus moradores. Nascido e criado na periferia de Fortaleza, no bairro do Presidente Kennedy, estive exposto às múltiplas vulnerabilidades que afetam a experiência de crianças negras. A educação foi, desde sempre, apresentada por minha mãe como a

¹ “O conceito visa explicar a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, bem como as articulações decorrentes daí, que imbricadas repetidas vezes, colocam as mulheres negras mais expostas e vulneráveis aos trânsitos das estruturas” Disponível em: <http://casefala.com.br/site/a-interseccionalidade/> Acesso em: 25/03/2025.

principal alternativa de ascensão social, assim como as políticas de assistência social, que me garantiram suporte material e contribuíram para a manutenção do desenvolvimento em minha vida.

Nesse contexto, reconheço a relevância e o potencial transformador das políticas públicas e programas sociais na vida de seus beneficiários. Como pesquisador das Ciências Sociais, observei que tais políticas podem constituir instrumentos de promoção da equidade social, em sociedades marcadas por extremas desigualdades estruturais.

1.1 Delimitação do objeto de estudo: Políticas Públicas Voltadas a Juventude Negra

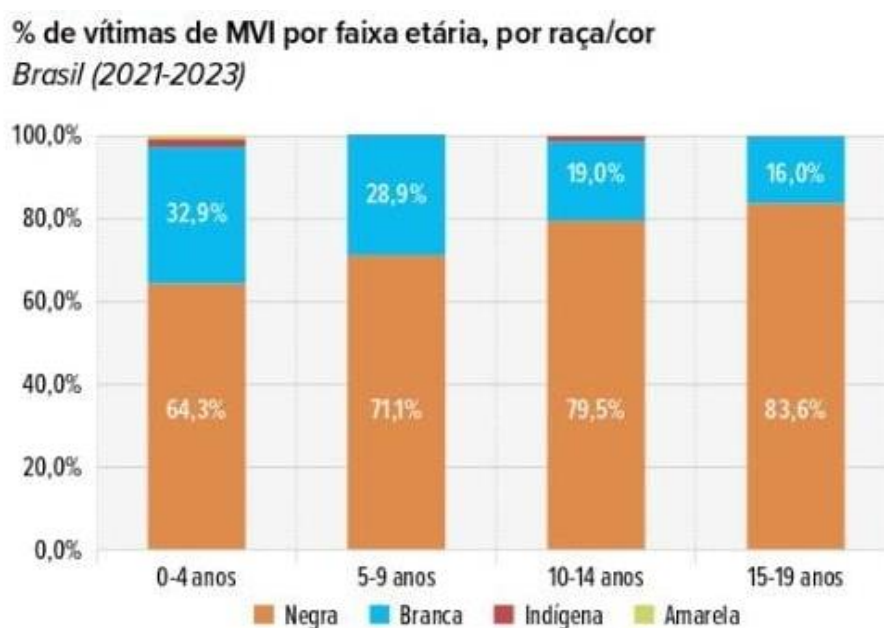
A partir desse cenário social, direciono meus estudos para a investigação de políticas públicas voltadas às juventudes negras, considerando suas múltiplas pluralidades e complexidades. A Organização das Nações Unidas (ONU) define a juventude como a faixa etária entre 15 e 24 anos, embora esse recorte possa apresentar variações significativas entre contextos nacionais e internacionais (Brasília, 2023). No Brasil, a juventude representa parcela expressiva da população. Segundo o censo demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aproximadamente 47 milhões de brasileiros possuem idade entre 15 e 29 anos, correspondendo a 23% do total populacional do país (IBGE, 2022).

Dados do IBGE indicam que cerca de 60% dos jovens se autodeclaram pardos ou pretos. Ao analisarmos jovens brancos entre 18 e 24 anos, verifica-se que 29,5% estão matriculados em cursos de graduação, sendo 6,5% já graduados. Entre jovens negros, os percentuais correspondem a 16,4% em curso e 2,9% graduados, evidenciando quase o dobro de inclusão da juventude branca no ensino superior (IBGE, 2024). Essa disparidade se intensifica quando observamos jovens que não estudam nem trabalham: em 2022, aproximadamente 10,9 milhões de jovens encontravam-se nessa condição, dos quais 67,6% eram negros e 31,5% brancos (IBGE, 2023).

A desigualdade se manifesta de forma ainda mais dramática ao considerarmos as taxas de mortalidade violenta intencional entre jovens. Conforme o Panorama da Violência Letal e Sexual contra Crianças e Adolescentes no Brasil

(2024), observa-se uma discrepância significativa: 83,6% das vítimas são jovens negros, enquanto 16% são jovens brancos (UNICEF, 2024). Esses dados, evidenciam a urgência da necessidade de políticas públicas e programas sociais considerarem as especificidades raciais, territoriais e socioeconômicas da juventude brasileira, de modo a enfrentar desigualdades estruturais e promover equidade. Como demonstram as imagens do gráfico e tabela a seguir:

Figura 1 - % De Vítimas De Morte Violenta Por Faixa Etária, Por Raça/Cor No Brasil (2021-2023)



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Fonte: panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes (2024).

Figura 2 - Taxa De Mortes Violentas Por 100 Mil Habitantes Por Raça/Cor E Por Sexo Da Vítima (0-19 Anos) No Brasil.

TABELA 1

Taxa de MVI por 100 mil habitantes por raça/cor e por sexo da vítima (0-19 anos)
Brasil, 2023

	Cor/raça negra	Cor/raça branca	Total
Sexo Feminino	2,0	0,9	1,5
Sexo Masculino	18,2	4,1	12,4
Total	10,3	2,5	7,0

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Censo 2022 – IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Fonte: panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes (2024).

A partir dessas considerações, os dados indicam que não é adequado tratar a juventude como uma categoria homogênea e única, mas, sim, como juventudes, no plural, reconhecendo que não se definem exclusivamente pela faixa etária, tampouco se configuram de forma uniforme. Nessa perspectiva, a formulação de políticas públicas para as juventudes brasileiras implica o reconhecimento da diversidade na sua construção enquanto categoria social, histórica e cultural (Guerra; Cruz, 2023).

Conforme assinala Marlova Jovchelovitch (2018), representante da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no Brasil, as juventudes são plurais e diversas, estando, simultaneamente, submetidas aos impactos das desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais que estruturam a sociedade brasileira. Desse modo, pensar em políticas públicas voltadas às juventudes no contexto nacional pressupõe, antes de tudo, o reconhecimento de sua pluralidade e das múltiplas condições que atravessam suas experiências sociais.

A partir disso, a presente pesquisa estrutura-se em oito seções. A primeira corresponde à introdução, na qual são apresentadas as motivações e inquietações do pesquisador em relação ao tema investigado, bem como uma contextualização do objeto de estudo, a saber, as políticas públicas direcionadas à juventude negra.

A segunda seção dedica-se à exposição da abordagem metodológica e dos objetivos da pesquisa. Nessa etapa, são delineados o percurso investigativo, as reconfigurações metodológicas que se fizeram necessárias ao longo do processo e as ferramentas de análise de dados a serem empregadas.

Na terceira seção, apresenta-se ao leitor uma sistematização das perspectivas avaliativas que estruturaram o campo das políticas públicas. Nessa seção, discute-se a Avaliação em Profundidade (AP) como uma perspectiva contra hegemônica, justificando-se a sua escolha como referencial analítico para a avaliação da política em questão.

A quarta seção dedica-se à apresentação das categorias analíticas que mobilizam a pesquisa para o estudo do Programa Bolsa Jovem em sua dimensão teórica. Nessa seção, são problematizadas categorias como juventudes, territorialidade, classe, raça e gênero, compreendidas de forma transversal e através da interseccionalidade.

A quinta seção é destinada à análise de conteúdo, bem como à contextualização e à trajetória institucional e política do Programa Bolsa Jovem. Nesse sentido, realiza-se um resgate histórico da construção de políticas públicas voltadas às juventudes no Brasil, seguido da análise do processo de formulação do Programa Bolsa Jovem e de seu contexto político-institucional no âmbito municipal à época de sua implementação. Sendo assim, examinam-se o contexto, bem como os recortes temporal e territorial do Programa Bolsa Jovem no município de Fortaleza, a partir dos dados produzidos na pesquisa de campo. Ainda nessa seção, são incorporadas as perspectivas de gestores e implementadores da política, ao passo que se traça o perfil dos jovens bolsistas negros participantes do programa, com base no questionário online e entrevistas semiestruturadas.

Por fim, na sexta e última seção, apresenta as considerações finais do trabalho, enquanto a sétima reúne as referências bibliográficas que fundamentam a construção teórica e analítica da pesquisa.

2 ABORDAGEM METODOLÓGICA E OS OBJETIVOS DA PESQUISA: CAMINHOS DA PESQUISA

No desenvolvimento da pesquisa no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas (PPGAPP) e ao longo das disciplinas de Metodologias Quantitativas e Qualitativas para Avaliação de Políticas Públicas e Avaliação de Políticas Públicas, os objetivos inicialmente estabelecidos passaram por reformulações, assim como o próprio foco da investigação, em comparação com o projeto apresentado no processo seletivo do mestrado. Assim, tamanha redefinição ocorreu de maneira gradual e fundamentada nas reflexões teórico-metodológicas promovidas no decorrer da formação. Na medida em que os interlocutores beneficiários da política pública assumiam maior centralidade nas discussões, em detrimento de uma análise centrada exclusivamente no programa, tornou-se possível identificar a necessidade de direcionar a investigação para as percepções, experiências e subjetividades que constituem e orientam esses sujeitos.

Dessa forma, apresenta-se, a seguir, um quadro com os objetivos que orientam o desenvolvimento da presente pesquisa:

Tabela 1 – Objetivo Geral E Objetivos Específicos Da Pesquisa

Categoria	Descrição
Objetivo Geral	Avaliar o Programa Bolsa Jovem em Fortaleza-Ce a partir das experiências de jovens negros no eixo cidadania e participação social.
Objetivo Específico 1	Verificar as políticas públicas voltadas a juventude na cidade de Fortaleza-CE no período de 2005 a 2024.
Objetivo Específico 2	Analisar o eixo cidadania e participação social do Programa Bolsa Jovem destinados aos bolsistas negros.
Objetivo Específico 3	Discutir a interseccionalidade com destaque as categorias de gênero, cultura, território e ético-racial.

Fonte: elaborado pelo autor.

Para a consecução dos objetivos propostos, pretende-se realizar um estudo das concepções teóricas relativas às categorias juventudes², participação

² Categoria teórica utilizada por Pierre Bourdieu, para se entender os diferentes processos de juventudes vividas por jovens de classes sociais distintas. Disponível em: <https://observatoriodoensinomedio.ufpr.br/wp-content/uploads/2014/04/a-juventude-e- apenas-uma-palavra-bourdieu.pdf> Acesso em: 01/09/2024.

social³ e cidadania⁴, tomando como referência as contribuições de autores como Pierre Bourdieu (1983), José Machado Pais (1990), Victor Vincent Valla (1989), Eduardo Navarro Stotz (1989), Maria Izabel Costa (2018) e Aurea Maria Ianni (2018). A partir desse referencial, busca-se estabelecer um diálogo analítico entre AS categorias e suas diferentes abordagens no campo das ciências sociais e das políticas públicas.

Adicionalmente, propõe-se articular esse debate teórico com as contribuições de autoras que se dedicam à compreensão das experiências e das dinâmicas sociais vivenciadas pela população negra na sociedade brasileira, destacando-se Conceição Evaristo (2022), Carla Akotirene (2019), Kimberle Crenshaw (2002), Nilma Lino Gomes (2018) e Eliane Cavalleiro (2024). A partir dessa articulação pretende-se ampliar a compreensão acerca das dimensões sociais, históricas e raciais que atravessam as trajetórias juvenis no contexto municipal da cidade de Fortaleza.

Com base nesse arcabouço teórico, pretende-se desenvolver uma Avaliação em Profundidade⁵ (AP), fundamentada nas contribuições de Lea Carvalho Rodrigues (2008), Alcides Gussi (2016) e Breynner Oliveira (2016), com o objetivo de analisar a atuação de jovens negros no eixo Cidadania e Participação Social do Programa Bolsa Jovem, implementado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza. A partir dessa abordagem, busca-se compreender de que maneira a política pública se materializa nas experiências, percepções e formas de participação dos sujeitos envolvidos.

2.1 Percurso Traçado pela Pesquisa

³Definir participação social implica entender as múltiplas ações que diferentes forças sociais desenvolvem com o objetivo de “influenciar a formação, execução, fiscalização e avaliação de políticas públicas na área social (saúde, educação, habitação, transporte, etc.). “Tais ações expressam, simultaneamente, concepções particulares “da realidade social brasileira e propostas específicas para enfrentar os problemas da pobreza e exploração das classes trabalhadoras no Brasil” (Valla e Stotz, 1989, p. 6).

⁴“Cidadania é um conceito, um exercício e um status construído socialmente e que assume inúmeras formas, a depender dos diferentes contextos sociais. Por ser um conceito historicamente situado, só pode ser compreendido com uma análise do contexto social e político de sua época.” (Costa e Ianni, 2018, p. 2).

⁵“A proposta de uma avaliação em profundidade implica, ainda, considerá-la como extensa, detalhada, densa, ampla e multidimensional, o que, por si só, coloca a multi e a interdisciplinaridade como condição primeira da tarefa de pesquisa.” (Rodrigues, 2008, p.11).

A partir do que foi apresentado ao longo das discussões, e considerando os múltiplos enfrentamentos e desafios vivenciados por jovens negros, bem como o conjunto de políticas públicas direcionadas às juventudes no município de Fortaleza, a presente pesquisa teve como orientação uma abordagem metodológica de natureza qualitativa. Essa opção justifica-se pela necessidade de apreender, em profundidade, os significados, experiências e dinâmicas sociais que atravessam o objeto investigado. Para tanto, mobilizam-se como estratégias de produção de dados a observação de campo, análise documental e reportagens na mídia, a realização de um questionário online, entrevistas semiestruturadas e a triangulação metodológica entre essas técnicas, com vistas a garantir maior consistência analítica e compreensão interpretativa dos dados.

No que concerne à inserção no campo empírico, o primeiro contato com os sujeitos da pesquisa ocorreu por meio de interações em ambientes digitais, especificamente em redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas. Partiu-se do conhecimento prévio de que os bolsistas do programa mantinham perfis ativos nessas plataformas, além de integrarem grupos de *WhatsApp*⁶ voltados ao compartilhamento de informações acerca dos editais promovidos pela Prefeitura Municipal de Fortaleza. Assim, essa aproximação inicial foi compreendida, a priori, como um indicativo da constituição de vínculos característicos de um “*grupo social secundário*”⁷, nos termos propostos por Cooley (2010).

De acordo com esse referencial, os grupos sociais secundários são estruturados a partir de relações orientadas por interesses comuns e finalidades específicas, sendo predominantemente mediados por uma racionalidade instrumental, em contraste com os “grupos primários”⁸, nos quais predominam vínculos afetivos e relações de proximidade. Nesse sentido, os espaços digitais ocupados pelos bolsistas configuram-se como arenas de sociabilidade mediadas por interesses compartilhados, possibilitando a circulação de informações, a construção de redes e a articulação coletiva em torno de objetivos comuns (Cooley, 2010).

⁶“O WhatsApp é um aplicativo de mensagens gratuito que permite enviar mensagens de texto e compartilhar outros formatos de mídia.” (WhatsApp, 2024).

⁷ “Os grupos primários são aqueles que caracterizam-se por relações íntimas, pessoais e diretas, como famílias, amigos e vizinhos.” (Baptista, 2015).

⁸ “Os grupos secundários, por outro lado, são formados por relações mais formais, impessoais e baseadas em objetivos comuns, como em um ambiente de trabalho ou uma associação.” (Baptista, 2015).

A partir dessa inserção inicial no campo virtual, particularmente por meio do grupo de *WhatsApp* dos bolsistas, desencadeou-se um processo de reconfiguração das estratégias metodológicas e analíticas da pesquisa. Em sua formulação inicial, o estudo encontrava-se orientado para a realização de uma avaliação de impacto do programa sobre seus beneficiários. No entanto, as observações empíricas realizadas nesse ambiente evidenciaram a complexidade dos atravessamentos sociais, culturais e políticos que constituem os sujeitos da pesquisa, o que demandou a revisão da perspectiva avaliativa adotada.

Dessa forma, o redirecionamento metodológico operado ao longo do processo investigativo, revela não apenas a flexibilidade às abordagens qualitativas, mas também a centralidade do campo empírico na redefinição dos caminhos da pesquisa, reafirmando o caráter processual, relacional e interpretativo da produção do conhecimento nas Ciências Sociais.

A seguir, em uma tabela descreverei de forma mais precisa o público alvo (seleção da amostra) da pesquisa:

Tabela 2 – Caracterização Da Pesquisa

Categoria	Descrição	Quantidade
Política Pública:	Programa Bolsa Jovem	06 a 08 interlocutores
Público-alvo:	Jovens bolsistas autodeclarados negros, formuladores, gestores e implementadores da política pública.	03 a 05 bolsistas; 1 gestor; 1 formulador; 1 implementador.
Lócus da pesquisa:	Centro de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (CUCA), localizado no bairro Pici.	01 unidade

Fonte: elaborado pelo autor.

A utilização de entrevistas semiestruturadas e a observação de campo com os jovens bolsistas configura-se como um conjunto de técnicas fundamentais no âmbito da abordagem qualitativa, desempenhando papel central na condução do trabalho de campo. Esses instrumentos possibilitam o acesso aprofundado às experiências, percepções e significados atribuídos pelos sujeitos ao contexto investigado (Morgan, 1997).

Dentre essas estratégias, as entrevistas semiestruturadas assumem especial relevância nesta pesquisa, tanto em função das especificidades do público-

alvo quanto por sua potencialidade analítica no exame dos processos intersubjetivos de construção de sentidos.

A seguir, em uma tabela descreverei de forma mais precisa os instrumentos metodológicos que serão utilizados na pesquisa:

Tabela 3 – Procedimentos Metodológicos Da Pesquisa

Categoria	Descrição
Tipo de Pesquisa:	Pesquisa de abordagem qualitativa.
Trabalho de Campo:	Observação de campo realizada no grupo de WhatsApp dos bolsistas e no Centro de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (CUCA Pici), com foco na rotina dos participantes, bem como em seus trabalhos e projetos desenvolvidos.
Técnicas de Pesquisa e Instrumentos de Coleta:	Entrevistas semiestruturadas com Formuladores (1) e Implementadores (1); Questionário geral com os ex-bolsistas (depende do quantitativo de voluntários); Entrevistas semiestruturadas com os ex-bolsistas que atendem as categorias, autodeclarados negros e que atuaram no eixo Cidadania e Participação social (3).

Fonte: elaborado pelo autor.

Parte-se do reconhecimento de que o diálogo com as juventudes negras acerca de suas percepções e projeções de vida pode configurar-se como uma prática sensível, potencialmente atravessada por dimensões de exposição e vulnerabilidade. Nesse sentido, a aproximação investigativa exigiu uma postura ética e reflexiva, atenta aos limites e implicações inerentes ao processo de produção de dados em contextos socialmente marcados por desigualdades.

Diante disso, se foi proposto a condução das entrevistas por uma perspectiva de escuta ativa e sensível, conforme sugerido por Barbier (1998), valorizando as experiências, os saberes e as narrativas dos sujeitos da pesquisa. Essa postura metodológica busca não apenas garantir o respeito às singularidades dos participantes, mas também potencializar a apreensão das dinâmicas que permeiam a atuação juvenil de jovens negros, considerando seus contextos sociais, culturais e políticos.

Assim, ao privilegiar as narrativas produzidas pelos interlocutores, a pesquisa visou contribuir para uma compreensão mais aprofundada dos processos de construção de sentidos e das experiências vividas por esses sujeitos, especialmente

no que se refere às formas de engajamento e atuação no âmbito das políticas públicas.

2.2 Reconfiguração da Pesquisa e Entrevistas

No campo das Ciências Sociais, mais especificamente na Antropologia, parte-se do princípio de que é no campo de pesquisa que se desdobram as inquietações acerca do objeto de estudo, e que é também nesse espaço que se apresentam dificuldades que a teoria não é capaz de prever. A partir dessa lógica, a metodologia da pesquisa do presente trabalho precisou ser modificada em função dos impasses surgidos após o seminário de qualificação.

O primeiro obstáculo encontrado foi a não divulgação do edital do Programa Bolsa Jovem em 2025. Havia uma expectativa quanto ao seu lançamento, tendo em vista a conjuntura política da cidade de Fortaleza após a recente eleição do Prefeito Evandro Leitão (PT), expectativa esta reforçada pela indicação do Vereador Júlio Brizzi (PT), para o cargo de Secretário de Juventude de Fortaleza. Dessa forma, criaram-se grandes expectativas, sobretudo entre os jovens que aguardavam a publicação de um novo edital, o que, por sua vez, ocasionou um impasse metodológico no desenvolvimento da pesquisa.

Inicialmente, a proposta era realizar um acompanhamento desde as reuniões para a elaboração do edital, passando por seu lançamento, até todas as fases de seleção e acompanhamento dos jovens ao longo do processo. No entanto, diante da ausência de edital no ano de 2025, a solução encontrada foi trabalhar com egressos dos últimos editais lançados (2023–2024), possibilitando a análise com jovens que participaram dos dois últimos ciclos anuais da política pública.

Assim, a metodologia da pesquisa sofreu alterações significativas em relação ao delineamento inicialmente proposto. O lócus da investigação, que, em um primeiro momento, estaria circunscrito ao bairro Planalto Pici — onde seriam catalogados os jovens bolsistas participantes do ciclo (2024–2025) do programa —, precisou ser redefinido em virtude das eventualidades relacionadas ao edital, anteriormente mencionadas. Diante desse cenário, tornou-se necessária a reformulação das estratégias metodológicas, especialmente no que se refere à condução da pesquisa de campo.

Partindo dessa perspectiva, a investigação passou a se estruturar a partir de uma abordagem que contempla, de maneira voluntária, a participação de jovens egressos dos dois últimos editais do programa, por meio da aplicação de um questionário virtual. Este procedimento visou possibilitar a obtenção de uma visão ampliada acerca das percepções desses sujeitos sobre o projeto, contribuindo para uma análise mais abrangente de seus impactos e significados.

Em um segundo momento, foram selecionados três bolsistas que se autodeclararem negros (as) e que participaram do eixo formativo “Cidadania e Participação Social” do programa. Ressalta-se que não haverá restrição quanto ao local de atuação desses sujeitos, considerando a inexistência de edital vigente e a descontinuidade das atividades no espaço anteriormente delimitado, sendo esse, o CUCA do Pici.

No que se diz respeito aos gestores e formuladores da política pública, buscou-se estabelecer contato com o formulador do programa, antes de sua nomeação ao cargo de Secretário da Juventude de Fortaleza, Júlio Brizzi. Entretanto, na época, não houve retorno favorável para a realização de um encontro formal. Em comunicação realizada por meio das redes oficiais, o político indicou que a responsabilidade pelas informações relativas ao programa recairia sobre a atual secretaria, sugerindo, portanto, que esta fosse procurada como fonte institucional.

Diante disso, a pesquisa passa a se restringir à análise de fontes oficiais, como documentos institucionais e entrevistas concedidas pelo atual secretário, com o objetivo de apreender sua percepção e concepção acerca do programa.

Quanto às técnicas de pesquisa, compreende-se que, por limitações de tempo e disponibilidade, não foi possível organizar um grupo focal, que era um desejo metodológico de campo. Em razão da pesquisa ser realizada com egressos do programa como já mencionado, não foi viável conciliar agendas de, no mínimo, três ex-bolsistas para a realização de uma entrevista nos moldes de um grupo focal.

Para além dos impasses metodológicos, também fui acometido por um problema de saúde no ombro direito e no punho esquerdo, que me deixou impossibilitado de escrever, por um período determinado, o presente trabalho. Esse problema de saúde me fez refletir sobre a vida do pesquisador na atual conjuntura do nosso país: quando nosso corpo para e não conseguimos prosseguir com nossas

atividades acadêmicas, quem nos dá suporte? Quais são as nossas garantias quando falhamos dentro dessa lógica acadêmica de produção?

Essa é uma realidade, na minha percepção, pouco debatida no interior da academia. Nós, pesquisadores que estamos nesse processo de produção, não somos vistos pelo Estado, tampouco pela sociedade civil, como trabalhadores. É como se nossos esforços intelectuais e manuais não fossem suficientes para nos inserir na classe dos proletários e usufruirmos de direitos trabalhistas, como, por exemplo, contribuir com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) ou mesmo possuir licença médica em caso de adoecimento.

Todas essas questões nos levam a refletir sobre a atual situação do pesquisador no Brasil, principalmente no que diz respeito ao amparo inexistente quando adoecemos. Essa realidade acaba por afastar, sobretudo, pessoas que pretendem cursar uma pós-graduação, uma vez que, na lógica capitalista, é necessário estar o quanto antes inserido no mercado de trabalho após a graduação. Quando o capital financeiro e material é escasso, o desejo de ingressar no mestrado ou no doutorado torna-se ainda mais distante.

Essa situação se acentua quando falamos de jovens que vivem na periferia das cidades, para os quais até mesmo a lógica de deslocamento até as universidades — em grande parte localizadas nos centros urbanos — se transforma em um obstáculo adicional a ser superado. Talvez eu esteja escrevendo algo já redundante, diante da realidade vivenciada pelos novos graduados no contexto do processo de democratização das universidades. No entanto, como a escrita é também um processo de desabafo e, enquanto pesquisador, acredito na força da *escrevivência*⁹, conceito elaborado por mulheres como Conceição Evaristo, considero necessária essa reflexão acerca da saúde psicológica e física de nós, pesquisadores, bem como os questionamentos sobre nossas condições de trabalho dentro da lógica acadêmica de produção.

⁹ “Conceito desenvolvido pela professora, escritora e intelectual brasileira Conceição Evaristo. Trata-se de uma combinação de “escrever”, “viver” e “se ver”, que, para além do jogo de palavras, representa uma concepção derivada de uma epistemologia negra, que, a partir de uma perspectiva multifocal, consegue examinar e analisar os contornos das experiências da população negra brasileira.” (Ancestralidades, 2026)

2.3 Análise de dados

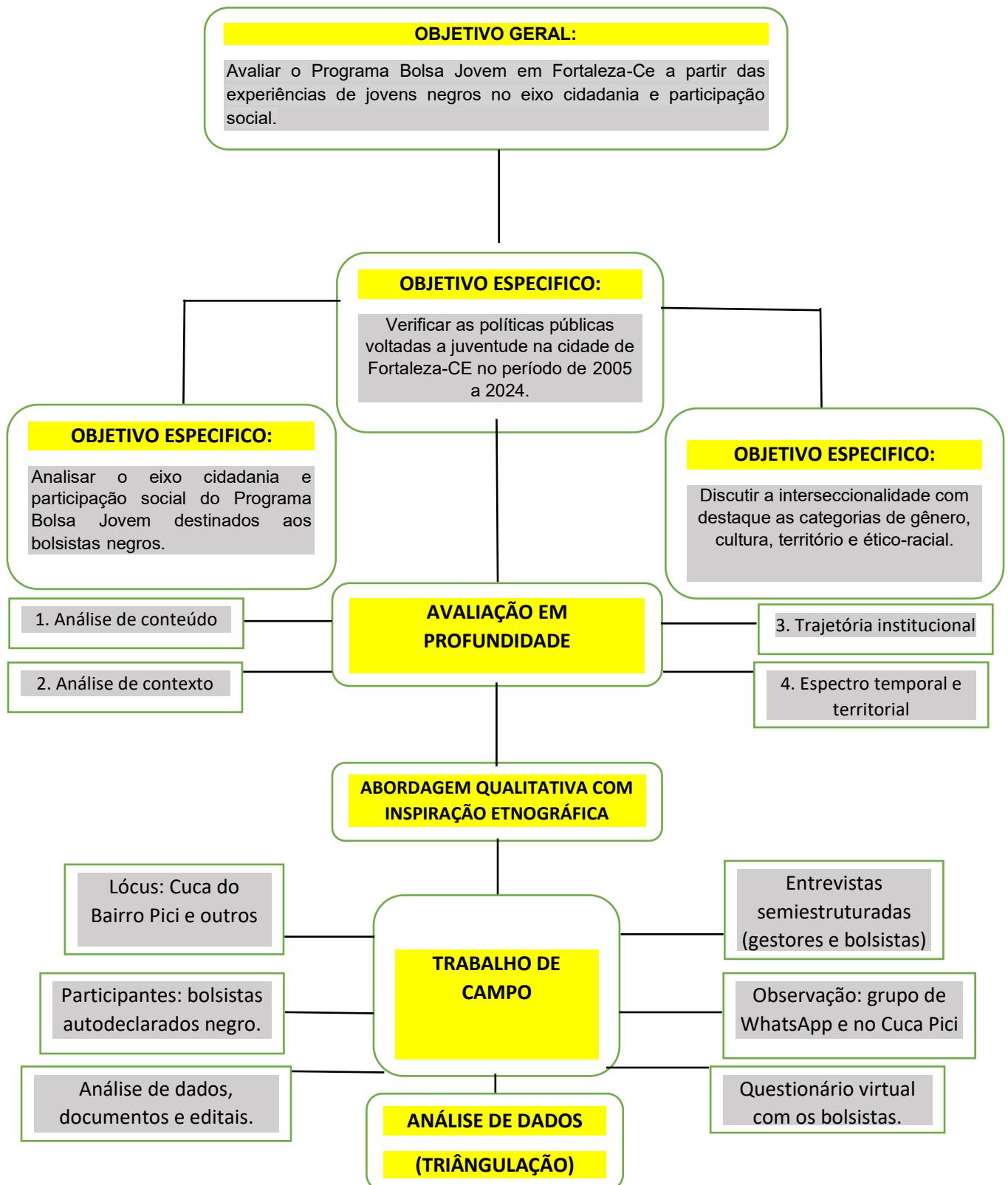
No que se refere à análise dos dados produzidos no campo empírico, a presente pesquisa adotou uma inspiração na triangulação como estratégia metodológica central, articulando as técnicas previamente delineadas — observação de campo, questionário online, pesquisa documental com gestores/implementadores e entrevistas semiestruturadas com os jovens bolsistas negros. Sendo esse procedimento fundamental na combinação de múltiplas abordagens analíticas, envolvendo métodos, referenciais teóricos, fontes de dados e perspectivas investigativas, com vistas ao aprofundamento interpretativo do objeto de estudo.

Conforme argumenta Minayo (2005), a triangulação configura-se como um recurso metodológico particularmente adequado à apreensão de realidades complexas, que não pode ser vista como sinônimo de interdisciplinaridade, mas que pode ser um caminho para uma pesquisa interdisciplinar e na articulação entre diferentes níveis de análise. Nessa direção, a adoção dessa estratégia permite não apenas ampliar a consistência analítica da pesquisa, mas também tensionar e confrontar distintas interpretações sobre o fenômeno investigado (Meneses; Fuentes-Rojas; Antona, 2018).

A partir dessa perspectiva, buscou-se articular e cruzar os múltiplos pontos de vista dos atores que compõem o campo empírico, de modo a captar a diversidade de percepções, significados e experiências relativas à política pública em análise, bem como aos seus processos de implementação e aos efeitos produzidos sobre a atuação juvenil (Minayo, 2005). Esse movimento possibilitou a construção de uma leitura mais abrangente e relacional do objeto, evidenciando suas contradições, mediações e dinâmicas construídas durante o processo de implementação da política.

Na sequência, apresenta-se uma tabela síntese do desenho metodológico da pesquisa de campo, na qual sistematiza o percurso investigativo apreendido, contemplando os objetivos da pesquisa, as categorias teóricas analisadas, a perspectiva avaliativa adotada, bem como as técnicas de produção e análise dos dados.

Tabela 4 – Tabela Síntese Do Desenho Metodológico Da Pesquisa De Campo



Fonte: elaborado pelo autor.

3 TRAJETÓRIA DAS PERSPECTIVAS AVALIATIVAS

Este capítulo tem como objetivo discutir a trajetória das perspectivas avaliativas no campo das políticas públicas, abordando os principais paradigmas epistemológicos que fundamentaram os modelos de avaliação ao longo do tempo. Inicialmente, serão apresentadas as contribuições da perspectiva positivista e suas implicações para a mensuração e o controle das políticas públicas, bem como as transformações ocorridas com a emergência do paradigma crítico-dialético e do construtivismo, que passaram a incorporar as dimensões sociais, políticas e subjetivas dos sujeitos envolvidos nos processos avaliativos.

Em seguida, o capítulo discutirá a Avaliação em Profundidade (AP) enquanto proposta epistemológica contra-hegemônica, evidenciando suas aproximações com os estudos pós-construtivistas e com a crítica à colonialidade do conhecimento. Por fim, serão apresentados os fundamentos metodológicos da pesquisa, a escolha pela abordagem de inspiração etnográfica e os quatro eixos analíticos da Avaliação em Profundidade, articulando-os ao estudo do Programa Bolsa Jovem e às experiências dos jovens bolsistas no contexto da juventude negra em Fortaleza.

No âmbito do debate epistemológico sobre a avaliação de políticas públicas, observam-se diversas disputas teóricas e metodológicas voltadas à definição do modelo de avaliação considerado mais adequado para a análise de determinadas políticas. Nesse sentido, pensar a avaliação de uma política pública implica, primeiramente, realizar um resgate histórico das epistemologias que fundamentam e orientam o campo avaliativo. Sendo assim, conforme destaca Michael Quinn Patton (2018, citado por Gasparine, 2020), refletir sobre avaliação significa também considerar a estreita relação estabelecida entre o campo avaliativo e a produção científica.

Ao se traçar um percurso cronológico do desenvolvimento da avaliação, é possível identificar que suas primeiras formulações estiveram associadas a perspectivas de mensuração, estimativa ou atribuição de valor a determinados fenômenos ou objetos. Como afirma Vianna, “avaliar é determinar o valor de alguma coisa para um determinado fim” (Vianna, 1989, p. 41). Dessa forma, nos momentos iniciais de consolidação do campo, a avaliação esteve fortemente vinculada a uma

perspectiva de caráter positivista, influenciada pelo pensamento de Auguste Comte (1978). Essa perspectiva buscava transferir para as chamadas ciências sociais os métodos e procedimentos científicos das ciências naturais, partindo da premissa de que seria possível aplicar aos fenômenos sociais os princípios de objetividade e neutralidade científica já apreendidos nas áreas da natureza (Ribeiro Júnior, 1985).

A epistemologia positivista alcançou seu ápice na década de 1970, especialmente nos Estados Unidos. Nesse contexto, a avaliação já se encontrava institucionalizada no âmbito governamental, sendo amplamente utilizada como instrumento de gestão em diversos setores da administração pública. Assim, o processo contribuiu para que diferentes agências nacionais e internacionais também incorporassem práticas avaliativas em suas estruturas institucionais, a exemplo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Mundial (Weiss, 1998).

Com a transição do paradigma do Estado de bem-estar social para o modelo neoliberal, observam-se mudanças significativas também no campo da avaliação de políticas públicas. O Estado, anteriormente caracterizado pela provisão de benefícios e serviços sociais, passa a assumir um papel mais voltado ao controle e à fiscalização das ações e dos gastos públicos. Nesse cenário, ocorre igualmente uma redefinição do propósito da avaliação. Se, em um primeiro momento, esta estava orientada à análise da efetividade dos programas sociais, com vistas à sua melhoria e aperfeiçoamento, passa progressivamente a ser orientada por uma lógica de controle associada à racionalidade financeira. Como consequência, intensificam-se processos de contenção de gastos, frequentemente materializados em cortes orçamentários, além de se observar um enfraquecimento da confiança pública nas instituições estatais (Dias Sobrinho, 2002).

No âmbito do debate científico, por longo período, difundiu-se a noção de “rompimento de paradigmas” nas diferentes áreas do conhecimento, sejam elas as ciências exatas, naturais ou sociais. Sendo essa compreensão, frequentemente mobilizada em seu sentido mais literal, sugere a substituição abrupta de um modelo de pensamento por outro. Entretanto, no campo das epistemologias da avaliação, a perspectiva que se busca consolidar não se pauta necessariamente pela ruptura, mas pelo diálogo entre distintas abordagens teóricas e metodológicas. Nessa direção, enfatiza-se a importância de promover um exercício sistemático de reflexão crítica sobre o discurso científico atribuído à avaliação, de modo a compreender seus

fundamentos epistemológicos, suas bases conceituais e suas implicações no campo das políticas públicas (Gasparine, 2020).

É a partir desse fundamento teórico que o paradigma crítico-dialético emerge no campo da avaliação de políticas públicas, com a finalidade de ampliar as possibilidades interpretativas acerca do processo avaliativo. Assim, a perspectiva busca compreender as múltiplas dimensões que atravessam a avaliação, considerando as relações técnicas, políticas e sociais estabelecidas pelos diferentes sujeitos envolvidos nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas (Silva, 2008).

Nessa direção, Souza (2014), ao mobilizar as contribuições de Foucault (1977), argumenta que a análise das políticas públicas exige ultrapassar os níveis mais aparentes do discurso, demandando uma postura analítica capaz de problematizar aquilo que se apresenta como naturalizado. Assim, torna-se necessário suspeitar do que está posto e enunciado, romper com interpretações superficiais e compreender os múltiplos sentidos que se estruturam no interior das linguagens e práticas discursivas que conformam o campo das políticas públicas. Desse modo, o paradigma crítico-dialético organiza-se a partir da análise das relações sociais, dos processos de interação e das formas pelas quais as políticas públicas são construídas e estruturadas no contexto social (Silva, 2008).

Nesse sentido, Marta Arretche (2001) destaca que as relações que se estabelecem no desenvolvimento das políticas públicas são permeadas por dimensões subjetivas e por disputas entre diferentes interesses, fatores que se mostram decisivos para o processo de implementação. O campo das políticas públicas configura-se, portanto, como um espaço de negociação e conflito entre distintos atores institucionais e sociais, cujas posições e estratégias influenciam diretamente o desenho final da política. Nesse processo, o resultado obtido nem sempre corresponde ao modelo tecnicamente considerado mais adequado, mas sim àquele que se torna politicamente viável e socialmente aceitável após um prolongado processo de negociação entre os agentes envolvidos (Arretche, 2001).

Diante desse quadro, ao lançar luz sobre as relações sociais, institucionais e políticas que permeiam o desenvolvimento das políticas públicas, o paradigma crítico-dialético altera significativamente as formas de compreensão do campo da avaliativo. Nessa perspectiva, torna-se insuficiente analisar os processos avaliativos

exclusivamente a partir de uma racionalidade positivista, centrada na mensuração de resultados e na neutralidade técnica. O campo avaliativo passa, assim, a ser compreendido como um espaço dinâmico, marcado pelo diálogo, pelos processos de interação e pelas disputas de poder que se estabelecem entre os diferentes atores envolvidos na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas. Como ressalta Arretche (2001), os atores não são necessariamente os mesmos, o que reforça a complexidade das relações institucionais e políticas que configuram o ciclo das políticas públicas.

Até o presente momento, no campo da avaliação de políticas públicas, os dois paradigmas anteriormente discutidos — o positivista e o crítico-dialético — ainda não conferiram centralidade, ou o fizeram de maneira bastante inicial, à compreensão que os sujeitos beneficiários constroem acerca da própria política pública. Essa alteração ocorre de forma mais evidente com a emergência do paradigma construtivista, que busca ampliar o escopo analítico do processo avaliativo ao considerar os múltiplos âmbitos que constituem a política pública. Assim, essa perspectiva propõe a construção de processos avaliativos capazes de incorporar as percepções, interpretações e experiências dos diferentes sujeitos envolvidos, reconhecendo-os como participantes ativos na produção do conhecimento avaliativo (Guba; Lincoln, 2011).

É nesse horizonte teórico que se insere a denominada avaliação de quarta geração, proposta por Guba e Lincoln (2011), cujo objetivo consiste em superar os pressupostos que orientaram os modelos avaliativos anteriores. A primeira geração da avaliação caracterizava-se pela centralidade atribuída à mensuração, tendo como foco principal medir, calcular e aferir resultados. Nesse modelo, o avaliador era concebido essencialmente como um técnico responsável por quantificar indicadores de eficiência e eficácia. Na segunda geração, por sua vez, observa-se uma ênfase no caráter descritivo do processo avaliativo, fundamentado na aplicação de padrões, procedimentos e fórmulas previamente estabelecidos. Já a terceira geração, introduz o juízo de valor como elemento constitutivo da avaliação, reconhecendo a importância do objeto avaliado, mas, ao mesmo tempo, convertendo o processo avaliativo em um mecanismo de classificação baseado em critérios normativos previamente definidos, o que acaba por posicionar o avaliador na condição de juiz (Guba; Lincoln, 2011).

Diante das limitações identificadas nessas abordagens — entre as quais se destacam a tendência ao gerencialismo, o compromisso excessivo com os pressupostos do paradigma científico tradicional e a dificuldade em acomodar o pluralismo de valores presente nas políticas públicas — a avaliação de quarta geração apresenta-se como uma proposta orientada para uma compreensão mais ampla e relacional do processo avaliativo (Guba; Lincoln, 2011).

Nesse sentido, a avaliação passa a ser concebida não apenas como um procedimento técnico, mas como um processo social e interativo de construção de significados.

Sendo assim, essa perspectiva fundamenta-se em uma abordagem avaliativa baseada na participação de múltiplos atores sociais que compõem o processo de avaliação. Entre esses atores destacam-se os beneficiários, entendidos como os sujeitos ou grupos diretamente favorecidos pelo objeto avaliado; os representantes ou agentes institucionais, responsáveis pela formulação, implementação e operacionalização da política; as vítimas, compreendidas como os indivíduos ou grupos que podem ser afetados negativamente ou excluídos pelos efeitos da política; e, por fim, o próprio avaliador. Nesse modelo, o processo avaliativo assume um caráter interativo, dialógico e negociado entre os diferentes grupos de interesse (Guba; Lincoln, 2011).

Assim, para Guba e Lincoln (2011), a avaliação de quarta geração configura-se como uma proposta epistemologicamente mais consistente, uma vez que reconhece o caráter provisório, incompleto e historicamente situado do conhecimento, assumindo-se como resultado de um processo contínuo de construção e reconstrução interpretativa.

3.1 A Avaliação em Profundidade: uma epistemologia contra hegemônica

No campo da avaliação, assim como no campo científico — dimensões intrinsecamente articuladas, conforme assinala Gasparine (2020) — observa-se uma permanente busca pela compreensão das múltiplas perspectivas que compõem os fenômenos sociais. Esse movimento torna-se particularmente evidente nas proposições da avaliação de quarta geração (Guba; Lincoln, 2011), que enfatizam a necessidade de incorporar as experiências e interpretações dos diferentes sujeitos

envolvidos nas políticas públicas. É nesse contexto, que emergem no interior das epistemologias avaliativas, os estudos pós-construtivistas. Uma perspectiva que busca problematizar os métodos hegemônicos de avaliação, historicamente estruturados a partir de matrizes teóricas e metodológicas produzidas no Norte global, frequentemente desconsiderando as especificidades sociais, culturais e políticas dos contextos em que as políticas públicas são implementadas. Nesse sentido, os estudos pós-construtivistas propõem ampliar o olhar avaliativo para as dinâmicas sociais e para as experiências concretas dos atores envolvidos no processo avaliativo, especialmente nos contextos do Sul global (Gussi; Oliveira, 2016).

Nessa perspectiva, a epistemologia do conhecimento busca promover uma reflexão crítica acerca do conceito de colonialidade¹⁰. Conforme argumenta Quijano (2005, citado por Maia; Melo, 2020), a colonialidade refere-se à constituição de um sistema de poder mundial de caráter capitalista, moderno/colonial e eurocentrado, estruturado a partir da construção da ideia de raça. Essa noção foi social e biologicamente imaginada como um mecanismo de naturalização da hierarquização entre colonizadores e colonizados, atribuindo a estes últimos uma condição de inferioridade. A partir desse pressuposto, consolidou-se uma relação de dominação que ultrapassa o período histórico da colonização formal, permanecendo vigente mesmo após os processos de independência política e descolonização.

A partir disso, tamanha estrutura de poder exerceu influência significativa sobre diferentes campos do conhecimento, incluindo o campo da avaliação de políticas públicas. Nesse contexto, os modelos avaliativos difundidos nos países do Norte global passaram a orientar, de maneira predominante, as práticas avaliativas implementadas no Sul global. Como resultado, consolidou-se um processo de circulação de saberes que, muitas vezes, desconsidera as especificidades sociais, culturais e políticas dos contextos locais.

A partir dessas problematizações, a perspectiva pós-construtivista busca evidenciar a necessidade de descolonização dos modelos hegemônicos de avaliação. Desse modo, a abordagem propõe deslocar o foco analítico para os atores sociais diretamente envolvidos nas políticas públicas, reconhecendo suas experiências,

¹⁰ “A elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. Essa perspectiva e modo concreto de produzir conhecimento se reconhecem como eurocentrismo.” (Quijano, 2005, p. 244).

interpretações e dinâmicas sociais como elementos fundamentais para a construção de processos avaliativos mais contextualizados e plurais (Gussi; Oliveira, 2016).

3.2 A escolha pela Avaliação em Profundidade

Segundo as contribuições de Wright Mills (1989), em *Imaginação Sociológica*, compreende-se que o fazer científico exige do pesquisador a capacidade de confrontar criticamente a realidade histórica de seu tempo, articulando uma postura reflexiva frente às dinâmicas sociais e aos debates políticos que a atravessam. Nessa perspectiva, a apreensão do campo empírico no qual a investigação se insere, constitui condição preliminar para o exercício de uma prática investigativa orientada pela problematização da relação entre agência e estrutura social (Mills, 1969).

Nesse horizonte analítico, a postura epistemológica e metodológica adotada pelo pesquisador no campo, assume centralidade na medida em que condiciona as formas de interação estabelecidas com os sujeitos e consequentemente, os modos de produção do conhecimento. Assim, a presente pesquisa se orientou por uma abordagem de inspiração etnográfica, em diálogo com os pressupostos da Avaliação em Profundidade (AP), a qual privilegia a compreensão das formas de organização social a partir das perspectivas dos próprios atores que vivenciam o contexto investigado. Desse modo, os jovens bolsistas do Programa Bolsa Jovem configuram-se como interlocutores privilegiados na construção analítica do objeto de estudo.

Conforme tem sido exposto ao longo deste trabalho, os percursos teórico-metodológicos trilhados na construção de uma proposta avaliativa que contemple os atravessamentos sociais, étnico-raciais, culturais, territoriais e políticos dos sujeitos da pesquisa, conduziram ao encontro do pós-construtivismo e, por conseguinte, à abordagem da Avaliação em Profundidade (AP). A mencionada perspectiva destaca a centralidade da compreensão do contexto sociocultural no qual os sujeitos estão inseridos (Rodrigues, 2008).

A partir disso, delineia-se a opção por um estudo de campo fundamentado em uma inspiração de procedimentos ancorados na tradição etnográfica, tendo como foco a interlocução direta com os sujeitos beneficiários da política. Dessa forma, a escolha sustenta-se na relevância da descrição cotidiana enquanto estratégia

analítica, amplamente reconhecida no âmbito das Ciências Sociais, não se restringindo ao campo da Antropologia. Ainda que a etnografia seja atravessada por distintas vertentes teórico-metodológicas, neste estudo ela é compreendida, conforme Magnani (2012, citado por Rodrigues, 2017), como um método, e não como um instrumento técnico de aplicação imediata e descontextualizada, o que implica reconhecer seu caráter processual, relacional e interpretativo.

No que concerne à escolha da perspectiva avaliativa, reconhece-se que a aproximação com a abordagem pós-construtivista se deu desde os momentos iniciais de formulação do problema de pesquisa. Essa perspectiva orienta a análise das identidades, dos valores e das práticas culturais que atravessam as experiências dos sujeitos, influenciando os modos pelos quais as políticas públicas são apropriadas, ressignificadas e vivenciadas nos contextos locais. Nesse sentido, a investigação articula-se ao objetivo central de compreender a atuação dos jovens negros no eixo de cidadania e participação social do Programa Bolsa Jovem, considerando as múltiplas determinações sociais e políticas que incidem sobre a juventude negra no município de Fortaleza (Rodrigues, 2008).

Assim, a opção por essa abordagem configura-se, igualmente, como uma escolha de natureza político-epistemológica no campo da avaliação de políticas públicas, na medida em que tensiona perspectivas hegemônicas orientadas por racionalidades técnico-instrumentais e por enfoques predominantemente quantitativos. Reafirma-se, portanto, a adoção de uma perspectiva que reconhece a centralidade dos sujeitos e de seus contextos, bem como a necessidade de apreender a complexidade e a historicidade da realidade social (Torres Jr. et al., 2020).

Nessa direção, a estratégia metodológica adotada não se restringe à mobilização de dados quantitativos, mas privilegia a incorporação de técnicas qualitativas, tais como entrevistas com profundidade, observação de campo e análise de narrativas e trajetórias dos sujeitos. Sendo assim, essa abordagem possibilita a apreensão das múltiplas camadas de sentido que constituem as experiências sociais, contribuindo para uma compreensão mais abrangente dos efeitos, das mediações e das contradições inerentes à implementação das políticas públicas (Torres Jr. et al., 2020).

Abordarei a seguir os eixos da Avaliação em Profundidade (AP) de forma mais prática, a partir da sistematização das contribuições de alguns autores, logo

após, contextualizarei o objeto desta pesquisa dentro dos 4 eixos analíticos da Avaliação em Profundidade (AP). Desse modo, busca-se delinear e delimitar o tema investigado em consonância com os pressupostos da abordagem avaliativa adotada.

Sob uma perspectiva mais pragmática, Rodrigues (2008) sistematiza quatro eixos analíticos para a compreensão da trajetória epistemológica de uma política pública, sendo o primeiro deles a análise de conteúdo do programa. A análise mencionada requer atenção a três dimensões fundamentais: a formulação, as bases conceituais e a coerência interna. Conforme a autora, esse conjunto abrange o aparato técnico-burocrático que estrutura a política, incluindo documentos normativos, legislações, relatórios institucionais, atas e demais registros oficiais (Rodrigues, 2008).

No âmbito da Avaliação em Profundidade, o segundo eixo analítico refere-se à compreensão do contexto de formulação da política pública, o que implica considerar não apenas o momento histórico de sua concepção, mas também as condições socioeconômicas que a tornaram possível, bem como as articulações estabelecidas entre diferentes escalas de governança — local, estadual, regional e nacional (Rodrigues, 2008).

O terceiro eixo analítico refere-se à trajetória institucional do programa, compreendida a partir da análise do grau de coerência ou dispersão que a política apresenta ao longo de sua circulação pelas diferentes instâncias institucionais (Rodrigues, 2008). Nesse eixo pressupõe a investigação dos processos de mediação, ressignificação e operacionalização da política pública no interior das estruturas institucionais que a sustentam.

Para a operacionalização analítica desse eixo, no âmbito do programa em questão, torna-se imprescindível percorrer as múltiplas esferas institucionais nas quais a política se configura, abrangendo desde sua formulação até suas fases de desenvolvimento e implementação. Nessa direção, a dimensão empírica da pesquisa orienta-se pela interlocução com os distintos atores que compõem a política do Programa Bolsa Jovem — dentre eles, agentes políticos, gestores, formadores, docentes e, de modo central, os (as) bolsistas —, compreendidos como sujeitos privilegiados na produção de sentidos acerca da política.

É nesse nível de análise que se busca apreender a pluralidade de significados atribuídos ao programa enquanto política pública, à medida que se percorrem as diferentes hierarquias e camadas institucionais que o constituem,

evidenciando tensões, continuidades e possíveis reconfigurações no processo de implementação.

O quarto e último eixo analítico, por sua vez, centraliza-se na dimensão temporal e territorial da política, propondo uma leitura que articule a historicidade e a espacialidade como categorias fundamentais para a compreensão da sua materialização (Rodrigues, 2008). Trata-se de examinar como as diretrizes e objetivos do programa se confrontam e se reconfiguram diante das especificidades históricas, sociais e territoriais dos contextos nos quais a política é implementada.

Nessa etapa da avaliação, torna-se fundamental articular os pressupostos e objetivos de caráter generalizante da política às particularidades dos contextos locais, evidenciando as mediações que se estabelecem entre o plano normativo e o plano da experiência concreta (Rodrigues, 2008). Nesse sentido, propõe-se analisar a interface entre o Programa Bolsa Jovem e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) mencionados no escopo de criação da política, buscando compreender de que modo essas diretrizes globais são apropriadas, tensionadas ou ressignificadas no contexto local dos beneficiários.

Ademais, esse eixo analítico permite problematizar as condições de implementação da política em perspectiva territorializada, considerando seu percurso histórico e seus desdobramentos ao longo do tempo (Rodrigues, 2008). A partir dessa abordagem, foi possível mobilizar um conjunto abrangente de informações relativas aos territórios de inserção dos bolsistas, seus contextos socioterritoriais e o recorte espacial do objeto investigado, articulando esses elementos com indicadores socioeconômicos, redes de interesses e relações de poder identificadas no campo empírico. Desse modo, o percurso investigativo busca não apenas descrever, mas interpretar criticamente as dinâmicas que atravessam a política em sua concretude.

Para além das dimensões analíticas postas, a Avaliação em Profundidade (AP) se propõe a compreender os modos pelos quais o Estado responde e se reconfigura frente às transformações das dinâmicas sociais, entendidas como processos em constante mutação, resultantes das interações entre atores sociais e políticas públicas (Rodrigues, 2008). Nessa perspectiva, a abordagem enfatiza a centralidade dos contextos culturais e territoriais na constituição das experiências dos sujeitos, bem como problematiza o papel das avaliações enquanto instrumentos que não apenas analisam, mas também influenciam e reorientam as agendas públicas.

4 CATEGORIAS DE ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA JOVEM

4.1 Juventudes, Territorialidade, Classe, Raça e Gênero: um debate sobre as interseccionalidades que estruturam as vidas dos jovens bolsistas do Programa Bolsa Jovem

Este capítulo se objetiva a discutir as principais categorias analíticas que estruturam a compreensão das experiências vivenciadas pelos jovens bolsistas do Programa Bolsa Jovem, enfatizando as relações entre juventudes, territorialidade, classe, raça e gênero. Inicialmente, será problematizada a concepção de juventude a partir de uma perspectiva sociológica crítica, evidenciando a pluralidade das experiências juvenis e os condicionantes sociais que atravessam essas trajetórias.

Em seguida, o texto abordará a importância do território enquanto espaço socialmente produzido e marcado por desigualdades, especialmente no contexto das periferias urbanas de Fortaleza. Além disso, serão discutidas as dinâmicas de violência que atingem de forma seletiva a juventude negra, articulando dados sociais e contribuições teóricas sobre interseccionalidade, com destaque para os debates de raça, gênero e classe. Por fim, o capítulo refletirá sobre os limites e desafios das políticas públicas voltadas às juventudes, destacando a necessidade de análises críticas e qualitativas centradas nas percepções e vivências dos próprios sujeitos da pesquisa.

A compreensão das juventudes demanda o afastamento de perspectivas essencialistas e estritamente identitárias acerca do que significa “ser jovem”. Nessa direção, Bourdieu (1983) problematiza a própria categoria juventude ao concebê-la, assim como a velhice, enquanto construção social historicamente situada, sujeita a disputas simbólicas e a processos de manipulação no interior das estruturas sociais. Para o autor, não há uma juventude homogênea, mas múltiplas formas de vivenciá-la, profundamente condicionadas pelas desigualdades sociais, culturais e econômicas. Desse modo, a juventude configura-se como um campo de disputas entre classes sociais, no qual diferentes grupos lutam pela imposição legítima de uma definição sobre o que significa “ser jovem”. Assumir essa categoria como eixo analítico implica, portanto, tensionar os estereótipos historicamente atribuídos às juventudes, compreendendo-os como produtos de relações de poder (Bourdieu, 1983).

Essas reflexões, também são tomadas pelo autor e experiente pesquisador no campo da juventude José Machado Pais (1990), que reflete sobre a manipulação social designada a categoria da juventude, tornando uma cultura juvenil unitária, sem mesmo perceber que dentro desse grupo há múltiplas formas de expressão sobre o “ser jovem” e que precisa ser apreendida pela sociologia da juventude (Pais, 1990).

Com efeito, a juventude começa por ser uma categoria socialmente manipulada e manipulável e, como refere Bourdieu, o facto de se falar dos jovens como uma «unidade social», um grupo dotado de «interesses comuns» e de se referirem esses interesses a uma faixa de idades constitui, já de si, uma evidente manipulação. Na verdade, nas representações correntes da juventude, os jovens são tomados como fazendo parte de uma cultura juvenil «unitária». No entanto, a questão central que se coloca à sociologia da juventude é a de explorar não apenas as possíveis ou relativas similaridades entre jovens ou grupos sociais de jovens (em termos de situações, expectativas, aspirações, consumos culturais, por exemplo), mas também —e principalmente— as diferenças sociais que entre eles existem. (Pais, 1990, P. 140)

A partir dessas considerações, esta pesquisa mobiliza duas perspectivas analíticas sobre as juventudes: a primeira, de carácter normativo, vinculada à delimitação etária adotada pelas políticas públicas; e a segunda, de natureza sociológica, fundamentada na abordagem bourdieusiana, que recusa os critérios cronológicos e enfatiza as condições sociais de existência dos sujeitos. Todavia, privilegia-se esta última, por possibilitar uma análise mais complexa do objeto investigado, especialmente no que se refere às relações de classe que atravessam os jovens bolsistas, afim também de entender, qual a postura adotada pelo programa, se é em reconhecer ou inviabilizar a heterogeneidade das experiências juvenis.

Nessa perspectiva, a categoria juventude é aqui é compreendida em sua dimensão plural, relacional e historicamente situada. Parte-se do pressuposto de que os sujeitos da pesquisa, embora compartilhem a inserção em um mesmo território periférico de Fortaleza e em uma mesma política pública, constituem trajetórias marcadas por diferenças significativas em termos de experiências, vinculadas ao seu capital financeiro, social e cultural. Essa heterogeneidade evidencia-se, por exemplo, nas práticas desenvolvidas no âmbito da rede CUCA, espaço que congrega distintas formas de sociabilidade juvenil, frequentemente organizadas em agrupamentos simbólicos que expressam identidades, pertencimentos e modos de vida diversos (Oliveira; Barbalho, 2018).

No que se refere à noção de atuação juvenil, amplamente difundida em discursos institucionais direcionados às juventudes — sobretudo no contexto de Fortaleza —, observa-se a centralidade de um ideário pautado na autonomia, no protagonismo e na capacidade individual de transformação da realidade social (Costa; Vieira, 2005). Entretanto, tal perspectiva, ao privilegiar uma leitura individualizante das trajetórias juvenis, tende a camuflar as condições estruturais que incidem sobre esses sujeitos. Como consequência, pode-se levar a reprodução de uma racionalidade meritocrática, que acaba por responsabilizar os indivíduos por seus sucessos e fracassos, desconsiderando as desigualdades históricas e estruturais presentes em suas vidas. Nesse cenário, reforçam-se estigmas, particularmente em relação à juventude negra, cujas trajetórias são frequentemente avaliadas a partir de parâmetros que ignoram suas condições objetivas de existência (Silva et al., 2024).

Diante desse quadro, sustenta-se que a análise de políticas públicas voltadas às juventudes deve estar ancorada em uma abordagem interseccional, capaz de articular dimensões como territorialidade, relações étnico-raciais, classe e gênero. Dessa forma, essas categorias configuram-se como eixos estruturantes para a compreensão do objeto desta pesquisa, orientando a análise dos múltiplos atravessamentos que incidem sobre os jovens negros bolsistas do programa. Nesse sentido, o território — especialmente o bairro de residência — assume centralidade analítica, uma vez que materializa as condições concretas de vida dos sujeitos e possibilita investigar os modos pelos quais esses jovens produzem, ressignificam e negociam seus espaços de existência.

O território, assim, não se reduz a uma dimensão físico-geográfica, mas constitui-se como um espaço socialmente produzido, permeado por relações de poder, disputas simbólicas e processos de diferenciação social. Nessa direção, o conceito de territorialidade revela-se fundamental para a compreensão das dinâmicas sociais que estruturam as experiências dos sujeitos. Conforme argumenta Milton Santos (2007), a territorialidade deve ser entendida para além da ideia de localização, incorporando as relações de pertencimento, uso e significação estabelecidas pelos indivíduos. Trata-se, portanto, de uma construção que articula dimensões materiais e simbólicas, sendo indissociável das práticas sociais que lhe conferem sentido.

O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede. São, todavia os mesmos lugares que formam redes e que formam o

espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes, quiçá divergentes ou opostas. (Santos, 1994, p. 16).

Considerando o território como um conjunto de lugares e o espaço nacional como um conjunto de localizações, temos que estas estarão sempre mudando, não obstante o lugar fique o mesmo, em vista do constante rearranjo dos valores atribuídos a cada lugar e às atividades e pessoas presentes. (Santos, 1985, p.12).

Dessa forma, a territorialidade é aqui concebida como um processo dinâmico de apropriação e produção de sentidos, no qual indivíduos e grupos sociais constroem vínculos, projetam expectativas e elaboram estratégias de ação, ressignificando continuamente o espaço a partir de suas experiências e condições de existência (Coimbra; Saraiva, 2013).

A compreensão da categoria território não pode ser dissociada das condições concretas de existência dos jovens negros, cujas trajetórias, na contemporaneidade, são profundamente atravessadas pela violência. Nesse contexto, a cidade de Fortaleza, assim como seus bairros periféricos, insere-se em uma dinâmica mais ampla de intensificação da violência letal que tem marcado o cenário brasileiro nas últimas décadas. De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), divulgados no Atlas da Violência (2021), o Brasil registrou, no ano de 2019, um total de 45.503 homicídios. Todavia, conforme ressalta o próprio relatório, a redução observada entre 2018 e 2019 — estimada em 22,1% — deve ser interpretada com cautela, em razão das limitações e da deterioração na qualidade dos registros oficiais (Ipea, 2021).

É importante destacar que, a distribuição da violência letal no país não ocorre de maneira homogênea, mas apresenta um caráter seletivo e socialmente localizado. Quando analisados sob a perspectiva geracional, os dados revelam a centralidade da juventude como principal grupo vitimado. Segundo o Atlas da Violência (IPEA, 2021), a violência constitui a principal causa de morte entre jovens no Brasil. Dos homicídios registrados em 2019, 51,3% tiveram como vítimas indivíduos entre 15 e 29 anos, totalizando 23.327 jovens mortos — o que corresponde a uma média diária de 64 assassinatos. Esses números evidenciam a configuração de um padrão sistemático de extermínio da juventude, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidades socioeconômicas.

Ao incorporar o recorte étnico-racial à análise, observa-se o aprofundamento das desigualdades na distribuição da violência letal. Conforme

apontam os dados do IPEA (2021), 77% das vítimas de homicídio no Brasil são pessoas negras, cuja taxa de mortalidade atinge 29,2 por 100 mil habitantes, em contraste com a taxa de 11,2 registrada entre a população não negra. Essa disparidade indica que a probabilidade de indivíduos negros serem vítimas de homicídio é 2,6 vezes superior, evidenciando o caráter racializado da violência no país. Nesse sentido, a letalidade violenta não pode ser compreendida apenas como um fenômeno criminal, mas como expressão de desigualdades estruturais historicamente constituídas.

Dessa forma, a análise dos dados a partir da articulação entre raça e gênero evidencia a intensificação das vulnerabilidades que incidem sobre determinados grupos sociais. As mulheres negras, por exemplo, representam 66,0% do total de mulheres assassinadas no Brasil, apresentando uma taxa de mortalidade de 4,1 por 100 mil habitantes, superior à taxa de 2,5 observada entre mulheres não negras (IPEA, 2021). Assim, tamanhas evidências empíricas reforçam a necessidade de abordagens analíticas que considerem a sobreposição de diferentes eixos de desigualdade.

Nesse contexto, o conceito de interseccionalidade, conforme desenvolvido por Crenshaw (2002) e aprofundado por Akotirene (2019), constitui um importante instrumental teórico-analítico para compreender como múltiplos sistemas de opressão — como racismo, sexismo e desigualdades de classe — operam de forma articulada, produzindo efeitos específicos sobre a vida das mulheres negras. Trata-se, portanto, de um quadro analítico que permite evidenciar como essas sujeitas são posicionadas em zonas de maior vulnerabilidade social, especialmente nos pontos de convergência entre diferentes marcadores identitários, frequentemente descritos como “encruzilhadas” ou “intersecções” das estruturas de dominação (Akotirene, 2019).

Quando a discriminação racial era sofrida na forma da negação da participação política, esse fato tinha a tendência de ser reconhecido como violação dos direitos humanos. No entanto, quando a discriminação racial era vivenciada como uma discriminação implícita, como outras formas de segregação, o desafio era fazer com que essas diferenças nas formas pelas quais as pessoas negras sofriam violações de direitos humanos fossem consideradas à luz de um entendimento mais amplo dos direitos humanos. (Crenshaw, 2002, p. 9).

Assim, tanto as questões de gênero como as raciais têm lidado com a diferença. O desafio é incorporar a questão de gênero à prática dos direitos humanos e a questão racial ao gênero. Isso significa que precisamos compreender que homens e mulheres podem experimentar situações de

racismo de maneiras especificamente relacionadas ao seu gênero. As mulheres devem ser protegidas quando são vítimas de discriminação racial, da mesma maneira que os homens, e devem ser protegidas quando sofrem discriminação de gênero/racial de maneiras diferentes. (Crenshaw, 2002, p. 9).

Da mesma forma, quando mulheres negras sofrem discriminação de gênero, iguais às sofridas pelas mulheres dominantes, devem ser protegidas, assim quando experimentam discriminações raciais que as brancas freqüentemente não experimentam. Esse é o desafio da interseccionalidade. Uma das perguntas que devemos fazer é a seguinte: “O que há de errado com a prática tradicional dos direitos humanos? O que há de errado com a visão tradicional das discriminações racial e de gênero?” Um dos problemas é que as visões de discriminação racial e de gênero partem do princípio de que estamos falando de categorias diferentes de pessoas. (Crenshaw, 2002, p. 9).

Dessa forma, a análise da violência letal no Brasil, especialmente no que se refere às juventudes negras, exige uma abordagem que articule território, raça, gênero e classe como dimensões indissociáveis. Assim, essa perspectiva possibilita não apenas compreender a distribuição desigual da violência, mas também problematizar os limites das políticas públicas de proteção, evidenciando a necessidade de estratégias que considerem a complexidade dos contextos sociais nos quais esses sujeitos estão inseridos.

Como podemos analisar a seguir nas ilustrações da obra de Crenshaw (2002):

Figura 3 - Ilustração Da Obra De Crenshaw, 2002.

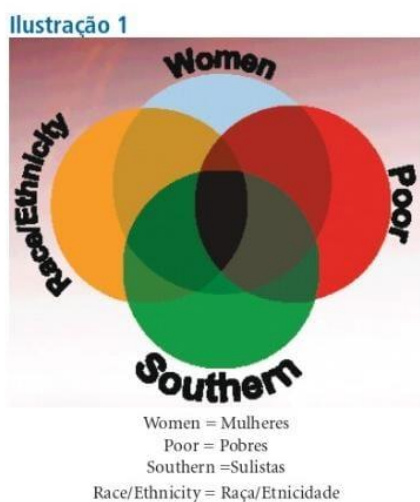


Figura 4 - Ilustração Da Obra De Crenshaw, 2002.



Fonte: Ilustrações da obra “A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero” (2002).

Nas análises ilustrativas de Crenshaw (2002), a autora elabora um esquema que faça o leitor compreender como operam as dinâmicas de um sistema opressor, é como se este sujeito, que é inserido em um sistema de mundo onde as opressões já estão dadas desde o seu nascimento, estivesse em uma encruzilhada em que as opressões atravessam os seus caminhos. Assim, é diante disso que a autora nos faz refletir que não podemos analisar os indivíduos somente a partir de uma opressão que o cercam, mas é preciso entender como esse sistema se estabelece diante das suas avenidas identitárias.

Precisamos, portanto, identificar melhor o que acontece quando diversas formas de discriminação se combinam e afetam as vidas de determinadas pessoas. Por essas razões, quando falo sobre interseccionalidade, inicialmente me concentro na noção dos eixos ou das ruas. (Crenshaw, 2002 p. 11).

Se uma pessoa imaginar uma interseção, ela visualizará ruas que seguem em direções diferentes – norte-sul, leste-oeste – e cruzam umas com as outras (*ver ilustrações 2 e 3*). Isso seria o que eu chamo de eixos da discriminação. Podemos pensar sobre a discriminação racial como uma rua que segue do norte para o sul. E podemos pensar sobre a discriminação de gênero como uma rua que cruza a primeira na direção leste-oeste. Esses são os sulcos profundos que podem ser observados em qualquer sociedade pelos quais o poder flui. O tráfego, os carros que trafegam na interseção, representa a discriminação ativa, as políticas contemporâneas que excluem indivíduos em função de sua raça e de seu gênero. (Crenshaw, 2002 p. 11).

Diante desse cenário de extrema violência, põem-se, de forma incontornável, os questionamentos formulados por Gomes e Laborne (2018):

O que se pode esperar de uma sociedade que expõe seus jovens a um grau alarmante de violência? Que extermina seus jovens? E, mais ainda, quando esse extermínio tem como recorte de crueldade o fato de a maioria desses jovens ser composta por homens negros? (Gomes; Laborne, 2018, p. 3).

A partir disso, indagações postas tencionam não apenas os limites das políticas públicas de proteção, mas também os fundamentos ético-políticos que estruturam a sociedade brasileira contemporânea, especialmente no que se refere à produção e à naturalização de desigualdades racializadas.

No âmbito do desenvolvimento deste projeto e da pesquisa em nível de pós-graduação, a categoria étnico-racial consolidou-se como eixo analítico central para a ampliação da compreensão acerca dos jovens bolsistas. Essa mudança teórica possibilitou não apenas a delimitação do recorte empírico — jovens negros inseridos no programa —, mas também o aprofundamento crítico do debate em torno das dinâmicas de exclusão e subalternização que atravessam suas trajetórias. Nessa direção, destacam-se as contribuições de autoras como Carla Akotirene (2019), Conceição Evaristo (2022) e Eliane Cavalleiro (2024), cujas produções problematizam o papel das instituições educacionais e sociais na reprodução de epistemologias hegemônicas que historicamente silenciam e reprimem as existências negras.

Essas autoras evidenciam a necessidade de uma reconfiguração dos processos educativos, de modo a incorporar perspectivas que articulem raça, classe, gênero e identidade, em contraposição a modelos formativos ainda fortemente ancorados em matrizes eurocêtricas. Trata-se, portanto, de tensionar os paradigmas tradicionais de produção do conhecimento, propondo a valorização de epistemologias outras, capazes de reconhecer e legitimar as experiências e saberes produzidos por sujeitos historicamente marginalizados.

A partir dessas premissas, compreende-se que a justificativa desta pesquisa encontra-se intrinsecamente vinculada às percepções e experiências dos sujeitos beneficiários da política pública em análise. Nesse sentido, a centralidade atribuída a esses atores não se limita a uma dimensão empírica, mas configura-se como uma escolha epistemológica, que orienta a construção de uma abordagem avaliativa sensível às múltiplas dimensões que constituem a experiência juvenil negra na capital do Ceará.

Assim, propõe-se o deslocamento de modelos avaliativos hegemônicos, tradicionalmente centrados em métricas quantitativas e na verificação do alcance de

metas previamente estabelecidas, em direção a uma perspectiva crítica e qualitativa, que privilegie a compreensão dos significados, das vivências e das interpretações produzidas pelos próprios sujeitos da política. Dessa forma, é a partir dessas bases epistemológicas que se fundamentou a perspectiva avaliativa deste trabalho, ancorando-a em um referencial que articula crítica social, sensibilidade metodológica e compromisso com a transformação das realidades investigadas.

5 DISCUSSÃO DOS EIXOS DA AVALIAÇÃO EM PROFUNDIDADE

5.1 Análise de conteúdo do Programa Bolsa Jovem: A Política Nacional de Juventude nos últimos anos no Brasil

O cerne desse capítulo tem como objetivo discutir, de forma aprofundada, os principais eixos relacionados à formulação, implementação e avaliação do Programa Bolsa Jovem no município de Fortaleza, articulando a análise das políticas públicas de juventude no contexto brasileiro com as experiências concretas dos jovens beneficiários da iniciativa. Inicialmente, será abordada a trajetória histórica da participação juvenil na construção das políticas públicas no Brasil, destacando os avanços institucionais, os mecanismos de participação social e os limites existentes nesse processo.

Em seguida, o capítulo discutirá o contexto de formulação do Programa Bolsa Jovem, sua estrutura institucional, seus objetivos e sua inserção nas políticas municipais de juventude. Posteriormente, será analisada a trajetória política e institucional das ações voltadas às juventudes em Fortaleza, evidenciando os investimentos públicos, os equipamentos de juventude e as articulações que possibilitaram a criação do programa. Por fim, serão apresentadas as percepções dos gestores e dos jovens bolsistas acerca da política pública, problematizando seus impactos sociais, econômicos e formativos, bem como os desafios relacionados à continuidade e efetividade das políticas de juventude no cenário contemporâneo.

Tendo em vista as considerações anteriormente apresentadas, esta seção tem por objetivo analisar a participação das juventudes no processo de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas no contexto brasileiro, compreendendo-a como dimensão constitutiva da cidadania e da democracia contemporânea.

Parte-se da concepção estabelecida no Eixo Temático I do Estatuto da Juventude (2013), intitulado “Do Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil”, segundo o qual se reconhece que o jovem tem direito à participação social e política e à participação na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude. Essa prerrogativa insere as juventudes no campo dos direitos políticos ampliados, reafirmando a centralidade da participação como

princípio estruturante das políticas públicas e como mecanismo de democratização das relações entre Estado e sociedade (Brasil, 2023).

Nessa direção, o Atlas das Juventudes (2021) destaca que a construção de uma governança pública efetiva depende da capacidade institucional de promover o engajamento juvenil, criando condições para o empoderamento e a participação qualificada desse segmento social. Conforme a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2020), a incorporação das juventudes nos processos decisórios contribui para a promoção de maior equidade intergeracional na distribuição de recursos e oportunidades. Nesse contexto, as Conferências de Juventude, realizadas nas esferas municipal, estadual e nacional, consolidam-se como importantes arenas participativas, nas quais se articulam demandas, propostas e disputas em torno das agendas juvenis.

Assim, esses espaços configuram-se como instâncias deliberativas e consultivas que possibilitam a expressão de múltiplas vozes juvenis, promovendo o debate público acerca das demandas contemporâneas e contribuindo para a formulação de diretrizes orientadas à ampliação dos direitos e das condições de vida das juventudes. A realização da 4ª Conferência Nacional de Juventude, em 2023, na cidade de Brasília, sob o tema “Reconstruir no Presente, Construir o Futuro: Desenvolvimento, Direitos, Participação e Bem Viver”, evidencia a retomada desses espaços após um hiato iniciado em 2015, revelando não apenas a descontinuidade institucional, mas também os limites históricos da participação juvenil na agenda pública brasileira (Brasil, 2023).

A reativação dessas instâncias participativas ocorre em um contexto de reconfiguração do cenário político nacional, marcado por disputas ideológicas e por mudanças nos projetos de governo ao longo dos últimos anos. Nesse sentido, torna-se imprescindível problematizar a efetividade dessas arenas participativas, conforme argumenta Szwako (2012), ao apontar os limites institucionais e as assimetrias de poder que atravessam esses espaços. As críticas oriundas da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais evidenciam que, frequentemente, essas instâncias operam sob uma lógica de participação controlada, na qual o potencial transformador das demandas sociais é limitado por dinâmicas institucionais que priorizam a governabilidade em detrimento da deliberação substantiva.

Nessa perspectiva, a análise proposta nesta seção busca tensionar o papel dessas instituições, refletindo sobre em que medida elas se constituem como espaços efetivos de incidência política ou se permanecem circunscritas a uma dimensão simbólica de participação, caracterizada por práticas que, por vezes, se aproximam de uma “falsa participação” (Moroni; Ciconello, 2005). Assim, essa problematização insere-se em um debate mais amplo acerca da qualidade da democracia e da capacidade do Estado de incorporar, de forma efetiva, as demandas de grupos historicamente marginalizados.

No contexto brasileiro, as juventudes não constituem um grupo homogêneo, sendo atravessadas por múltiplos marcadores sociais, como classe, raça, gênero e território. Esses elementos configuram dimensões analíticas fundamentais para a compreensão das desigualdades que estruturam as experiências juvenis. Assim, ao abordar a formação histórica da juventude brasileira, torna-se necessário compreendê-la como uma construção social e política, cujos contornos foram sendo delineados ao longo de processos históricos específicos.

Conforme destacam Caccia-Brava e Costa (2004), o reconhecimento da juventude enquanto categoria social no Brasil remonta ao século XIX, especialmente no contexto das mobilizações abolicionistas, consolidando-se ao longo do século XX com a emergência de movimentos sociais que protagonizaram importantes transformações na sociedade brasileira. Nesse percurso, destacam-se eventos e movimentos como a Semana de Arte Moderna de 1922, o Movimento Tenentista e a organização de forças político-partidárias, como aquelas que deram origem ao Partido Comunista Brasileiro, os quais evidenciam o protagonismo juvenil na arena pública.

Ao longo do século XX, a intensificação da mobilização juvenil consolidou-se, sobretudo, no âmbito do movimento estudantil, que desempenhou papel central durante o período da ditadura civil-militar (1964–1985). Nesse contexto, a juventude constituiu-se como sujeito político ativo na resistência ao regime autoritário, enfrentando processos de repressão e violência estatal. Episódios como o ataque à sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1964, e sua posterior reorganização, culminando na refundação da entidade em 1979, evidenciam a capacidade de articulação e resistência desse segmento social (Barros, 2014).

Com o passar dos anos, a atuação da juventude articulou-se a diferentes movimentos sociais e identitários, como o movimento negro, o movimento feminista,

o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e ao movimento LGBTQIAPN+, ampliando o escopo das lutas políticas e incorporando pautas relacionadas ao reconhecimento, à redistribuição e à justiça social (Brasil, 2018).

No início da década de 1980, essas mobilizações convergiram para o processo de redemocratização do país, tendo no movimento “Diretas Já!” um marco fundamental na luta pela ampliação dos direitos políticos. Embora a proposta de eleições diretas tenha sido rejeitada em 1984, a eleição indireta de Tancredo Neves, em 1985, simbolizou a transição para um regime democrático. Esse processo culminou na instalação da Assembleia Nacional Constituinte, em 1987, e na promulgação da Constituição Federal de 1988, amplamente reconhecida como Constituição Cidadã, a qual consolidou um conjunto significativo de direitos sociais e políticos, incluindo aqueles voltados às juventudes (Brasil, 2018).

Nesse contexto, os anos subsequentes à luta por direitos da juventude revelaram-se decisivos para a consolidação de marcos institucionais no Brasil. Em 1987, foi instalada, pelo Congresso Nacional, a Assembleia Nacional Constituinte, cuja finalidade central consistia na elaboração de uma Constituição democrática, após um período de 21 anos de ditadura militar. Esse processo culminou, em 1988, na promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, amplamente reconhecida como Constituição Cidadã (Brasil, 2018), em razão de seu caráter garantidor de direitos sociais e políticos.

A partir desse marco constitucional, observa-se a ampliação e institucionalização de direitos voltados à juventude no âmbito do Estado brasileiro. Dentre os principais dispositivos legais, destacam-se a Lei nº 8.069/1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); a Lei nº 8.680/1993, que estabelece a Semana Nacional do Jovem; a Lei nº 9.615/1998 (Lei Pelé), que regulamenta o desporto educacional; a Lei nº 10.172/2001, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE); a Lei nº 10.260/2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES); a Lei nº 12.513/2011, que cria o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC); e, de maneira mais abrangente, a Lei nº 12.852/2013, que institui o Estatuto da Juventude, estabelecendo princípios, diretrizes e direitos específicos, além de regulamentar o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE). A partir disso, tamanhos instrumentos normativos

evidenciam avanços significativos no reconhecimento da juventude como sujeito de direitos no cenário pós-constitucional (Brasil, 2018).

No que se refere ao contexto político e econômico, a década de 1990 caracterizou-se por um cenário de instabilidade, marcado por recessão econômica e crise inflacionária. Nesse período, ocorreram transformações políticas relevantes, como o processo de impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello, em 1992. As denúncias de corrupção e irregularidades financeiras desencadearam ampla mobilização social, com destaque para o movimento dos “*Caras-Pintadas*” ¹¹, protagonizado majoritariamente por jovens. O processo resultou na destituição do Presidente pelo Senado Federal, por ampla maioria de votos, configurando um marco na história democrática brasileira (Brasil, 2018).

No início dos anos 2000, observa-se um processo mais consistente de institucionalização das demandas juvenis no âmbito das políticas públicas. Durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e, posteriormente, nos primeiros mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva, houve a incorporação gradual da pauta da juventude na agenda governamental. Em 2003, foi instituída uma Comissão Especial com o objetivo de formular diretrizes para políticas públicas de juventude e elaborar o Plano Nacional de Juventude (PNJ). No ano subsequente, a comissão promoveu 33 audiências públicas, envolvendo gestores públicos, representantes da sociedade civil e milhares de jovens, o que contribuiu para a ampliação do debate público sobre a temática (Brasil, 2018).

Como desdobramento desse processo, em 2004, foi apresentado o Projeto de Lei nº 4.530/2004, que propunha a criação do Plano Nacional de Juventude, destinado à população jovem entre 15 e 29 anos. Esse movimento impulsionou avanços significativos no reconhecimento da participação juvenil como elemento central na formulação de políticas públicas. Nesse sentido, destaca-se a realização da 1ª Conferência Nacional de Juventude, em 2008, sob o tema “Levante sua bandeira”, que reuniu aproximadamente 2.000 delegados de todas as regiões do país, além de mobilizar mais de 400 mil participantes em suas etapas preparatórias,

¹¹ “Os Caras Pintadas foi um movimento que aconteceu no decorrer do ano de 1992. Esse evento foi organizado pelo movimento estudantil brasileiro que tinha como motivação principal, conseguir o impeachment do presidente do Brasil, Fernando Affonso Collor de Mello”. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/historia/caras-pintadas> Acesso em: 25/03/2025.

consolidando-se como um importante espaço de deliberação democrática (Brasil, 2018).

Nesse contexto, a ampliação dos mecanismos institucionais de participação social contribuiu para a abertura de novas possibilidades de inserção da juventude nos processos políticos e deliberativos no Brasil. Nesse sentido, destacam-se a realização da 2ª e da 3ª Conferência Nacional de Juventude, ocorridas nos anos de 2011 e 2015, cujos temas — “Conquistar direitos, desenvolver o Brasil!” e “As várias formas de mudar o Brasil”, respectivamente — evidenciam a centralidade atribuída à juventude no debate sobre desenvolvimento e cidadania (Brasil, 2018). Essas conferências configuraram-se como espaços estratégicos de articulação e mobilização juvenil, contribuindo não apenas para o fortalecimento do debate democrático, mas também para a formulação, o planejamento e a implementação de políticas públicas direcionadas a esse segmento social.

De acordo com Szwako (2012), em diálogo com autores como Pólis (2011), os primeiros anos do século XXI foram marcados por um processo de reativação dos conselhos federais e pela expansão de novos arranjos participativos no âmbito estatal. Sendo assim, tal dinâmica estaria diretamente associada aos desdobramentos da política promovida a partir da primeira eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, cujo governo incorporou, de maneira mais sistemática, a participação social como princípio estruturante da formulação de políticas públicas, especialmente aquelas voltadas à juventude. Como evidência empírica desse processo, destacam-se os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2011, os quais indicam a participação de aproximadamente cinco milhões de cidadãos em instâncias como conselhos e conferências nacionais, revelando a capilaridade e a relevância desses mecanismos participativos (Szwako, 2012).

No que concerne à trajetória histórica da participação social no Brasil, Szwako (2012) propõe uma distinção analítica entre a participação política no período pré-Constituição de 1988 e aquela desenvolvida no interior dos governos progressistas no século XXI. Assim, essa distinção fundamenta-se, segundo o autor, em dois eixos interpretativos. O primeiro refere-se ao contexto sociopolítico que antecede a redemocratização, no qual a participação assumia um caráter eminentemente emancipatório, estando intrinsecamente vinculada às lutas sociais e

à construção do protagonismo das classes populares como sujeitos históricos (Lavalle; Vera, 2011).

O segundo eixo, por sua vez, diz respeito ao processo de institucionalização da participação social, que passa a se materializar, de forma crescente, nos denominados “espaços participativos” formalizados pelo Estado. Nesse sentido, Szwako (2012) problematiza as transformações semânticas e políticas do conceito de participação ao longo do tempo, evidenciando a transição de uma concepção de participação popular — associada à mobilização social e à ação coletiva — para uma participação institucionalizada, mediada por estruturas formais e normativas. Esse deslocamento também se expressa na reconfiguração dos conselhos comunitários, que deixam de ser concebidos como espaços “populares” para se constituírem como conselhos gestores de políticas públicas. A partir dessa análise, o autor questiona os limites e as potencialidades da participação social em seu estágio institucionalizado, resgatando sua dimensão utópica e interrogando se estes mecanismos ainda são capazes de tensionar as estruturas de poder vigentes. Caso contrário, a participação tenderia a se restringir aos marcos institucionais previamente estabelecidos, esvaziando seu potencial transformador (Szwako, 2012).

A partir dessas reflexões, pode-se argumentar que a institucionalização de conselhos e conferências participativas desempenhou um papel duplo no campo político brasileiro. Por um lado, possibilitou a incorporação de movimentos sociais, organizações não governamentais e setores populares à dinâmica estatal, ampliando os canais de interlocução entre sociedade civil e governo. Por outro, esse processo implicou a inserção desses atores em estruturas institucionais que, em certa medida, condicionam e limitam suas formas de atuação. Desse modo, sujeitos historicamente posicionados à margem do sistema político passam a ocupar espaços institucionais, assumindo uma dupla condição: a de agentes críticos e, simultaneamente, a de participantes das estruturas anteriormente contestadas, o que produz tensões inerentes a essa inserção (Szwako, 2012).

Essa problemática mostra-se particularmente relevante para a compreensão das percepções da juventude acerca da participação social no Brasil contemporâneo. Embora se observe a consolidação de mecanismos institucionais de participação, parcela significativa dos jovens ainda associa a efetividade das transformações sociais à ação direta, especialmente por meio de mobilizações

coletivas, movimentos sociais e manifestações públicas. A partir dessa perspectiva, sugere uma coexistência, por vezes tensionada, entre formas institucionalizadas e não institucionalizadas de participação (Brasil, 2021).

Essa interpretação encontra respaldo empírico em uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em parceria com a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), em 2013, junto a jovens de 15 a 29 anos em todo o território nacional. O estudo, baseado em uma amostra de 3.300 entrevistas distribuídas em 187 municípios — estratificados por localização geográfica e porte populacional, abrangendo as 27 Unidades da Federação —, buscou analisar diferentes dimensões da participação social e política juvenil. Entre os achados, destaca-se a identificação das percepções dos jovens acerca dos mecanismos de transformação social, evidenciando a centralidade atribuída às formas de participação direta e coletiva na promoção de mudanças na sociedade brasileira. Como demonstra o gráfico na imagem a seguir:

Figura 5 - Dados Sobre A Pesquisa De Opinião Realizada Pela Secretaria Nacional De Juventude



Fonte: Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) (2013).

Com base na análise dos dados, é possível inferir, no âmbito do recorte populacional investigado, que a juventude brasileira atribui centralidade às formas de participação direta — como mobilizações de rua e atuação em associações ou coletivos organizados em torno de causas específicas — enquanto mecanismos privilegiados de promoção de transformações sociais no país.

Não obstante, observa-se também a expressividade do conjunto de menções de jovens que reconhecem a atuação dos partidos políticos como um vetor relevante para a melhoria da realidade social. Sendo assim, as evidências apontam para a permanência de um nível significativo de confiança no sistema político institucional, indicando que, embora coexistam diferentes repertórios de ação política, a via institucional ainda se mantém como referência legítima no imaginário juvenil.

Ademais, conforme assinala Souza (2004), a participação e as opiniões dos jovens não constituem categorias homogêneas, mas, ao contrário, são atravessadas por múltiplos significados e condicionantes sociais, políticos e culturais. Nesse sentido, a compreensão das formas de engajamento juvenil requer uma abordagem analítica que considere a pluralidade de experiências e percepções que configuram esse segmento social.

Por fim, reconhece-se que a temática comporta outras problematizações e desdobramentos analíticos. Contudo, opta-se, nesta pesquisa, por delimitar a discussão à análise da participação social da juventude brasileira na construção de políticas públicas, em consonância com os objetivos propostos.

5.2 Contexto da Formulação da Política do Bolsa Jovem no Município de Fortaleza

Passando do panorama nacional na construção de políticas públicas destinadas as juventudes, para o âmbito municipal, que reside a política avaliada. No que se refere ao Programa Bolsa Jovem, sua formulação ancora-se na instituição da Lei Ordinária nº 10.885, de autoria do então vereador e atual Secretário da Juventude de Fortaleza, Júlio Brizzi, promulgada em 27 de maio de 2019, no âmbito da Câmara Municipal de Fortaleza (Fortaleza, 2019). A partir desse marco legal, foram instituídas diversas iniciativas voltadas à juventude, tais como o *“Festival de Música da Juventude”*¹², o *“Projeto Juventude na Onda”*¹³, as *“Olimpíadas da Juventude”*¹⁴ e o

¹²“É um evento de caráter competitivo e formativo, voltado a todos os gêneros e estilos musicais. O Festival possui como principais objetivos aprimorar, desenvolver e incentivar jovens talentos da cultura musical de Fortaleza. ” (Fortaleza, 2024).

¹³“O Juventude na Onda é um programa da Prefeitura de Fortaleza que apoia escolinhas de surf e bodyboarding. O programa é realizado pela Secretaria Municipal da Juventude. ” (Fortaleza, 2022).

¹⁴“As Olimpíadas da Juventude são consideradas o segundo maior evento esportivo para a juventude do Estado do Ceará. Modalidades: futsal, Voleibol, Futebol de Areia, Vôlei de Praia, Handebol,

próprio Programa Bolsa Jovem, objeto desta avaliação. Este último insere-se no escopo das políticas públicas de juventude desenvolvidas no âmbito municipal, evidenciando uma estratégia de intervenção voltada à promoção de oportunidades e à inclusão social juvenil (Fortaleza, 2019).

No que concerne à sua governança, a gestão do programa se encontrava, até o fechamento do último edital, sob a responsabilidade da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude (CEPPJ), órgão vinculado ao Gabinete do Prefeito de Fortaleza, Evandro Sá Barreto Leitão, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) (Fortaleza, 2025). O Programa Bolsa Jovem configura-se, assim, como uma política pública de caráter municipal orientada à promoção do desenvolvimento de competências e habilidades individuais dos jovens. De acordo com dados institucionais, a iniciativa já beneficiou mais de cinco mil jovens, na faixa etária de 15 a 29 anos, abrangendo diferentes áreas do conhecimento e múltiplas modalidades de inserção formativa e sociocultural (Fortaleza, 2022). Como demonstra o quadro a seguir:

Tabela 5 – Áreas Do Conhecimento Contempladas Pelo Programa Bolsa Jovem

Áreas do conhecimento	Modalidades
Arte e Cultura:	Artes visuais, teatro, dança, entre outras.
Cidadania e Participação Social:	Diversidade, grêmios estudantis, inclusão social, entre outras.
Ciência, Educação e Tecnologia:	Robótica, pesquisa científica, e-games, entre outras.
Comunicação:	Jornalismo, multimídia, entre outras.
Comunidades e Povos Tradicionais:	Povos indígenas, comunidades ciganas, entre outras.
Práticas Recreativas e de Lazer:	Atividades lúdicas e recreativas.
Meio Ambiente e Sustentabilidade:	Educação ambiental, causas socioambientais, entre outras.
Saúde e Bem-estar:	Promoção da saúde humana, entre outras.
Economia Criativa e Empreendedorismo:	Artesanato, moda, pintura, entre outras.

Fonte: elaborado pelo autor.

Para a candidatura ao programa, estabelece-se um conjunto de critérios de elegibilidade que devem ser integralmente atendidos pelos (as) jovens interessados

(as). Dentre os critérios, destacam-se: a faixa etária entre 15 e 29 anos — conforme definido pelo Estatuto da Juventude (Brasil, 2013) —, admitindo-se exceção para pessoas com deficiência, cuja idade limite se estende até 35 anos; a residência no município de Fortaleza; a comprovação de renda familiar per capita de até um salário mínimo; e a inexistência de vínculo empregatício, bem como de qualquer forma de contratação por meio de projetos, ações ou contratos de gestão vinculados à Secretaria Municipal da Juventude (SEJUV). Ademais, não é permitido ao candidato o acúmulo de bolsas, auxílios, benefícios ou patrocínios na mesma área de atuação para a qual esteja pleiteando ingresso. Por fim, exige-se a comprovação de experiência prévia mínima de um ano em atividades, projetos ou pesquisas vinculadas a uma das áreas contempladas pelo Programa Bolsa Jovem (Fortaleza, 2022).

No que se refere às condições de participação, os (as) jovens selecionados (as) recebem uma bolsa mensal no valor de R\$ 300,00, pelo período de 12 meses, com vistas ao desenvolvimento de competências e habilidades nas áreas contempladas pela iniciativa. Em contrapartida, os(as) bolsistas devem cumprir um conjunto de obrigações institucionais, dentre as quais se destacam: o preenchimento de dois a quatro relatórios mensais em sistema próprio, até o décimo dia de cada mês, nos quais devem registrar as atividades desenvolvidas no período; a participação obrigatória, sob pena de desligamento do programa, em cursos ofertados pela plataforma Descomplica, com a devida apresentação de relatórios finais para fins de certificação; e o engajamento no ciclo formativo proposto pelo programa.

Além disso, estabelece-se como exigência a utilização das logomarcas do Programa Bolsa Jovem, da Secretaria Municipal da Juventude (SEJUV) e da Prefeitura de Fortaleza em todas as apresentações de trabalhos e materiais gráficos produzidos no âmbito das atividades vinculadas ao programa, conforme disposto nas diretrizes institucionais (Fortaleza, 2022).

Após a aprovação nos processos seletivos previstos em edital, os (as) jovens selecionados (as) passam a atuar em diferentes equipamentos públicos da cidade, com destaque para os Centros de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (CUCA's). Equipamentos que se configuram como espaços estratégicos de promoção de direitos, ao ofertarem serviços voltados à cidadania, à cultura, à educação, ao lazer e às práticas esportivas, atendendo, sobretudo, populações residentes em territórios periféricos e em regiões adjacentes.

Conforme a descrição institucional, o Programa Bolsa Jovem apresenta-se como uma política pública orientada à transformação social, ao promover o protagonismo juvenil, fomentar a inclusão social, estimular a dinamização econômica e contribuir para a mitigação das desigualdades sociais. Nessa perspectiva, o programa alinha-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com ênfase na erradicação da pobreza, na promoção da saúde e bem-estar, na igualdade de gênero e na redução das desigualdades (Fortaleza, 2023).

É a partir dessa concepção normativa da política que se propõe a presente análise, a qual busca avaliar a atuação de jovens negros bolsistas no âmbito do eixo de cidadania e participação social do Programa Bolsa Jovem. Como também, pretende-se problematizar os limites — institucionais, sociais e subjetivos — que incidem sobre o alcance da política, especialmente no que concerne à inserção e atuação desses sujeitos no referido eixo.

5.3 Trajetória institucional e Política na formulação do Programa Bolsa Jovem

No caso do município de Fortaleza, dados do Censo Demográfico de 2010, realizado pelo IBGE, indicam a existência de 718.613 jovens na faixa etária de 15 a 29 anos, correspondendo a aproximadamente 29,3% da população total (IPECE, 2013). No que diz respeito à autodeclaração de cor/raça, observa-se que 63,4% dessa população se identifica como preta ou parda, em contraste com 35% de brancos, 1,5% de amarelos (asiáticos) e 0,1% de indígenas (IPECE, 2013).

Assim, esses dados evidenciam que a juventude fortalezense é majoritariamente composta por pessoas negras, o que impõe a necessidade de incorporação do recorte racial como dimensão estruturante na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas voltadas a esse segmento. Nesse sentido, pensar políticas de juventude em Fortaleza implica, necessariamente, reconhecer as desigualdades raciais como elemento central na configuração das demandas sociais.

Embora se observe, nos últimos anos, uma ampliação da visibilidade das políticas de juventude, é importante destacar que essas iniciativas não se restringem às gestões recentes. Já em 2009, a Prefeitura Municipal de Fortaleza inaugurou o primeiro Centro de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (CUCA), localizado no bairro Barra

do Ceará, como desdobramento de demandas oriundas do Orçamento Participativo (OP) e como compromisso assumido pela então Prefeita Luizianne Lins (PT) (Alves; Barbalho, 2014).

Para além, disso em seu plano de campanha, a ex-prefeita do município conferiu atenção à juventude periférica da capital, especialmente àqueles residentes em territórios marcados por condições de pobreza e exclusão social, os quais demandam maior intervenção do poder público. Esse direcionamento pode ser evidenciado nos Planos Plurianuais (2006–2009) e (2010–2013), que contemplam a implementação de programas voltados à juventude de Fortaleza (Alves; Barbalho, 2014).

Tabela 6 – Programas Voltados À Juventude No Plano Plurianual Do Município De Fortaleza (2006–2009)

Nº	Programas/Ações	Secretaria Responsável	Valores Orçados (R\$)
1	Programa Cursinho Popular (Pop For)	Educação	9,0 milhões
2	Programa Projovem	Gabinete da Prefeita	29,0 milhões
3	Programa Cuca	Regionais	31,9 milhões
4	Programa Qualificação Profissional – Ação Proinfor e Capacitação de Jovem Ambientalista	Desenvolvimento Econômico	22,1 milhões
5	Ação CredJovem Solidário	Desenvolvimento Econômico	2,5 milhões
6	Ação Juventude Cidadã	Desenvolvimento Econômico	1,2 milhões
7	Ação Projeto Adolescente Cidadão	Fundação da Criança e da Família Cidadã	3,3 milhões
8	Ação Centro Ativo da Juventude	Fundação da Criança e da Família Cidadã	505,9 mil
9	Ação Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano	Fundação da Criança e da Família Cidadã	2,7 milhões

Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza (2005)

Tabela 7 – Programas Voltados À Juventude No Plano Plurianual Do Município De Fortaleza (2010–2013)

Nº	Programas/Ações	Secretaria Responsável	Valores Orçados (R\$)
1	Programa Cursinho Popular (Pop For)	Educação	7,2 milhões
2	Programa Projovem	Educação	69,5 milhões
3	Ação Projovem Adolescente	Assistência Social	5,9 milhões
4	Ação Atendimento à Criança, Adolescente e Jovem em Situação de Risco Social	Assistência Social	569,9 mil
5	Programa Cuca	Regionais	80,6 milhões
6	Programa Qualificação Profissional – Ação Proinfor	Desenvolvimento Econômico	24,0 milhões
7	Ação Capacitação de Adolescentes e Jovens para Formação Cidadã	Guarda Municipal	21,0 milhões
8	Ação CredJovem Solidário	Desenvolvimento Econômico	2,3 milhões
9	Ação Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano	Direitos Humanos	3,7 milhões
10	Ação Projeto Adolescente Cidadão	Direitos Humanos	3,4 milhões
11	Programa Integrado de Políticas Públicas de Juventude (PIPPJ)	Gabinete da Prefeita	21,3 milhões
12	Ação Praças da Juventude	Regionais	4,9 milhões
13	Programa Gestão da Política de Juventude	Gabinete da Prefeita	5,0 milhões
14	Ação Apoio e Realização de Festivais e Amostras (Festival das Juventudes)	Cultura	2,2 milhões

Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza (2009).

Destaca-se, ainda na gestão da ex-prefeita Luiziane Lins, a criação da Coordenação Municipal de Juventude, em 2007, posteriormente reconfigurada, em 2021 na gestão do ex-prefeito José Sarto, na forma da Secretaria Municipal da Juventude (Sejuv). Essa reestruturação institucional ampliou a capacidade de planejamento, gestão e captação de recursos, viabilizando a implementação de programas e ações estruturantes. Nos governos municipais da capital gerenciados pelos ex-prefeitos do PDT, a pasta da juventude ocupou uma parte significativa do orçamento, principalmente no atendimento das juventudes periféricas da cidade. No Plano Plurianual do primeiro mandato do ex-prefeito Roberto Cláudio (2014-2017) por exemplo, só nos programas prioritários como Fortaleza Inclusiva, Juventude Vive Fortaleza e Integração Cultural, Arte, Ciência e Esporte, foram investidos um montante de R\$ 53.894.523,38 reais. Os dados a seguir explicitam de forma mais detalhada os

programas e investimentos que fizeram parte do PPL da gestão do ex-prefeito de Fortaleza.

Tabela 8 – Programas Voltados À Juventude No Plano Plurianual Do Município De Fortaleza (2014–2017)

Desempenho Financeiro dos Programas Prioritários 2014-2017 (R\$ 1,00)				
Programas Prioritários	Previsto 2014-2017	Executado 2014-2015	Executado 2016-2017	% execução 2014-2017
Fortaleza Inclusiva	171.523.790,00	42.770.523,99	48.916.105,87	53%
Juventude Vive Fortaleza	13.734.700,00	1.553.444,48	3.279.537,78	35%
Integração Cultural, Arte, Ciência e Esporte	27.227.685,00	5.336.818,85	1.698.879,73	26%
TOTAL	212.486.175,00	49.660.787,32	53.894.523,38	49%

Fonte: SEPOG/COPLAM, (2017)

Tabela 9 - Desempenho Físico Das Ações Finalísticas - 2014-2017

Ações / Produto / Unidade	Meta 2014-2017	Executado 2014-2015	Executado 2016-2017
Promoção do Ensino Complementar com Foco no ENEM - Academia ENEM (Jovem Atendido – Pessoa)	38.200	15.780	19.656
Promoção da Elevação da Escolaridade a Jovens de 18 a 29 Anos - PROJOVEM URBANO (Jovem Beneficiado – Pessoa)	14.000	11.354	3.416
Promoção do Acesso à Internet nos Equipamentos de Juventude (Unidade Atendida – Pessoa)	42	49.654	80.000
Capacitação e Profissionalização de Adolescentes e Jovens - Adolescente Cidadão (Jovem Capacitado – Pessoa)	1.330	336	934
Realização de Cursos Profissionalizantes na Área de Informática - PROINFOR (Profissional Capacitado – Pessoa)	7.100	951	1.424
Gestão do Centro de Pesquisas Dinâmicas Juvenis (Estudo e Pesquisa Realizados – Estudo/Pesquisa)	10	2	4
Gestão dos CEU's (Centro Mantido – Unidade)	3	0*	0*
Gestão das Praças da Juventude (Manutenção Realizada – Unidade)	12	12	12
Gestão do Centro de Juventude Igor de Andrade de Lima (Centro Mantido – Unidade)	1	1	1
Monitoramento e Supervisão de Ações Voltadas ao Financiamento Juvenil – CREDJOVEM / BANJUV (Jovens Beneficiados – Pessoa)	600	145	134

Fonte: SEPOG/COPLAM, (2017).

Essas ações em prol da categoria dos jovens também podem ser vistas no Plano Plurianual (2022-2025) da gestão do ex-prefeito José Sarto, onde consegue estabelecer metas objetivas a pasta da juventude, mesmo que essa ainda esteja atrelada ao orçamento destinado a categoria infância e adolescência.

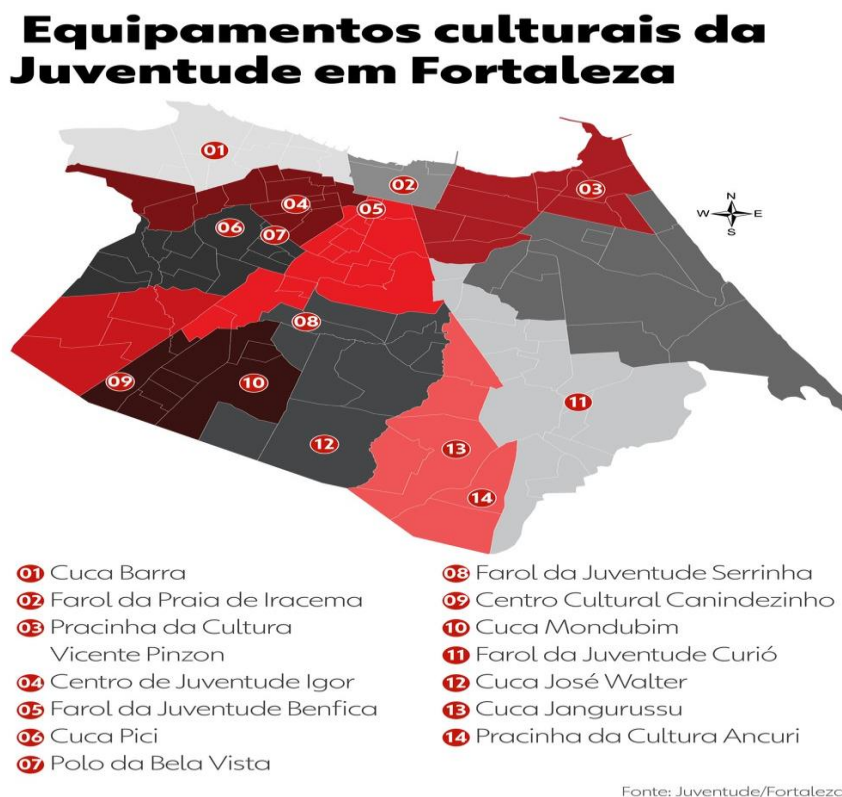
Tabela 10 – Orçamento Criança E Adolescente Exclusivo – Ppa 2022–2025

Órgão/Unidade Administrativa	Projeto/Ação	Meta Financeira (R\$)	Período
Secretaria Municipal do Esporte e Lazer (29101)	Concessão de Benefícios para o Desenvolvimento Esportivo de Crianças e Jovens (1497)	800.000 – 1.187.980	2022–2025
Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (31101)	Cada Vida Importa (0215)	210.000 – 250.000	2022–2025
Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (31101)	Realização de Parcerias com Organizações da Sociedade Civil para Desenvolver Ações de Redução de Homicídios de Adolescentes e Jovens (1002)	210.000 – 250.000	2022–2025
Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (31101)	Qualificação Profissional para Adolescentes e Jovens em Situação de Vulnerabilidade e Risco Social – PAC (2143)	600.000 – 770.000	2022–2025

Fonte: Prefeitura de Fortaleza, (2022).

Para além das ações dessas ações, nas gestões dos ex-prefeitos Roberto Cláudio (PDT) e José Sarto (PDT), foram inaugurados, até o ano de 2026 por exemplo, cinco unidades dos CUCA's — Barra do Ceará, Mondubim, Pici, José Walter e Jangurussu —, todas situadas em territórios periféricos, evidenciando uma estratégia de territorialização das políticas públicas voltadas às juventudes. Paralelamente à consolidação desses equipamentos, outras iniciativas institucionais contribuíram para o fortalecimento da agenda da juventude no município, a exemplo da Lei nº 10.855/2019, que institui projetos no âmbito das políticas públicas de juventude em Fortaleza, como também os equipamentos culturais destinados a juventude distribuídos pela cidade (Fortaleza, 2021).

Figura 6 - Mapa Dos Equipamentos Culturais Da Juventude Em Fortaleza



Fonte: G1 CE, (2023).

Nesse contexto, observa-se a constituição de uma trajetória institucional marcada pela progressiva ampliação de investimentos e pela consolidação de uma agenda pública voltada às juventudes. Em 2023, estima-se que os recursos destinados à área tenham alcançado o montante de R\$ 55 milhões, posicionando Fortaleza como a capital com maior investimento nesse campo no referido período (Fortaleza, 2023).

Na gestão da prefeitura de José Sarto, estimou-se que 30 projetos estariam em execução por meio da Secretaria Municipal da Juventude (SEJUV). Além disso, estava em andamento a construção do CUCA do Vicente Pinzón, novo equipamento que atenderia os jovens da parte Leste da capital (Fortaleza, 2023).

Por fim, destaca-se que os movimentos político-institucionais e as articulações intersetoriais estabelecidas ao longo desse processo foram fundamentais para a criação e implementação do Programa Bolsa Jovem, em 2019. Sendo essa iniciativa resultado não apenas da atuação do poder público municipal, mas também

da cooperação com organismos internacionais de financiamento, como o BID¹⁵, que desempenha papel relevante no fomento a políticas e projetos voltados às juventudes no contexto local.

No ano de 2017, ainda durante a gestão do ex-prefeito Roberto Cláudio, o município de Fortaleza firmou um contrato no valor de R\$ 65,475 milhões com vistas ao financiamento do Programa de Fortalecimento da Inclusão Social e Redes de Atenção – PROREDES. Assim, tamanha iniciativa tinha como finalidade central a melhoria das condições de saúde da população, bem como a redução de comportamentos de risco entre jovens em situação de vulnerabilidade social (BID, 2017).

A partir da viabilização desse instrumento financeiro, a Prefeitura Municipal passou a implementar um conjunto de políticas públicas orientadas à promoção da inclusão juvenil. Dentre essas ações, destacam-se a construção de três Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (CUCA's), a execução de programas voltados à qualificação profissional e ao desenvolvimento de capacidades de jovens em contextos de vulnerabilidade — com ênfase na perspectiva de gênero —, além do fortalecimento da gestão das políticas de juventude por meio da realização de oficinas, seminários, estudos e processos formativos (BID, 2017).

Nesse sentido, observa-se que é no bojo dessa articulação institucional, aliada às reconfigurações dos cenários políticos, que se consolidam as bases estruturantes das políticas públicas destinadas às juventudes em Fortaleza. Essas dinâmicas possibilitaram a formulação e a implementação de programas como o Bolsa Jovem, que contribuem, ainda que de forma gradual, para o enfrentamento das desigualdades que incidem sobre o público juvenil da capital.

¹⁵“O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) é uma organização financeira internacional com sede na cidade de Washington, EUA, criada no ano de 1959 com o propósito de financiar projetos de desenvolvimento econômico, social e institucional e promover a integração comercial regional na área da América Latina e o Caribe. ” (Brasil, 2024).

5.4 O contexto e o espectro temporal e territorial do Programa Bolsa Jovem no município de Fortaleza: o que a pesquisa de campo nos mostra.

5.4.1 A política do Bolsa Jovem a partir da perspectiva da gestão e implementação

No percurso de realização desta pesquisa, como já mencionado, não foi possível estabelecer um encontro formal com o Secretário Municipal da Juventude de Fortaleza, Júlio Brizzi, o que acarretou a necessidade de redirecionar as estratégias de coleta de dados no que se refere à sua perspectiva institucional. Diante dessa limitação, optou-se por recorrer a fontes secundárias qualificadas, como entrevistas concedidas à imprensa, registros em mídias digitais e pronunciamentos oficiais, entendidos como materiais legítimos de expressão de posicionamentos públicos do gestor.

A partir disso, as reflexões apresentadas a seguir foram sistematizadas a partir dessas falas públicas, buscando reconstruir, de maneira analítica e coerente, sua compreensão acerca das políticas públicas de juventude em Fortaleza, bem como a sua avaliação sobre o Programa Bolsa Jovem. Esse procedimento metodológico permite não apenas contornar a ausência da entrevista direta, mas também captar discursos produzidos em diferentes contextos, ampliando a compreensão sobre as diretrizes, prioridades e concepções que orientam a atuação da gestão municipal no campo das políticas de juventude.

Nesse sentido, o secretário parte de um diagnóstico estrutural da cidade, ao destacar que Fortaleza possui cerca de 2,5 milhões de habitantes, dos quais aproximadamente um terço é composto por jovens, majoritariamente concentrados nas periferias urbanas — especialmente no eixo que se estende do bairro Vicente Pinzón à Barra do Ceará, territórios marcados pelos menores índices de desenvolvimento humano. Essa configuração evidencia, em sua análise, a sobreposição entre juventude, vulnerabilidade social e desigualdade territorial, o que exige uma atuação direcionada e estratégica do poder público sobre essas áreas (Programa do Rubão, 2021).

Diante desse cenário, Brizzi defende que as políticas de juventude devem priorizar a ampliação de oportunidades concretas, sobretudo por meio de iniciativas

que combinem baixo custo financeiro e alta rentabilidade social. É nesse contexto que ele atribui destaque ao esporte como política pública prioritária, argumentando que essa área permite alcançar um grande número de jovens com recursos relativamente reduzidos, além de produzir resultados perceptíveis no curto, médio e longo prazo. Para o gestor, o esporte, assim como outras políticas socioculturais, atua não apenas na dimensão individual, mas também gera impactos coletivos, ao mobilizar comunidades e criar referências positivas — exemplificadas por trajetórias como a de Rebeca Andrade, cuja origem em projetos sociais reforça o potencial transformador dessas iniciativas (EntreFios, 2021).

Paralelamente, o secretário enfatiza a importância de equipamentos públicos como a Rede Cuca, entendida como uma política estruturante capaz de materializar a presença do Estado nos territórios em que a vulnerabilidade se apresenta com uma maior proporção. Ao ofertar atividades culturais, esportivas, formativas e de convivência, esses espaços se consolidam como instrumentos fundamentais para o desenvolvimento integral das juventudes, possibilitando que os jovens descubram vocações, construam projetos de vida e ampliem suas perspectivas de futuro (Opovo+, 2021).

No que se refere ao Programa Bolsa Jovem, a avaliação apresentada o insere no conjunto de políticas voltadas à redistribuição de renda e à promoção de oportunidades. O secretário compreende, que iniciativas dessa natureza são essenciais para garantir condições mínimas de permanência dos jovens em trajetórias formativas e de inserção social, sobretudo em contextos marcados por desigualdades históricas. Assim, o programa aparece como parte de uma estratégia mais ampla de inclusão social, articulada a outros projetos, como o Juventude Sem Fronteiras, que visam expandir horizontes e fomentar expectativas antes consideradas inalcançáveis (Opovo+, 2021).

“Sempre ouvia na política que o jovem precisava de atenção, mas nunca via quase nada feito, além das palavras! Dentre tantos projetos, em 2019 criamos o Bolsa Jovem, primeiro programa de transferência de renda da juventude da periferia do Brasil que criamos. Na 1º edição foram 03 níveis com bolsas de 300 a 1200 reais com estímulo e acompanhamento pro jovem evoluir! Luto pra aumentar o Bolsa Jovem e voltar pro modelo da 1º edição com mais oportunidades e atenção a nossa juventude!” (Brizzi, 2024)

Outro aspecto central de sua perspectiva é a defesa de uma abordagem que reconheça a diversidade das juventudes. Para o secretário, não se trata de um

público homogêneo, mas de sujeitos com diferentes interesses, necessidades e trajetórias, o que demanda a diversificação das políticas públicas e a ampliação do acesso a serviços como educação em tempo integral, formação profissional, cultura e lazer. Nesse sentido, ele sustenta que é fundamental “chamar o jovem pelo nome”, isto é, garantir dignidade, reconhecimento e efetivação de direitos, por meio de políticas que sejam, ao mesmo tempo, eficientes e sensíveis às especificidades desse segmento social (Programa do Rubão, 2021).

Por fim, sua análise se ancora em uma perspectiva otimista, ainda que realista, quanto aos desafios. Ao reconhecer que persistem obstáculos estruturais, Brizzi reafirma que o fortalecimento contínuo das políticas de juventude — evidenciado pela ampliação de equipamentos e pela manutenção de programas de transferência de renda — aponta para a construção de uma cidade mais equitativa, inclusiva e menos fragmentada. Nessa lógica, as juventudes não são apenas beneficiárias, mas agentes ativos de transformação social, capazes de impactar seus territórios e contribuir para a construção de uma Fortaleza mais justa (Opovo+, 2021).

No âmbito do trabalho de campo, estabeleceu-se contato, no CUCA do Pici, com uma das coordenadoras do Observatório da Juventude de Fortaleza, a qual será identificada, para fins desta pesquisa, pelo pseudônimo Maria. A interlocutora participou de forma pontual do processo de implementação do Programa Bolsa Jovem, constituindo-se como agente fundamental para a inserção da pesquisa no campo empírico. Sua mediação possibilitou a circulação no equipamento e o estabelecimento de diálogos com funcionários envolvidos no desenvolvimento do programa, bem como de outras iniciativas voltadas à juventude no âmbito da Prefeitura de Fortaleza. Nesse sentido, Maria será caracterizada como uma agente situada na esfera da implementação da política pública, atuando na relação entre o desenho institucional da política e seu público-alvo.

O primeiro contato com Maria estabeleceu-se no momento em que procurei a Secretaria Municipal da Juventude (SEJUV) da capital, com o intuito de obter dados previamente referenciados no site da Prefeitura de Fortaleza, nos quais se indicava uma avaliação positiva dos bolsistas em relação ao Programa Bolsa Jovem. Em um primeiro momento, a referida secretaria não conseguiu atender à solicitação; posteriormente, fui direcionado à coordenadora do Observatório da Juventude, que prontamente se dispôs a colaborar na busca pelas informações. Todavia, em razão

de entraves burocráticos não explicitados, não foi possível acessar os resultados da avaliação pretendida.

No período em questão, ocorria, em Fortaleza, a 4ª Conferência Municipal da Juventude, realizada no Cuca do José Walter, ocasião em que foi possível estabelecer um diálogo mais aprofundado acerca da implementação do Programa Bolsa Jovem e de seu desenvolvimento no âmbito da Secretaria de Juventude (SEJUV). Durante a interlocução, foram discutidos aspectos centrais relativos ao funcionamento do programa e aos seus desdobramentos institucionais. Maria destacou que, por estar diretamente vinculado à referida pasta, o programa depende de repasses institucionais para a publicação de editais, salientando que, naquele contexto pré-eleitoral, já circulavam indícios — ainda que de caráter informal — acerca de uma possível descontinuidade do programa, o que veio a se concretizar no ano de 2025.

“O Programa Bolsa Jovem sempre esteve muito vinculado à Secretaria da Juventude, principalmente no que diz respeito aos repasses institucionais necessários para a publicação dos editais e para a continuidade das ações. Naquele contexto pré-eleitoral, já circulavam muitos comentários informais sobre a possibilidade de o programa ser interrompido, e isso acabou se concretizando posteriormente, em 2025. ” (Maria, coordenadora do Observatório da Juventude).

A interlocutora acrescenta que, mesmo inserida na gestão municipal vigente à época, percebia como problemática a vinculação de programas e projetos voltados à juventude a determinadas gestões e agentes políticos, o que, em sua avaliação, contribui para a consolidação de uma percepção recorrente entre os bolsistas acerca da instabilidade dessas iniciativas.

“Uma questão que considero bastante problemática é o fato de muitos programas e projetos voltados à juventude ficarem excessivamente associados às gestões políticas e aos agentes que ocupam cargos de poder naquele momento. Isso faz com que as políticas públicas sejam percebidas como ações temporárias, e não como direitos permanentes da juventude. ” (Maria, coordenadora do Observatório da Juventude).

“Os próprios bolsistas acabam percebendo essa instabilidade. Existe uma sensação recorrente de insegurança em relação à continuidade dos programas, porque a cada mudança de governo surge também a possibilidade de mudanças nas prioridades da gestão, o que impacta diretamente a permanência das políticas públicas destinadas às juventudes. ” (Maria, coordenadora do Observatório da Juventude).

No decorrer do diálogo, a coordenadora do Observatório da Juventude concedeu acesso a uma plataforma institucional, mediante login e senha, na qual se encontram sistematizados os trabalhos desenvolvidos pela rede ao longo dos últimos anos, bem como informações relativas aos projetos vinculados à Secretaria de Juventude (SEJUV). Nesse ambiente, é possível identificar registros sobre o Programa Bolsa Jovem e sua trajetória institucional, desde a promulgação da legislação que o instituiu até a publicação de seus editais e respectivas edições.

Ao ser questionada sobre os desafios inerentes à atuação na implementação de políticas públicas voltadas à juventude de Fortaleza, Maria destacou a tensão existente entre práticas que denominou como “politicagem” e a condução cotidiana da política pública.

“Na implementação cotidiana das políticas públicas para juventude, existe uma tensão constante entre aquilo que deveria ser a condução técnica e institucional das ações e aquilo que muitas vezes aparece como ‘politicagem’. Isso gera um desgaste significativo para quem atua diretamente na execução dessas políticas, porque frequentemente os programas ficam condicionados às disputas políticas e às mudanças administrativas.” (Maria, coordenadora do Observatório da Juventude).

“Quando observamos a trajetória das políticas públicas de juventude em Fortaleza, percebemos que muitas iniciativas enfrentam dificuldades para se consolidarem como políticas permanentes de Estado. Em grande medida, isso ocorre porque sua continuidade depende muito mais das decisões das gestões em exercício do que de uma estrutura institucional consolidada e estável.” (Maria, coordenadora do Observatório da Juventude).

Segundo sua análise, há um desgaste significativo na execução de programas cujas diretrizes e continuidade encontram-se intrinsecamente condicionadas às mudanças de governo, o que contribui para a recorrente descontinuidade das políticas públicas destinadas às juventudes no contexto municipal.

5.4.2 O perfil dos jovens bolsistas e suas percepções sobre o Programa Bolsa Jovem

Para apreender as percepções dos jovens ex-bolsistas, foi elaborado um questionário geral acerca da experiência de participação deles no Programa Bolsa Jovem. O formulário, desenvolvido por meio da plataforma *Google Forms*, contou com perguntas sobre a trajetória pessoal de cada jovem dentro do programa. De caráter

semiestruturado, o questionário incluiu questões objetivas e abertas, com o intuito de captar, da forma mais ampla possível, as experiências vivenciadas pelos participantes. O questionário obteve 20 respostas válidas no período de 08/2025 a 01/2026.

Entre as perguntas, abordaram-se aspectos relacionados à rotina dos bolsistas no programa, ao eixo ao qual pertenciam, às possíveis transformações proporcionadas pela política pública e, além disso, questões de natureza socioeconômica, cultural e social de cada participante.

A divulgação do questionário ocorreu por meio das redes sociais, principalmente em grupos de *WhatsApp* que reúnem ex-bolsistas e jovens interessados em participar de futuros editais. Embora a divulgação também tenha se estendido a outros canais de comunicação, como *Instagram*, *Facebook* e *Twitter*, o maior percentual de respostas teve origem nesse grupo específico do *WhatsApp*.

Essa comunidade digital, intitulada “Bolsa Jovem Informações”, foi criada em janeiro de 2024 por jovens que participaram dos últimos editais lançados até então e aguardavam por novas informações sobre o edital seguinte, previsto para o ano de 2025. Embora esse edital não tenha sido lançado, conforme mencionado anteriormente, as trocas de informações continuaram ao longo de todo o ano, sendo atualizadas a cada nova expectativa de publicação.

Inicialmente, esse era o único objetivo do grupo. No entanto, à medida que as informações sobre um possível edital se tornaram escassas, a rede social passou a assumir outros significados. Com frequência, os membros começaram a divulgar jogos de azar, vendas de peças de roupas, bingos, rifas e até anúncios de aluguel de imóveis. Ao questionar os administradores sobre o uso do grupo para essas finalidades, eles relataram que, infelizmente, algumas pessoas passaram a encarar o valor da bolsa do programa como uma fonte de renda. Como, naquele ano, o benefício não foi concedido, esses indivíduos precisaram buscar outros meios de subsistência, e os administradores consideraram inadequado proibir o uso do espaço como forma de arrecadação de uma renda extra.

No grupo, minha participação como pesquisador foi apresentada desde o momento em que adentrei. Optei pela realização de uma observação não participante, já que, em muitos momentos, os assuntos tratados não diziam respeito diretamente ao Programa Bolsa Jovem. Ainda assim, diversas conversas paralelas acabavam por

revelar a situação social, econômica e cultural dos jovens que faziam parte do programa.

Em muitos casos, o jovem que busca um programa de assistencialidade o faz porque, por algum motivo, necessita da atuação do Estado para suprir uma demanda que a família não conseguiu atender, seja de cunho educacional, esportivo ou cultural. Esse jovem, inserido em uma política pública, pertence a uma camada da sociedade que necessita do auxílio das autoridades para potencializar as suas habilidades juvenis.

No grupo do *WhatsApp*, um dos motivos mais evidentes que levam os jovens a procurar o Bolsa Jovem é o auxílio financeiro concedido pelo programa. Embora possua um valor simbólico no que diz respeito à subsistência, esse recurso se torna uma ajuda importante para a compra de um equipamento novo, como uma chuteira, uma sapatilha, ou até mesmo para auxiliar no custeio do transporte de deslocamento até o local onde o jovem realiza suas atividades.

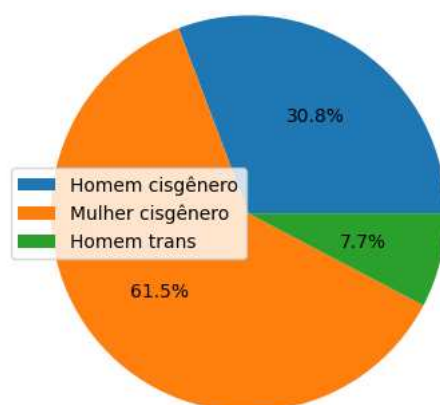
Nesse primeiro momento, a necessidade de possuir uma renda, ainda que mínima, apresentou-se como prioridade, antes mesmo da possibilidade de desenvolver uma habilidade juvenil por meio do programa. Esse desejo é compreensível quando se considera a realidade social em que esses jovens estão inseridos, na qual o poder de compra, em muitos casos, não lhes era acessível antes da implementação da política pública.

Para além do desenvolvimento de habilidades juvenis, a oportunidade de adquirir bens, por menores que fossem, foi potencializada a partir do programa. É imprescindível observar como as políticas de assistencialidade, nos últimos anos, têm contribuído para modelar o poder de compra das populações residentes nas regiões periféricas dos grandes centros urbanos, como Fortaleza. Essas políticas, de alguma forma, transformaram um cenário antes marcado por estereótipos de marginalização, violência e criminalidade, abrindo espaço para a promoção da educação, da cultura, do lazer e do bem-estar da população brasileira que reside nas periferias.

Todo esse cenário descrito reverbera nas respostas do questionário geral aplicado aos ex-bolsistas. Em sua grande maioria, as respostas revelam um cenário de transformação na vida desses jovens a partir da entrada no programa. Em uma primeira análise das respostas, podemos verificar que as jovens mulheres são, em grande parte, as beneficiárias da política: do total de respostas, mais de 61,5%

correspondem ao público feminino, composto de mulheres cis, enquanto 38,5% correspondem ao público masculino, entre homens cis e trans, que fazem parte da política (ONU, 2016).

Figura 7- Distribuição Dos Respondentes Segundo Identidade De Gênero



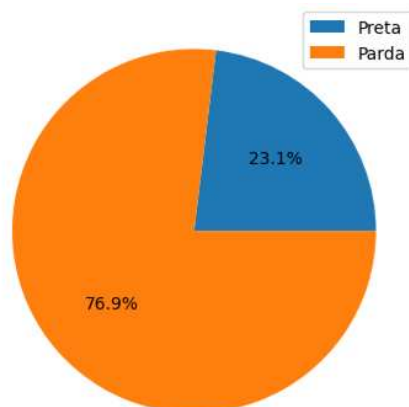
Fonte: elaborado pelo autor.

Essa micro realidade municipal da política está relacionada ao cenário nacional, no qual as mulheres brasileiras figuram como as maiores beneficiárias de políticas sociais, conforme destaca uma publicação da ONU Mulheres e do Governo brasileiro, de 2016. Segundo esse relatório, ao tomarmos o Cadastro Único como referência, observa-se que os dados evidenciam uma feminização da pobreza nos últimos anos, na qual as mulheres chefes de família e beneficiárias do Programa Bolsa Família correspondem a 93% do público contemplado, totalizando quase 13 milhões de famílias (ONU, 2016).

A pesquisa também apontou que 88% das famílias inscritas nos programas sociais brasileiros eram lideradas por mulheres e que 73% eram famílias negras. Esses números vão ao encontro da nossa micro realidade, na qual mais de 99% das jovens que responderam ao questionário se autodeclararam pardas ou pretas. Podemos considerar, em um primeiro momento, a existência de um ciclo de participação das mulheres negras em programas sociais, que se inicia na infância, com suas mães, passa pela juventude e se estende até o momento em que passam a chefiar suas próprias famílias. Essa realidade é fruto de um sistema de desigualdade

brasileiro que coloca as mulheres negras, como o grupo em situação de maior vulnerabilidade em nossa configuração social (IPEA, 2024).

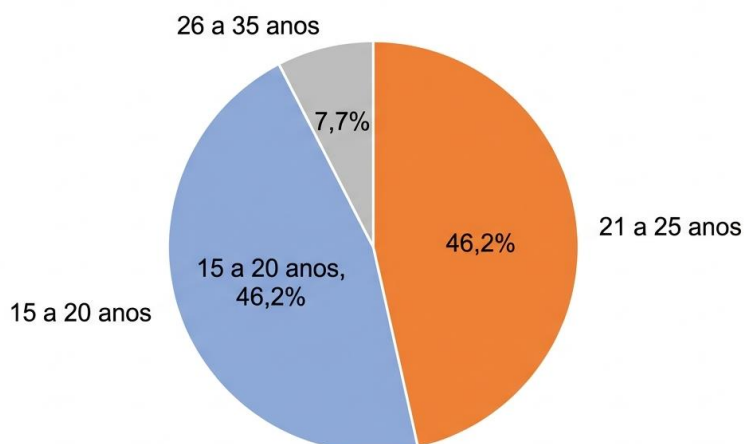
Figura 8 - Distribuição Dos Respondentes Segundo Raça/Cor



Fonte: elaborado pelo autor.

A análise do perfil etário dos bolsistas entrevistados indica que boa parcela dos participantes possuía entre 15 e 20 anos no momento de inserção no programa, correspondendo a 46,2% dos entrevistados. Na sequência, 46,2% encontravam-se na faixa etária de 21 a 25 anos, enquanto 7,7% tinham entre 26 e 35 anos. Como demonstra o gráfico a seguir.

Figura 9 - Distribuição Por Faixa Etária Dos Participantes Do Programa Bolsa Jovem



Fonte: elaborado pelo autor.

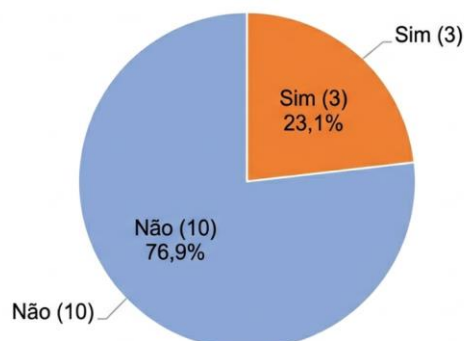
No âmbito das políticas públicas voltadas à juventude, é desejável que a maior concentração de beneficiários esteja situada entre os 15 e 20 anos, uma vez que tais políticas são concebidas para atuar em um período específico do ciclo de vida, não devendo ser compreendidas como fonte permanente de renda. Seu propósito central consiste no estímulo ao desenvolvimento de habilidades e capacidades juvenis, favorecendo o desenvolvimento social e cultural desses sujeitos (Agência Brasil, 2024).

A experiência do Programa Bolsa Família reforça essa perspectiva. Conforme estudo do Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS), divulgado pela Agência Brasil (2024), dos 15,5 milhões de jovens entre 7 e 16 anos beneficiários do programa em dezembro de 2012, 10,3 milhões (66,5%) deixaram de receber o benefício ao longo dos 12 anos seguintes, até 2024, evidenciando avanços em termos de mobilidade socioeconômica.

Assim, tomando esses dados como referência, observa-se que a presença de beneficiários do Bolsa Jovem na faixa etária de 26 a 35 anos, ainda que minoritária, pode sinalizar a permanência de vulnerabilidades estruturais, associadas à escassez de oportunidades no mercado de trabalho e às limitações no acesso à formação continuada. Assim, essa constatação acaba por revelar a complexidade dos processos de superação da pobreza e dos mecanismos de mobilidade social no contexto brasileiro (IPEA, 2025).

É possível realizar um cruzamento dessas informações com as respostas fornecidas pelos ex-bolsistas quando indagados acerca da existência de algum encaminhamento, por parte do programa, para oportunidades de emprego ou para cursos de formação vinculados ao eixo formativo no qual estiveram inseridos após o término da bolsa. As respostas nos revelam que mais de 76% dos entrevistados afirmaram não ter recebido qualquer tipo de encaminhamento institucional, seja para inserção no mercado de trabalho, seja para a continuidade da formação profissional.

Figura 10 - Entrevistados Respondem Se Foram Encaminhados Para Algum Emprego Ou Curso Relacionado Ao Seu Eixo Formativo Após O Terminio Do Programa



Fonte: elaborado pelo autor.

Esse resultado evidencia uma fragilidade estrutural recorrente nas políticas públicas de formação destinadas ao público juvenil. Embora se observe, nas últimas décadas, a ampliação do número de programas voltados ao desenvolvimento da juventude e sustentabilidade. A continuidade dessas iniciativas permanece fortemente condicionadas aos contextos políticos e institucionais de cada território. Essa dependência compromete a consolidação de trajetórias formativas contínuas, dificultando processos de qualificação, especialização e desenvolvimento das competências juvenis.

Nesse sentido, a Secretaria Nacional de Juventude (2023) aponta que, no período compreendido entre 2019 e 2022, ocorreu uma significativa desarticulação da dimensão interfederativa e transversal da Política Nacional de Juventude no Brasil, acompanhada pela redução de seu peso institucional, organizacional e orçamentário. O enfraquecimento dessas estruturas contribuiu para o desmonte de políticas sociais no país, impactando de maneira mais intensa os jovens em situação de maior vulnerabilidade social.

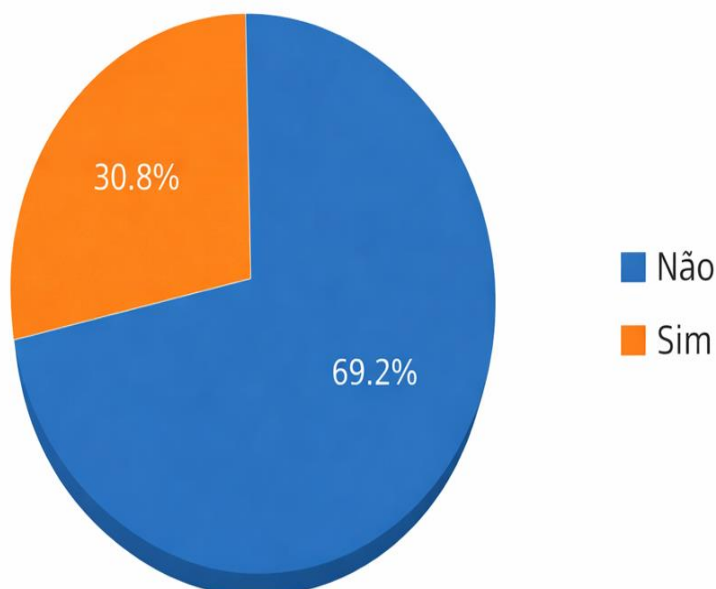
Esse cenário de instabilidade e descontinuidade também se expressa no âmbito das políticas municipais de juventude. Ao considerar o Programa Bolsa Jovem no município de Fortaleza, observa-se que a política foi concebida e implementada durante a gestão do ex-prefeito Roberto Cláudio (PDT), mantida na administração subsequente de José Sarto (PDT) e interrompida — ao menos até o presente momento — na atual gestão do Prefeito Evandro Leitão (PT). Assim, essa trajetória

evidencia que a permanência de programas voltados à juventude, seja no plano nacional ou municipal, está diretamente associada às orientações político-ideológicas e às prioridades estabelecidas pelas diferentes gestões governamentais.

Dessa forma, constata-se que a existência e a continuidade das políticas públicas destinadas à juventude dependem, em grande medida, da vontade política dos gestores, configurando-se como um dos principais entraves à consolidação desse campo. Mesmo iniciativas que apresentam desenho institucional robusto e resultados positivos permanecem sujeitas à decisão restrita do poder executivo, o que as torna vulneráveis à interrupção. Esse dilema do processo de formulação e implementação de políticas públicas no Brasil tem sido amplamente discutido na literatura especializada, conforme aponta Silva (2008), ao destacar que, nesse contexto, os principais prejudicados são os beneficiários das políticas, que delas dependem para ampliar suas condições de vida, fortalecer sua inserção social e desenvolver suas capacidades e habilidades, como é o caso dos jovens atendidos pelo Programa Bolsa Jovem.

A descontinuidade das políticas públicas voltadas à juventude exerce influência direta sobre os percursos formativos e profissionais dos bolsistas, especialmente no que se refere à consolidação do eixo formativo ao qual estiveram vinculados. Sendo assim, essa interrupção tende a induzir esses jovens à busca por outros programas de iniciativa juvenil que dialoguem com sua área de formação ou, em casos mais extremos, ao abandono da atuação no campo profissional desejado. No caso dos ex-bolsistas entrevistados que integraram o Programa Bolsa Jovem, a ausência de mecanismos de incentivo ou acompanhamento ao término da bolsa contribuiu para que mais de 30% dos participantes entrevistados deixassem de desempenhar atividades relacionadas ao respectivo eixo formativo. Esse percentual revela-se expressivo quando considerado o volume de investimento público direcionado ao desenvolvimento das competências juvenis desses sujeitos.

Figura 12 - Entrevistados Respondem Se Continuaram A Realizar Atividades Relacionadas Ao Eixo Formativo Em Que Participou Durante O Programa



Fonte: elaborado pelo autor

Embora se observe um crescimento nos investimentos destinados às políticas de incentivo à população infantojuvenil, tais recursos ainda se mostram insuficientes para atender às demandas estruturais existentes. Essa constatação é corroborada pelo levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), acerca dos repasses federais destinados à população de 0 a 17 anos no período de 2019 a 2024. De acordo com o relatório, apesar do aumento da participação dos gastos do Orçamento Geral da União (OGU) com crianças e adolescentes — de 3,36% em 2019 para 4,91% em 2024 —, tais percentuais permaneceram inferiores a 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

No âmbito municipal, a cidade de Fortaleza destaca-se, nos últimos anos, como uma das capitais brasileiras que mais alocaram recursos financeiros em políticas públicas voltadas à juventude, conforme indicam os dados orçamentários oficiais. Esse planejamento evidencia a centralidade conferida ao público juvenil pelas gestões municipais recentes. Todavia, cabe ressaltar que parcela significativa desse

financiamento encontra-se condicionada a parcerias com organismos internacionais, a exemplo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Ainda assim, os esforços de gestão municipal possibilitaram, em certa medida, a descentralização dos recursos financeiros, viabilizando a implementação de múltiplos projetos sociais distribuídos territorialmente pela capital (Fortaleza, 2023).

Apesar da ampliação do número de programas sociais e da tentativa de abarcar um contingente cada vez maior de jovens, persiste um nível significativo de insatisfação entre os beneficiários no que concerne ao valor da bolsa mensalmente concedida. Essa crítica figura entre as sugestões mais recorrentes apresentadas pelos jovens entrevistados quando questionados sobre possíveis aprimoramentos do Programa Bolsa Jovem em edições futuras.

A análise dos editais mais recentes revela que a política pública se propõe a fomentar o protagonismo juvenil, promover a inclusão social, estimular a ativação econômica e mitigar desigualdades sociais, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Entretanto, a materialização desses objetivos encontra limites concretos no montante financeiro destinado aos beneficiários: uma bolsa mensal no valor de R\$ 300,00 reais, que, diante do contexto socioeconômico brasileiro contemporâneo, mostra-se insuficiente para assegurar, sequer, o atendimento às premissas iniciais de proteção e inclusão social previstas pelo programa.

Apesar das críticas direcionadas ao valor mensal da bolsa concedida pelo programa, os jovens reconhecem o papel transformador que o Bolsa Jovem desempenha em suas trajetórias de vida, especialmente no que se refere à geração de renda, a qual contribui para a ampliação de seu poder de compra. Para além da dimensão financeira, os participantes também responderam, por meio do questionário, a questões relacionadas às suas rotinas e ao desenvolvimento das atividades vinculadas ao programa.

Uma das perguntas teve como objetivo identificar os eixos formativos nos quais os entrevistados atuavam no âmbito do Bolsa Jovem. A distribuição das respostas ocorreu conforme apresentado a seguir:

Tabela 11 – Distribuição Dos Participantes Por Eixo Formativo

Eixo Formativo	Percentual
Arte e Cultura	53,8%
Cidadania e Participação Social	15,4%
Economia C. e Empreendedorismo	15,4%
Meio Ambiente e Sustentabilidade	7,7%
Saúde e Bem-estar	7,7%

Fonte: elaborado pelo autor.

Em outra questão, buscou-se mapear os Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (CUCA) nos quais os bolsistas realizavam suas atividades semanais. A distribuição dos participantes por unidade foi a seguinte:

Tabela 12 – Distribuição Dos Participantes Por Unidade Do Cuca

Unidade do CUCA	Percentual
CUCA Barra	30,8%
CUCA Mondubim	23,1%
CUCA Pici	15,4%
CUCA Jangurussu	7,7%
CUCA José Walter	7,7%
Outros	14,1%

Fonte: elaborado pelo autor.

Cabe destacar que alguns jovens relataram desempenhar suas atividades em outros espaços de formação. Entre os locais mencionados encontra-se o Centro de Treinamento Thai Kong e a Casa de Vovó Dedé, instituição educacional que atende crianças e jovens da periferia de Fortaleza, oferecendo, de forma gratuita, atividades nas áreas de música, arte, cultura e tecnologia. Além disso, foram citadas as escolas nas quais os próprios jovens estudam, espaços nos quais passaram a desenvolver suas atividades no contexto da rotina escolar e centros esportivos de luta e artes marciais.

No que diz respeito à frequência semanal de realização das atividades, os respondentes também foram questionados acerca de seus cronogramas de atuação, conforme apresentado na tabela a seguir:

Tabela 13 – Frequência Semanal De Realização Das Atividades

Frequência		Percentual
1 dia na semana		30,8%
2 dias na semana		15,4%
3 dias na semana		7,7%
4 dias na semana		46,2%

Fonte: elaborado pelo autor.

Os jovens entrevistados também foram questionados acerca da proximidade entre os locais onde desempenhavam suas atividades e suas respectivas residências. As respostas obtidas encontram-se sistematizadas na tabela a seguir:

Tabela 14 – Proximidade Da Residência Do Bolsista Com Algum Cuca

Resposta	Percentual
Sim	84,6%
Não	15,4%

Fonte: elaborado pelo autor.

Além disso, os participantes responderam a um questionamento referente às dificuldades enfrentadas para o cumprimento das atividades da bolsa durante o período em que atuaram como bolsistas.

Tabela 15 – Dificuldade De Cumprimento Das Atividades Da Bolsa

Resposta	Percentual
Não	92,3%
Sim	7,7%

Fonte: elaborado pelo autor.

No que se refere ao tempo de permanência no programa, os jovens informaram por quanto tempo atuaram como bolsistas. Observa-se que a maioria dos entrevistados permaneceu vinculado ao programa por um ano, o que sugere a compreensão do Programa Bolsa Jovem como um ciclo com duração previamente delimitada.

Tabela 16 – Tempo De Permanência Dos Jovens No Programa Bolsa Jovem

Tempo de permanência	Percentual (%)
1 ano	69,2%
2 anos	23,1%
3 anos ou mais	7,7%

Fonte: elaborado pelo autor.

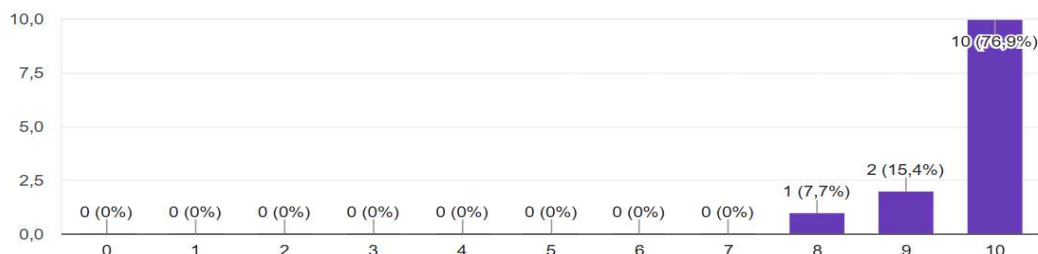
A partir da análise conjunta dessas quatro questões, é possível traçar, a priori, o perfil dos jovens entrevistados que compõem o quadro do Programa Bolsa Jovem. Verifica-se que, em sua maioria, os participantes se inserem nas áreas de arte e cultura, encontram-se distribuídos de maneira relativamente equitativa entre os diversos CUCAs da cidade de Fortaleza, apresentam uma frequência mínima de três atividades semanais, residem em localidades próximas a algum CUCA, não relatam

dificuldades significativas no cumprimento de suas atividades cotidianas e permanecem vinculados ao programa, predominantemente, pelo período de um ano.

Ao abordar as políticas públicas voltadas à juventude, especialmente à juventude residente nas periferias urbanas, observa-se que seu objetivo central consiste na promoção do desenvolvimento integral dos jovens, particularmente no que se refere ao exercício da cidadania e à formação de sujeitos sociais mais conscientes após a participação em programas governamentais. Essa perspectiva é defendida pelo atual Secretário de Juventude do município de Fortaleza, Júlio Brizzi, conforme exposto em entrevista concedida ao portal jornalístico Opovo+. Na ocasião, o secretário ressalta a importância da construção de ciclos positivos voltados à juventude periférica, enfatizando a necessidade de direcionar as políticas públicas desse segmento, prioritariamente, à qualificação profissional, de modo a fomentar perspectivas de futuro e fortalecer o sentimento de esperança entre esses jovens (Opovo+, 2024).

Assim, essa dinâmica é percebida pelos próprios beneficiários quando se analisa o impacto social e político de programas como o Bolsa Jovem em suas trajetórias. Evidências desse impacto podem ser identificadas por meio dos dados obtidos a partir de questionário aplicado aos participantes, no qual se investigou, em uma escala de 0 a 10 — sendo 0 correspondente a “nenhuma satisfação” e 10 a “contribuição máxima” —, o grau de contribuição do programa para o desenvolvimento de habilidades juvenis nos eixos em que os jovens estiveram inseridos. Os resultados indicam que mais de 76% dos respondentes atribuíram a nota máxima de satisfação quanto à contribuição do programa nesse aspecto.

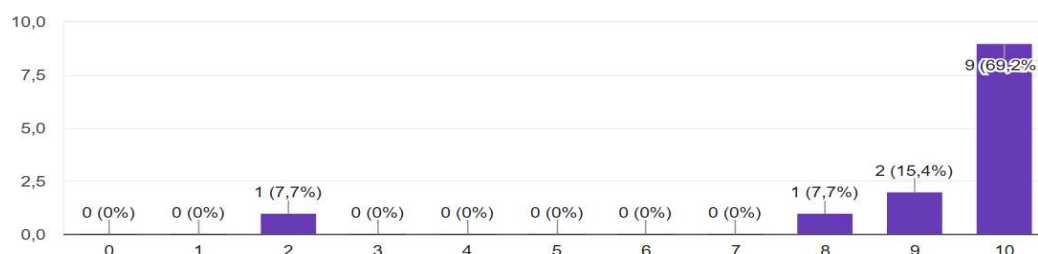
Figura 12 - Escala De Contribuição Do Programa Bolsa Jovem Para O Desenvolvimento Das Habilidades Juvenis No Eixo Em Que Os Bolsistas Atuavam (0 Representa “Nenhuma Satisfação E 10 “Contribuição Máxima).



Fonte: elaborado pelo autor.

Em outro item do questionário, os participantes avaliaram o nível de contribuição do programa para o seu desenvolvimento enquanto cidadãos, utilizando-se o mesmo instrumento metodológico. Os dados revelam que aproximadamente 69% dos jovens declararam nível máximo de satisfação nesse quesito. À luz desses resultados, é possível inferir que o projeto Bolsa Jovem atende a demandas relevantes do público entrevistado, especialmente quando consideradas suas proposições enquanto política pública e sua efetividade prática, configurando-se, assim, como um elemento determinante para as avaliações positivas expressas pelos participantes.

Figura 13 - Escala De Contribuição Do Programa Bolsa Jovem Para O Desenvolvimento Enquanto Cidadão No Eixo Em Que Os Bolsistas Atuavam (0 Representa “Nenhuma Satisfação E 10 “Contribuição Máxima).



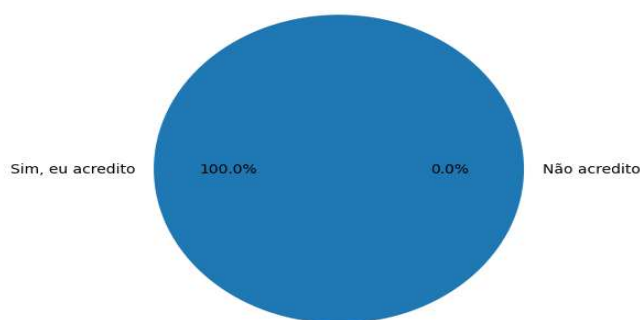
Fonte: elaborado pelo autor.

Para além das aspirações individuais, conforme aponta o Secretário de Juventude, políticas públicas como o Programa Bolsa Jovem desempenham um papel

fundamental no processo de reinserção social dos jovens. Dessa forma, ao estabelecer como pilares de sua formação política a promoção da igualdade social e racial, o programa apresenta em certa medida consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A partir dessa perspectiva, os entrevistados foram questionados acerca do papel desempenhado pelo Bolsa Jovem na promoção da igualdade social e racial. De forma unânime, os jovens afirmaram que o programa contribui significativamente para a construção e disseminação de uma sociedade social e racialmente mais justa.

Figura 14 - Percepção Dos Jovens Bolsistas Sobre A Contribuição Do Programa Bolsa Jovem Para A Promoção Da Igualdade Social.



Fonte: elaborado pelo autor.

Figura 15 - Percepção Dos Jovens Bolsistas Sobre A Contribuição Do Programa Bolsa Jovem Para A Promoção Da Igualdade Racial



Fonte: elaborado pelo autor.

Em alguns relatos, os participantes destacaram que foi por intermédio do programa que tiveram, pela primeira vez, contato com debates relacionados à importância da construção de uma sociedade mais igualitária, voltada ao convívio coletivo. Ademais, apontaram que, a partir da vivência proporcionada pelo programa,

passaram a compreender a relevância de discussões que envolvem temáticas como racismo, homofobia e violência de gênero, as quais se mostram essenciais para o avanço social.

Embora parte dos jovens participantes do projeto não demonstre familiaridade ou mesmo desconheça o conceito de interseccionalidade, suas falas evidenciam o reconhecimento da importância de que diferentes formas de discriminação sejam abordadas de maneira articulada. A partir disso, abordagem revela-se fundamental para a superação dessas barreiras e para a efetivação de uma cidadania plena no contexto social contemporâneo.

Ao final da aplicação do questionário, os jovens participantes foram levados a responder a duas questões centrais: a principal mudança proporcionada pelo Programa Bolsa Jovem em suas trajetórias de vida e a importância do referido programa para a juventude do município de Fortaleza. A análise dos depoimentos coletados permitiu apreender a dimensão do impacto dessa política pública na vida dos jovens que dela participaram.

Em um dos relatos, um jovem de 17 anos destacou que:

“O Programa Bolsa Jovem teve impacto positivo em minha trajetória ao fortalecer meu comprometimento com os estudos e ampliar minha percepção acerca do planejamento e das oportunidades futuras”. (ex-bolsista do Programa Bolsa Jovem, 2025)

Em outro depoimento, uma jovem residente no bairro Mondubim ressaltou que:

“O Programa Bolsa Jovem é relevante para a juventude de Fortaleza, uma vez que incentiva a permanência na escola, fortalece o protagonismo juvenil e contribui para a ampliação das oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional”. (ex-bolsista do Programa Bolsa Jovem, 2025)

De modo geral, os discursos dos jovens evidenciam uma avaliação positiva do programa, enfatizando sua relevância para a juventude da capital cearense. Alguns participantes relataram que, por meio dessa política pública, foi possível ampliar suas redes de sociabilidade, uma vez que as atividades desenvolvidas no âmbito do programa contribuíram para a superação da timidez e para o estabelecimento de interações com outros jovens que compartilhavam experiências e inseguranças semelhantes.

Sob essa perspectiva, os relatos dos ex-bolsistas indicam que o Programa Bolsa Jovem exerce impacto significativo nas relações interpessoais de seus beneficiários, estimulando processos de socialização que extrapolam os limites dos grupos sociais previamente constituídos. No mais, observa-se a presença de um sentimento de reconhecimento e gratidão em relação ao programa, conforme expresso na fala de um dos entrevistados, ao afirmar que:

“Esse projeto não deveria ser descontinuado, pois contribui para afastar os jovens de trajetórias marcadas pela violência e desigualdades sociais.” (ex-bolsista do Programa Bolsa Jovem, 2025).

O entrevistado acrescenta ainda que:

“O projeto possibilitou a concretização do sonho de constituir o próprio negócio”. (ex-bolsista do Programa Bolsa Jovem, 2025).

A partir de depoimentos dessa natureza, torna-se possível compreender o potencial transformador de políticas públicas direcionadas à juventude, especialmente no que se refere à promoção de oportunidades e à melhoria das condições de vida de jovens residentes nas periferias das capitais brasileiras.

5.4.3 A juventude negra e suas histórias de vida no Programa Bolsa Jovem.

A partir da aplicação dos questionários, a pesquisa procedeu à seleção de perfis específicos de jovens que se autodeclararam negros, com o objetivo de aprofundar a análise de suas percepções e experiências em relação ao programa. A definição dos perfis considerou os seguintes critérios: gênero, raça e pertencimento dos bolsistas ao eixo formativo Cidadania e Participação Social.

Com base nesses critérios, foram selecionados três bolsistas — Um do gênero masculino e duas do gênero feminino — cujas trajetórias de vida apresentavam singularidades e distinções no que se refere à participação no programa. Em um primeiro momento, buscou-se compreender a percepção desses jovens negros acerca do programa, com especial atenção às questões relacionadas à racialidade.

Inicialmente, foram utilizadas perguntas fechadas, tais como: “Qual a sua percepção, enquanto jovem negro, sobre políticas públicas como o Programa Bolsa

Jovem voltadas à juventude negra de Fortaleza?”. Observou-se, entretanto, um nível de aprofundamento nas respostas inferior ao esperado para os objetivos da pesquisa. Em determinados momentos, tornou-se necessário reiterar o questionamento por mais de três vezes, a fim de possibilitar que os participantes elaborassem um posicionamento mais consistente em relação à questão proposta.

No que concerne às respostas a essa questão inicial, os três entrevistados manifestaram-se de forma objetiva, afirmando que políticas públicas de caráter assistencial, como o Programa Bolsa Jovem, contribuem para o fortalecimento das ações voltadas à juventude da capital, sobretudo quando alinhadas aos princípios de equidade social e justiça social.

“Eu acredito que políticas públicas como o Programa Bolsa Jovem são importantes principalmente para a juventude negra da periferia, porque muitas vezes esses jovens não conseguem acessar oportunidades de formação, participação social e até mesmo auxílio financeiro. Quando existe uma política voltada para esse público, há um sentimento maior de inclusão e de reconhecimento das desigualdades que atravessam nossa realidade.” (Entrevistado 1, ex-bolsista do Programa Bolsa Jovem).

“Programas assistenciais como o Bolsa Jovem fortalecem as ações voltadas à juventude de Fortaleza porque ajudam a garantir um mínimo de suporte para jovens que vivem situações de vulnerabilidade social. Além disso, quando essas políticas dialogam com questões de equidade e justiça social, elas conseguem alcançar grupos que historicamente foram excluídos das políticas públicas.” (Entrevistado 2, ex-bolsista do Programa Bolsa Jovem).

“Enquanto jovem negro, percebo que políticas públicas dessa natureza têm um papel importante na redução das desigualdades sociais. Muitas vezes, nós enfrentamos dificuldades que não atingem outros grupos da mesma forma, então programas como o Bolsa Jovem acabam funcionando também como mecanismos de inclusão e fortalecimento da juventude negra.” (Entrevistado 3, ex-bolsista do Programa Bolsa Jovem).

Em seguida, foi realizada outra indagação, ainda em caráter coletivo, acerca das mudanças proporcionadas pelo Programa Bolsa Jovem em suas trajetórias pessoais. De forma consensual, os participantes apontaram que a principal transformação decorrente do programa foi a possibilidade de participação em atividades vinculadas ao eixo Cidadania e Participação Social. Segundo os entrevistados, essa experiência possibilitou o desenvolvimento de conhecimentos relacionados a essas temáticas, com destaque para as questões vinculadas aos Direitos Humanos.

“A principal mudança que o Programa Bolsa Jovem trouxe para minha trajetória foi a possibilidade de participar das atividades ligadas ao eixo de Cidadania e Participação Social. Antes disso, eu não tinha muito contato com

debates sobre direitos, participação política e cidadania, e o projeto me permitiu desenvolver um olhar mais crítico sobre essas questões” (Entrevistado 1, ex-bolsista do Programa Bolsa Jovem).

“O eixo de Cidadania e Participação Social foi uma das experiências mais importantes dentro do projeto, porque os debates realizados atravessavam diretamente nossas vivências enquanto jovens da periferia. Não eram discussões distantes da nossa realidade; eram temas que dialogavam com nosso convívio social, nossas dificuldades e nossas experiências do dia a dia” (Entrevistado 3, ex-bolsista do Programa Bolsa Jovem).

Para os entrevistados, a temática da Cidadania e da Participação Social configura-se como uma dimensão relevante em seu cotidiano. Os temas atravessam seu convívio social, suas dinâmicas diárias e suas atribuições enquanto bolsistas, evidenciando a integração entre formação cidadã e experiência prática no âmbito do projeto.

“As atividades desenvolvidas pelo Programa Bolsa Jovem contribuíram não apenas para a formação profissional, mas também para a formação cidadã. A experiência enquanto bolsista possibilitou compreender melhor questões relacionadas aos Direitos Humanos, à participação política e à importância das políticas públicas para a juventude” (Entrevistado 2, ex-bolsista do Programa Bolsa Jovem).

Após uma análise coletiva, mesmo realizada de forma individual com cada ex-bolsista, a pesquisa seguiu para entrevistas semiestruturadas individuais, em que cada participante relatou sua experiência durante o ciclo de participação no projeto.

A primeira entrevistada, uma jovem estudante, moradora do bairro Genibaú, de 17 anos, autodeclarada negra e que aqui iremos chamar de Maria. Apresentou, de forma mais detalhada, a dinâmica de sua participação. Por ser estudante do ensino médio em tempo integral da EEMTI Rotary Clube, a ex-bolsista desenvolvia suas atividades no próprio espaço escolar em que estava matriculada, atuando simultaneamente como integrante do grêmio estudantil da instituição. Em seu relato, destacou que suas ações no projeto estavam diretamente articuladas à sua atuação como gremista, sobretudo no desenvolvimento de iniciativas relacionadas à temática dos Direitos Humanos e da Cidadania.

“Minha atuação no Programa Bolsa Jovem estava muito ligada ao meu papel no grêmio estudantil da escola. Como eu estudava em tempo integral, acabava desenvolvendo as atividades do projeto dentro do próprio ambiente escolar, principalmente na organização de palestras, seminários e ações voltadas aos Direitos Humanos e à cidadania dos estudantes” (Maria, ex-bolsista do Programa Bolsa Jovem).

Ao conciliar sua rotina escolar com as atividades do Programa Bolsa Jovem, a estudante organizava suas atribuições nos horários destinados às ações do grêmio estudantil. Nesse contexto, sua atuação voltava-se à promoção de eventos formativos no ambiente escolar, especialmente em colaboração com a coordenação pedagógica, contribuindo para a realização de palestras, seminários e atividades educativas que abordavam questões relacionadas à cidadania e à participação democrática dos estudantes no espaço escolar.

A ex-bolsista também ressaltou que muitas de suas ações estavam vinculadas ao calendário escolar, contemplando datas e campanhas alusivas à temáticas sociais relevantes, como questões de gênero — a exemplo do Dia Internacional da Mulher —, o respeito à diversidade e iniciativas de enfrentamento ao racismo no ambiente educacional.

“As atividades que realizávamos acompanhavam muito o calendário escolar e as demandas sociais discutidas na escola. Trabalhamos temas relacionados ao Dia da Mulher, ao combate ao racismo e ao respeito à diversidade. Essas ações acabaram fortalecendo minha formação enquanto jovem negra e moradora da periferia” (Maria, ex-bolsista do Programa Bolsa Jovem).

Segundo seu relato, essa dinâmica configurava-se como prática recorrente ao longo do ano letivo, possibilitando a articulação entre sua trajetória escolar e suas responsabilidades no projeto, de modo a potencializar tanto sua formação acadêmica quanto sua experiência de participação social.

Ao longo de todo o ano letivo, a estudante apresentou, mensalmente, relatórios acerca das atividades desenvolvidas no ambiente escolar. Em seus registros escritos, a ex-bolsista abordava não apenas a rotina dentro da escola, mas também as adversidades enfrentadas para sua permanência ao longo desse período.

Nas narrativas abordadas, sustenta que suas experiências são atravessadas por marcadores sociais de raça e gênero, ressaltando a impossibilidade de dissociar sua trajetória no Programa Bolsa Jovem de suas vivências enquanto jovem mulher negra e moradora da periferia. Essa perspectiva evidencia a centralidade das interseccionalidades na constituição de sua experiência formativa. Além disso, a estudante demonstra consciência do direcionamento da política pública às comunidades da capital, com vistas ao atendimento de demandas específicas da

juventude. Segundo seu relato, foram precisamente os princípios estruturantes do projeto que motivaram sua adesão ao programa.

“Minha experiência no Bolsa Jovem não pode ser separada das minhas vivências enquanto mulher negra periférica. Os desafios que enfrento no cotidiano atravessavam também minha participação no programa, e foi justamente por perceber que o projeto dialogava com essas questões que decidi participar” (Maria, ex-bolsista do Programa Bolsa Jovem).

Não obstante reconhecer as dinâmicas institucionais que contribuíram para a democratização do desenvolvimento de habilidades juvenis, a ex-bolsista também elabora críticas aos vieses políticos incorporados à implementação da política. Em um de seus depoimentos, afirma:

“Apesar de reconhecer a importância do programa, em alguns momentos eu percebia uma associação muito forte da política à figura de determinados agentes políticos. O Bolsa Jovem acabou se tornando, para muitas pessoas, ‘a cara do Júlio Brizzi’. Se precisávamos saber algo sobre o projeto, era sempre a ele que recorriamos, mesmo entendendo que aquela política pública deveria pertencer ao povo.” (Maria, ex-bolsista do Programa Bolsa Jovem).

A associação de uma política pública à figura de um agente político específico configura-se como estratégia recorrente no contexto político brasileiro contemporâneo, observado em diferentes espectros ideológicos. Sendo assim, essa prática contribui para a personalização da política pública e para a consolidação, no imaginário social, da percepção de que determinadas iniciativas estatais dependem da vinculação a lideranças individuais para sua legitimidade e continuidade.

Outra ex-bolsista entrevistada, que chamaremos de Ana, reside no bairro Mondubim, possui 19 anos, estudante, autodeclarada negra e desenvolvia suas atividades no Cuca localizado no bairro. Reconhecida por seu ativismo comunitário, a estudante relatou as transformações decorrentes da participação no programa Bolsa Jovem em sua trajetória enquanto moradora de periferia.

Segundo seu relato, a ex-bolsista tomou conhecimento do projeto por meio da ampla divulgação promovida pelo programa em meados de 2023, especialmente nas redes sociais da figura política Júlio Brizzi. A estudante percebeu no programa uma oportunidade de aprimorar suas competências juvenis nas áreas de Cidadania e Participação Social, habilidades que já se manifestavam em sua trajetória, sobretudo no engajamento político local.

“Conheci o Bolsa Jovem pelas redes sociais e enxerguei no programa uma oportunidade de fortalecer minhas habilidades ligadas à cidadania e à participação social, principalmente porque eu já desenvolvia atividades comunitárias no meu bairro. O projeto me ajudou a organizar melhor minhas ações dentro da comunidade.” (Ana, ex-bolsista do Programa Bolsa Jovem).

Oriunda de escola pública, a participante destacou que sempre buscou manter seu posicionamento político e ético por meio das atividades desenvolvidas semanalmente no CUCA. Entre essas atividades, destacava-se a mediação da comunicação entre o município e a comunidade circunvizinha à rede CUCA. Nesse contexto, suas funções incluíam a promoção de palestras, a participação em minicursos e laboratórios de aprendizagem voltados a temáticas correlatas ao eixo de atuação do programa.

“As atividades realizadas no CUCA me permitiram fortalecer minha atuação política e comunitária. Muitas vezes, nós fazíamos a mediação entre a comunidade e o município, promovendo palestras, minicursos e debates sobre cidadania e direitos sociais dentro do próprio território.” (Ana, ex-bolsista do Programa Bolsa Jovem).

“Eu acredito que as políticas públicas precisam ir além do espaço institucional. Não adianta pensar programas para a periferia sem conhecer de fato a realidade desses territórios. É necessário que os agentes públicos estejam presentes nas comunidades e compreendam as necessidades concretas das juventudes periféricas.” (Ana, ex-bolsista do Programa Bolsa Jovem).

A motivação para sua participação estava intrinsecamente vinculada à comunidade em que reside desde o nascimento, acreditando na capacidade transformadora do território por meio de ações proporcionadas pelo Bolsa Jovem. Em suas experiências, a estudante enfatizou que, em determinadas situações, é necessário que as políticas públicas ultrapassem os limites institucionais e adentrem efetivamente as comunidades a que se destinam, não apenas como proposições formais, mas como presença efetiva de seus agentes.

Essa perspectiva se aproxima das críticas de Ozanira (2008), que questiona a lógica de formulação das políticas públicas, ressaltando que frequentemente os planejadores estão distantes do contexto de implementação. A ex-bolsista enfatiza que:

“É preciso que os políticos que elaboram os programas governamentais compreendam que, para efetivar ações voltadas à periferia, é necessário vivenciá-la.” (Ana, ex-bolsista do Programa Bolsa Jovem).

Essa reflexão articula uma crítica que transcende o debate teórico das políticas públicas, evidenciando a ausência de percepção do *lôcus* dos formuladores de políticas sociais, especialmente daqueles responsáveis por projetos direcionados às periferias urbanas.

A ex-bolsista relata, ainda, que um dos principais benefícios proporcionados pelo programa consistiu na organização de seus projetos voltados à comunidade, bem como no suporte financeiro assegurado pela bolsa ao longo de um ano. Para, além disso, a jovem avalia que sua participação no programa contribuiu significativamente para o fortalecimento de seus vínculos com as temáticas da cidadania e da participação social, tendo em vista a percepção de uma lacuna no que concerne à compreensão, por parte da comunidade, acerca de seus direitos, especialmente no âmbito da responsabilidade social.

“O principal benefício do Bolsa Jovem foi o suporte que recebi para organizar meus projetos comunitários e continuar desenvolvendo ações dentro do bairro. Além da bolsa financeira, o programa contribuiu para ampliar minha compreensão sobre cidadania, participação social e responsabilidade coletiva.” (Ana, ex-bolsista do Programa Bolsa Jovem).

Na última entrevista individual, conheci, por meio de indicações, o bolsista que será identificado pelo pseudônimo Pedro. O participante se autodeclarou homem negro e integrou o projeto no eixo formativo de cidadania e participação social. Em um primeiro momento da entrevista, considerou pertinente destacar que, embora formalmente vinculado ao referido eixo, suas atividades se desenvolvem predominantemente no campo esportivo, ainda que mobilizem, de maneira transversal, as temáticas propostas pelo eixo formativo.

Morador da periferia do bairro Genibaú, o ex-bolsista tomou conhecimento do programa por meio das redes sociais, percebendo-o como uma oportunidade de desenvolvimento de habilidades juvenis articuladas às dimensões do esporte e da cidadania. Segundo o entrevistado, suas atividades são realizadas em um centro de treinamento de artes marciais localizado no próprio bairro, sendo que o recurso financeiro proveniente da bolsa possibilita o investimento em equipamentos de uso pessoal, com vistas ao aprimoramento contínuo na modalidade praticada.

“O recurso da bolsa ajudava diretamente na compra de equipamentos esportivos e no meu desenvolvimento enquanto atleta. Para muitos jovens periféricos, o acesso ao esporte depende justamente desse tipo de incentivo

público, porque grande parte das famílias não consegue arcar com esses custos.” (Pedro, ex-bolsista do Programa Bolsa Jovem).

Ao ser questionado acerca da relevância de programas sociais voltados à juventude periférica e negra de Fortaleza, o participante destaca que essas iniciativas dialogam diretamente com sua realidade social. Em sua fala, evidencia-se a recorrente necessidade de suporte estatal nas trajetórias de jovens atletas oriundos de contextos periféricos, apontando para uma dinâmica na qual o acesso a oportunidades esportivas encontra-se frequentemente condicionado a políticas públicas e incentivos governamentais. O ex-bolsista ainda relata os casos de cortes repentinos de algumas bolsas em 2024, o que acabou deixando mais de 800 bolsistas sem receber o valor naquele mês.

“Em 2024, muitos bolsistas ficaram sem receber o benefício por causa de cortes repentinos no programa. Isso gerou muita insegurança entre os jovens, porque muitos dependiam daquele valor para manter suas atividades e projetos pessoais.” (Pedro, ex-bolsista do Programa Bolsa Jovem).

Assim, o posicionamento do jovem, nos leva uma reflexão crítica acerca da possível dependência institucional na promoção e no reconhecimento de talentos esportivos nas periferias urbanas. Observa-se que, nos últimos anos, a pasta da juventude de Fortaleza implementou diversas iniciativas voltadas a esse segmento; entretanto, mudanças no cenário político-administrativo, especialmente após o último ciclo eleitoral, têm ocasionado descontinuidades em determinados programas, como o analisado na presente pesquisa.

No que concerne à sua rotina, o entrevistado relata a realização de treinos três vezes por semana, além da condução de uma atividade semanal, no próprio centro de treinamento, voltada conscientização da cidadania junto a outros atletas. Segundo Pedro, a proposta consiste em superar uma concepção estritamente fechada da prática esportiva — entendida como “treino pelo treino” —, buscando promover processos de conscientização acerca do papel social dos sujeitos em seus respectivos territórios. Além disso, o participante ressalta o apoio institucional recebido por parte de seus instrutores, bem como o engajamento dos demais colegas na implementação da iniciativa.

“As oficinas de cidadania e as aulas gratuitas oferecidas para a comunidade do Genibaú foram experiências muito importantes na minha trajetória. Essas

ações me fizeram compreender que o desenvolvimento individual também precisa estar ligado ao compromisso social com o território onde vivemos. ”
(Pedro, ex-bolsista do Programa Bolsa Jovem).

Assim como os demais bolsistas, o participante deve apresentar dois relatórios mensais como requisito para a manutenção do benefício financeiro. Entre as ações desenvolvidas, destacam-se a realização de oficinas de cidadania no contexto esportivo e a oferta de aulas gratuitas destinadas à comunidade do Genibaú. Para o entrevistado, tais práticas configuram-se como experiências formativas relevantes, na medida em que promovem a articulação entre desenvolvimento individual e compromisso social, contribuindo para sua constituição enquanto sujeito social.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso do desenvolvimento da pesquisa, as questões relacionadas aos possíveis impactos da política sobre os sujeitos progressivamente deixaram de ocupar o eixo central da análise, cedendo lugar a uma abordagem de natureza crítica, orientada para a compreensão dos atores sociais e dos múltiplos atravessamentos que incidem sobre suas experiências, particularmente no que se refere às formas pelas quais percebem e interpretam o desenvolvimento da política. É a partir dessa abordagem teórico-metodológica que se tornou possível reconhecer alguns limites estruturais relacionados à política.

A presente pesquisa parte, primeiramente, de inquietações referentes às políticas de juventudes elaboradas na cidade de Fortaleza. Por fazer parte, enquanto público-alvo, e desenvolver pesquisas durante a graduação que contemplassem o objeto de estudo, sempre permaneceu à vontade, enquanto pesquisador, de desenvolver uma pesquisa voltada às políticas de juventude da capital.

Nesse sentido, estruturou-se esta pesquisa com o objetivo de avaliar as políticas públicas voltadas às juventudes de Fortaleza através do Programa Bolsa Jovem, sob a perspectiva da atuação de jovens bolsistas negros a partir do envolvimento no eixo cidadania e participação social.

No cerne dos objetivos específicos do trabalho estão: i) verificar as políticas públicas voltadas a juventude na cidade de Fortaleza-Ce no período de 2005 a 2024; ii) analisar o eixo cidadania e participação social do Programa Bolsa Jovem destinados aos bolsistas negros; e iii) discutir a interseccionalidade com destaque as categorias de gênero, cultura, território e ético-racial.

No começo da pesquisa, trabalhou-se com duas hipóteses iniciais, sendo uma delas a de que o Programa Bolsa Jovem contribui de forma significativa para o desenvolvimento social, financeiro e das habilidades juvenis dos bolsistas contemplados com a bolsa oferecida pelo programa.

A outra hipótese é a de que o Programa Bolsa Jovem possui, em sua formulação e implementação, certos limites institucionais, como o valor da bolsa recebida pelos bolsistas (no valor de 300,00 reais), e estruturais, por ser um programa que, com o decorrer de sua implementação, acabou sendo atrelado à figura política do ex-vereador Júlio Brizzi. Sendo essas limitações prejudiciais ao desenvolvimento

do programa, não o tornando uma política contínua na agenda das políticas públicas voltadas à juventude da capital.

A partir das análises, e com base nos eixos da Avaliação em Profundidade (AP) (análise de conteúdo da política, trajetória institucional, contexto e espectro temporal e territorial), as hipóteses não somente foram confirmadas, como também outras camadas foram percebidas no entorno da política.

Nos eixos da análise de conteúdo e trajetória institucional da política, observou-se que a política de participação dos jovens e das políticas de juventude se desenvolve no cenário nacional através de uma mobilização juvenil, em decorrência dos fatos históricos, de forma “espontânea”, sendo acoplada aos governos tanto no cenário nacional como no plano municipal, quando se aborda a cidade de Fortaleza. Com base nisso, constatou-se que, nos últimos anos, a política de juventude da capital se viu acoplada cada vez mais às agendas dos últimos mandatos de prefeitos que passaram pela governança da cidade. A exemplo disso são os Planos Plurianuais voltados à juventude a partir do mandato da ex-prefeita Luizianne Lins (PT) até a gestão mais recente do ex-prefeito de Fortaleza José Sarto (PDT).

Um ponto importante no desenvolvimento das políticas direcionadas às juventudes, que vale a pena salientar, é a construção de espaços direcionados à juventude criados na capital na medida em que políticas institucionais de incentivo à juventude eram desenvolvidas. Para além disso, a territorialização desses espaços, direcionados às periferias da capital, acabou por transformar regiões estigmatizadas pela violência em territórios de cultura, lazer e educação. Apesar disso, por maiores que fossem as intenções de algumas figuras políticas que se dedicaram à pasta da juventude nos últimos anos, verificou-se, durante a pesquisa, que o campo das políticas de juventude construído na capital ainda se reverbera na lógica clientelista na construção de programas e políticas públicas.

Sendo assim, as políticas frequentemente são associadas aos seus formuladores e seus respectivos partidos políticos, como uma forma de vincular a gestão que as desenvolveu para angariar um público eleitoral.

É partindo dessa perspectiva que, no processo de reflexão sobre a descontinuidade do Programa Bolsa Jovem no ano de 2025, há de se considerar um fator na reconfiguração política na cidade de Fortaleza, pois o atual secretário da juventude da capital e criador do projeto Bolsa Jovem pertencia anteriormente à base

política do Partido Democrático Trabalhista (PDT), que esteve na gestão da cidade por um ciclo de 10 anos, e saiu do partido para se filiar ao Partido dos Trabalhadores (PT) e concorrer a vereador da cidade na última eleição de 2024.

Essa chamada, popularmente, “dança das cadeiras” se torna um aditivo na interpretação da trajetória institucional e política do programa Bolsa Jovem, pois abre margem para a reflexão antes posta sobre as descontinuidades ou mesmo não preferências em programas que, por sua disseminação popular, acabam sendo associados às gestões ou figuras que os implementaram.

Assim como os bolsistas e enquanto pesquisador do campo, sempre me foi um questionamento a descontinuidade da política em 2025, logo quando o seu formulador assume o cargo de chefia da secretaria da pasta. A partir da ótica política e tomando o campo de públicas, é possível associar a descontinuidade do Bolsa Jovem ao fato de o programa ter atrelado sua imagem “demais” à gestão anterior, assim fazendo com que a nova gestão da capital do prefeito Evandro Leitão (PT) tenha optado pela sua descontinuidade ou mesmo não preferência diante de novas políticas destinadas ao público juvenil.

Em relação ainda à trajetória institucional da política do Bolsa Jovem, é preciso ressaltar a importância da parceria firmada pela Prefeitura de Fortaleza com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o desenvolvimento de programas como o Bolsa Jovem, assim como também para o financiamento de outros equipamentos culturais e de educação, abrangendo também a área da saúde com a criação das policlínicas, que são equipamentos de saúde que respondem à demanda de um atendimento conjunto de unidade de atenção primária, e a criação do próprio Hospital Geral de Fortaleza (HGF), referência no atendimento de casos graves na capital.

Essa mobilização e parcerias com organismos internacionais na parte de investimentos para cultura, saúde e educação certamente se tornaram um dos pontos centrais para a cidade de Fortaleza ser considerada a capital de maior orçamento em 2023 destinado à população jovem residente.

No que se refere aos eixos de análise das categorias sociais trabalhadas e do contexto e espectro temporal e territorial da política pública, foram desenvolvidas as categorias teórico-empíricas encontradas: i) juventudes, sendo a categoria central da pesquisa; ii) territorialidade, relacionada ao espaço geográfico em que residem os

bolsistas e o lugar onde são desenvolvidas as atividades do programa; iii) classe, a partir das análises das trajetórias sociais dos bolsistas e de suas condições materiais; iv) gênero, tecendo um olhar mais atento às bolsistas mulheres integrantes do programa, que acabam sendo o público-alvo de maior participação das políticas assistenciais; v) raça, sendo trabalhada enquanto categoria-chave para delimitar os bolsistas interlocutores da pesquisa, a partir da sua autodeclaração racial; e vi) interseccionalidade, categoria de análise-chave para se compreender as diversas opressões que recaem sobre os jovens bolsistas negros.

Em suma, a pesquisa nos mostra que, ao trabalharmos com a categoria juventude, possibilitou-se alinhar teoria ao campo, sobretudo quando entendemos que, ao enfatizarmos a palavra juventudes no plural, não se trata aqui apenas de um modismo; mais que isso, inferir o plural na palavra é dar mais sentido ao que o campo empírico nos mostra. A juventude de Fortaleza é plural e está ramificada em diversas frentes de atuação, como a cultura, as artes, a educação, o lazer e as práticas esportivas.

No que se diz respeito ao território habitado pelos jovens que passaram pelo programa e onde ele se desenvolve, foi interessante para a pesquisa entender como as periferias de Fortaleza foram centros de políticas públicas voltadas à juventude nos últimos governos municipais. Para além disso, a pesquisa entende que levar essas políticas públicas para as áreas periféricas da cidade é também uma vitrine dos projetos realizados, já que é com o apelo político da periferia que uma eleição pode ser decidida.

Nas categorias de gênero e raça, o campo nos revela bastante sobre a teoria utilizada na pesquisa. É de se constatar que os jovens negros e periféricos são, sobretudo, os maiores beneficiários das políticas e que é a partir dessas políticas que esses jovens conseguem desenvolver suas habilidades juvenis e seus talentos que, sem um incentivo governamental, dificilmente encontrariam oportunidades para isso. Essa situação ganha ainda mais impacto quando falamos de jovens negras, onde se constatou, nas entrevistas das ex-bolsistas, que programas como o Bolsa Jovem acabaram por interferir nas dinâmicas de um ciclo vicioso destinado às mulheres negras, que, em boa parte de suas trajetórias, são destinadas aos trabalhos domésticos, sem poder sonhar com outras profissões que não sejam as realizadas

por suas mães e avós. É partindo dessa perspectiva que o programa Bolsa Jovem altera significativamente a vida de jovens negros da periferia de Fortaleza.

Em suma, o que o campo nos mostra é que a experiência do jovem negro participante da política do Bolsa Jovem é atravessada por diferentes estruturas sociais, que os levam a trilhar um caminho mais árduo para se chegar a determinados objetivos, como o desenvolvimento de suas habilidades juvenis. Para além disso, observou-se que recai sobre o jovem bolsista negro do programa a responsabilidade de atender a determinadas expectativas das políticas públicas, sem mesmo considerar todas as adversidades que o cercam no seu dia a dia. A partir das entrevistas, ainda assim foi possível detectar que os jovens negros contemplados pelo programa desenvolvem e cumprem suas atividades com todo o empenho, sem deixar que as estruturas sociais recaiam sobre seus trabalhos e trajetórias.

Sendo assim, conclui-se que, para o jovem negro periférico, sobretudo as mulheres, políticas de ações afirmativas como o Bolsa Jovem são capazes de interferir e mudar as trajetórias pessoais da juventude da capital.

Ademais, entende-se que o Projeto do Programa Bolsa Jovem, enquanto esteve vigente, foi um motor de inspiração para políticas públicas de juventudes na capital, sendo esse um de seus maiores legados, além das transformações de trajetórias nas vidas daqueles que fizeram parte do programa.

Sugere-se algumas recomendações ao final deste trabalho para uma futura volta do programa ou mesmo para as possíveis políticas de juventude da capital que possam vir a existir.

Um primeiro ponto seria pensar em políticas de continuidade para as juventudes, embora essa talvez seja uma idealização utópica mediante as conjecturas políticas, seria interessante as gestões pensarem em dar continuidade aos projetos abraçados pela juventude da capital e que mantenham um apelo social pelas famílias e jovens.

Outro ponto que merece destaque nas recomendações é o desatrelo de políticas públicas vinculadas às figuras políticas. Mesmo sabendo que parte de uma questão estrutural da política brasileira, seria interessante, em uma possível retomada do programa, desatrelar o projeto da imagem de qualquer político que seja e evidenciar que esse programa é e pertence à juventude de Fortaleza.

Recomenda-se também pensar em uma reformulação do dinheiro destinado aos jovens durante a sua participação no programa, já que não se consegue transformação social, promover o protagonismo juvenil, fomentar a inclusão social, estimular a dinamização econômica e contribuir para a mitigação das desigualdades sociais com uma bolsa no valor de R\$ 300,00 reais.

Por fim, recomenda-se pensar na política do Bolsa Jovem não somente como uma simples transferência de renda, mas como um projeto de juventude que atravessa as interseccionalidades vividas pela juventude negra da periferia de Fortaleza, que, nas entrevistas de jovens como Maria, Ana e Pedro, se materializa o projeto idealizado pelos gestores, mas que ganha proporções e dimensões na vida deles que jamais alguma avaliação, por mais profunda que seja, conseguirá avaliar.

REFERÊNCIAS

AKOTITIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVES, Nágela Raposo; BARBALHO, Alexandre Almeida. A Política Pública para a Juventude em Fortaleza. **Conhecer**: debate entre o público e o privado, Fortaleza, v. 8, n. 12, p. 126-145, dez. 2014.

ARRETCHE, Marta. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. *In*: BARREIRA, MARIA Cecília;; CARVALHO, Maria do Carmo. **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE, PUC-SP, 2001. p. 43-56.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **BID e Prefeitura de Fortaleza assinam contrato para fortalecer a política integrada de atenção aos jovens**. 2017. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt-br/noticias/bid-e-prefeitura-de-fortaleza-assinam-contrato-para-fortalecer-politica-integrada-de-atencao-aos>. Acesso em: 15 fev. 2026.

BAPTISTA, Iuri Yudi Furukita. **A comunicação em Charles Horton Cooley**: circunstâncias, ideias e discussão. 2015. 127 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/paulo/Downloads/TEXTO%20DA%20QUALIFICA%C3%87%C3%83O/000469261-Texto+Completo-0.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2025.

BARBIER, René. A escuta sensível na abordagem transversal. *In*: BARBOSA, Joaquim. **Multirreferencialidade nas ciências e na educação**. São Carlos: Ufscar, 1998. p. 168-199.

BARROS, Virginia. 1964-2014: A ditadura se foi, a palavra ficou. **Por quê? princípios**: 50 anos do golpe militar, São Paulo, v. 129, n. 39, p. 152-164, mar.2014.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASÍLIA. Organização das Nações Unidas. **Juventude do Brasil**, 2023. Disponível em: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasilia/expertise/youth-brasil>. Acesso em: 03 set. 2024

BRASIL. Agência. **Em 12 anos, 66,5% dos jovens conseguiram deixar o Bolsa Família**. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-10/em-12-anos-665-dos-jovens-conseguiram-deixar-o-bolsa-familia>. Acesso em: 25 abr. 2026.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude (org.). **Plano Nacional de Juventude**: por uma política de estado para a juventude. Brasília, 2018. 200 p.

BRASIL. Constituição (1990). **Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre O Estatuto da Criança e do Adolescente e dá Outras Providências. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. Constituição (1993). **Lei nº 8.680/93, de 13 de julho de 1993**. Institui A Semana Nacional do Jovem e dá Outras Providências. Brasília, DF.

BRASIL. Constituição (1998). **Lei nº 9.615/98, de 24 de março de 1998**. Institui Normas Gerais Sobre Desporto e dá Outras Providências. Brasília, DF, 1998.

BRASIL. Constituição (2001). **Lei nº 10.172/01, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova O Plano Nacional de Educação e dá Outras Providências. Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Constituição (2001). **Lei nº 10.260/01, de 12 de julho de 2001**. Dispõe sobre O Fundo de Financiamento Ao Estudante do Ensino Superior e dá Outras Providências: Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Constituição (2011). **Lei nº 12.513/11, de 26 de outubro de 2011**. Institui O Programa Nacional de Acesso Ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Constituição (2013). **Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Dos Direitos e das Políticas Públicas de Juventude. Brasília, DF, 05 ago. 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRASIL. Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada. **Gasto social com crianças e adolescentes cresce, mas ainda representa menos de 2,5% do PIB**. 2025. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/15917-gasto-social-com-criancas-e-adolescentes-cresce-mas-ainda-representa-menos-de-2-5-do-pib>. Acesso em: 10 abr. 2026.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude (org.). **Plano Nacional de Juventude**: por uma política de estado para a juventude. Brasília, 2018. 200 p.

BRASIL. **Resoluções e Moções da 4ª Conferência Nacional de Juventude**. Brasília, DF, dez. 2023. p. 1-50.

BRASIL. Secretaria Geral. **Secretaria Nacional de Juventude (SNJ)**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/juventude/snj#:~:text=A%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de%20Juventude,interfederativa%20e%20transversal%20da%20pol%C3%ADtica..> Acesso em: 01 abr. 2026.

CACCIA-BAVA, Augusto; COSTA, Dora Isabel Paiva da. O lugar dos jovens na história brasileira. In: CACCIA-BAVA, Augusto; PÂMPOLS, Carles Feixa; CANGAS, Yanko Gonzáles(org.). **Jovens na América Latina**. São Paulo: Escrituras, 2004. p. 63-114.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2024. 110 p.

CIVITA, Victor (ed.). **Os pensadores: Augusto Comte**. São Paulo: Abril Editora, 1978. 632 p.

COIMBRA, Kary Emanuelle Reis; SARAIVA, Luiz Alex Silva. Confrontos entre o espaço produzido e o espaço vivido em belo horizonte: um estudo sobre o quarteirão do soul. **Revista Economia & Gestão**, [s. l.], v. 14, n. 37, p. 1-3, dez. 2014.

COOLEY, Charles. **Organização social**: um estudo da mente maior. Nova York: C. Scribner'S Sons, 2010. 456 p.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da; VIEIRA, Maria Adenil. **Protagonismo Juvenil**: adolescência, educação e participação democrática. 2. ed. São Paulo: Ftd, 2006. 344 p.

COSTA, Maria Izabel Sanches; IANNI, Aurea Maria Zöllner. **Individualização, cidadania e inclusão na sociedade contemporânea**: uma análise teórica. São Bernardo do Campo: Ufab, 2018. 129 p. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/sysng/pdf/costa-9788568576953.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: CRENSHAW, Kimberlé. **Cruzamento**: raça e gênero. Brasília, DF: Unifem, 2002. p.5-15

DIAS SOBRINHO, José. **Universidade e avaliação Entre a ética e o mercado**. Florianópolis: Insular, 2002.

ENTREFIOS (Fortaleza). **Indicadores sociais dependem de investimento na juventude, defende Júlio Brizzi**. 2022. Disponível em: <https://medium.com/entrefios/indicadores-sociais-dependem-de-investimento-na-juventude-defende-j%C3%BAlio-brizzi-927e10ca8fc8>. Acesso em: 20 fev. 2026.

EVARISTO, Conceição. **Canção para ninar menino grande**. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2022. 136 p.

FORTALEZA (Município). **Lei nº 307, de 13 de dezembro de 2021**. Lei Complementar. Fortaleza, CE, 13 dez. 2021. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ce/f/fortaleza/lei-complementar/2021/31/307/lei-complementar-n-307-2021-altera-dispositivos-da-lei-complementar-n-176-de-19-de-dezembro-de-2014-que-dispoe-sobre-a-organizacao-e-a-estrutura-administrativa-do-poder-executivo-municipal-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 08 set. 2024.

FORTALEZA (Município). **Lei nº 10.885, de 27 de maio de 2019.** Institui Projetos Vinculados Às Políticas Públicas de Juventude no Âmbito do Município de Fortaleza e Dá Outras Providências. Fortaleza, CE, 27 maio 2019. Disponível em: <https://sapl.fortaleza.ce.leg.br/ta/3391/text?#:~:text=INSTITUI%20PROJETO%VINCULADOS%20%C3%80S%20POL%C3%8DTICAS,Fortaleza%20e%20dC3%A1%20o%20utras%20provid%C3%AAncias>. Acesso em: 08 set. 2024.

FORTALEZA (Município). **Lei nº 11.423, de 26 de dezembro de 2023.** Lei Orçamentária Anual. Fortaleza, CE, 26 dez. 2023. v. 1. Disponível em: https://transparenciacdn.sefin.fortaleza.ce.gov.br/LOA/LIVRO_LOA_2024_VOLUME_1.pdf. Acesso em: 08 set. 2024.

FORTALEZA. Prefeitura de Fortaleza. Secretaria Municipal de Juventude. **Editais Bolsa Jovem:** protagonismo e ativação econômica para a juventude de fortaleza. Fortaleza, 2022.

FORTALEZA. Prefeitura de Fortaleza. Secretaria Municipal de Juventude. **Editais Bolsa Jovem:** protagonismo e ativação econômica para a juventude de fortaleza. Fortaleza, 2023. Disponível em: https://selecaojuventude.fortaleza.ce.gov.br/arquivo/arquivo_selecao/nome:d6a414f675cbaebf5104b644fd3a6054.pdf. Acesso em: 03 set. 2024

FORTALEZA lidera como capital com maior investimento para juventude; saiba os impactos nas vidas dos jovens. **G1 Ceará,** Fortaleza, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2023/11/17/fortaleza-lidera-como-capital-com-maior-investimento-para-juventude-saiba-os-impactos-nas-vidas-dos-jovens.ghtml>. Acesso em: 15 mar. 2026.

GASPARINE, Max Felipe Vianna. Bases filosóficas e epistemológicas da avaliação: caminhos a serem trilhados. **Revista Aval,** Fortaleza, v. 3, n. 17, p. 12-30, jun. 2020.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Ltc, 1989. 224 p.

GOMES, Nilma Lino; LABORNE, Ana Amélia de Paula. Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra. **Educação em Revista,** Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p. 1-26, 2018.

GUBA, Egon; LINCOLN, Yvonna. **Avaliação de quarta geração.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2011.

GUERRA, Erica Teruel; CRUZ, Maria do Carmo Meirelles Toledo. Intersetorialidade e políticas públicas para as juventudes: contribuições de produções acadêmicas. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania,** São Paulo, v. 28, n. 1, p. 1-20, ago. 2023.

GUSSI, Alcides Fernando; OLIVEIRA, Breyner Ricardo de. Políticas públicas e outra perspectiva de avaliação: uma abordagem antropológica. **Desenvolvimento em Debate,** Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 83-111, mar. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. 2. ed. Brasília: Ibge, 2019. 35 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Identificação étnico-racial da população, por sexo e idade**. Brasília: Ibge, 2022. 66 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Brasília: Ibge, 2024. 27 p. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/baf49b4ab43ec70bcba5f01d7f512ffd.pdf. Acesso em: 26 jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Um em cada cinco brasileiros com 15 a 29 anos não estudava e nem estava ocupado em 2022**. 2023. Síntese de Indicadores Sociais. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38542-um-em-cada-cinco-brasileiros-com-15-a-29-anos-nao-estudava-e-nem-estava-ocupado-em-2022>. Acesso em: 26 jan. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência 2021**. Brasília: Ipea, 2021. 108 p.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retrato das Desigualdades: 21,2% das mulheres negras ocupadas não conseguem contribuir para a Previdência**. 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/15264-retrato-das-desigualdades-21-2-das-mulheres-negras-ocupadas-nao-conseguem-contribuir-para-a-previdencia>. Acesso em: 10 abr. 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Perfil da Juventude em Fortaleza**: aspectos socioeconômicos a partir dos dados do censo 2010. 57. ed. Fortaleza: Ipece, 2013. 20 p.

JÚLIO Brizzi: "A gente precisa criar ciclos positivos para jovens da periferia". **O POVO+**, Fortaleza, 2024. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/colunistas/vertical/2024/12/16/julio-brizzi-a-gente-precisa-criar-ciclos-positivos-para-jovens-da-periferia.html>. Acesso em: 15 abr. 2026.

JÚLIO Brizzi: Por uma Fortaleza da juventude pelas oportunidades. **O POVO+**, Fortaleza, 2021. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/jornal/opiniao/2021/01/11/julio-brizzi--por-uma-fortaleza-da-juventude-pelas-oportunidades.html>. Acesso em: 15 jan. 2026.

JUVENTUDE, Secretaria Nacional de (org.). **Agenda Juventude**. Brasília: Ipea, 2013. 47 p.

LAVALLE, Adrian Gurza; VERA, Ernesto Isunza. A trama da crítica democrática: da participação à representação e à accountability. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, [s. l.], n. 84, p. 95-139, 2011.

LIMA, Francisco Anderson Carvalho de; GUSSI, Alcides Fernando. Pode o subalterno avaliar? Possibilidades de um giro contra-hegemônico como opção descolonial no campo da avaliação de políticas públicas. **Revista Aval**, Fortaleza, v. 6, n. 20, p. 10-35, dez. 2021.

MAIA, Bruna Soraia Ribeiro; MELO, Vico Dênis Sousa de. A colonialidade do poder e suas subjetividades. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, p. 231-242, jul. 2020. Disponível em: file:///C:/Users/paulo/Downloads/30132-Texto%20do%20artigo-130814-1-10-20201105.pdf. Acesso em: 22 abr. 2025.

MIGNOLO, Walter D. O lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 1-18, jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 abr. 2025.

MILLS, Wright. **A imaginação sociológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. 246 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. 244 p.

MORGAN, D. **Grupo focal como pesquisa qualitativa: série de métodos de pesquisa qualitativa**. Londres: Sage Publications, 1997.

MORONI, José Antônio; CICONELLO, Alexandre. Participação social no governo Lula. Avançamos? In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (org.). **A Abong nas Conferências 2005 Criança e Adolescente - Assistência Social**. Brasília: Abong, 2005. p. 31-54. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/11465/207/1/ABONG_Conf_2005_%20Cn as_Conanda.pdf. Acesso em: 20 abr. 2025.

MOVIMENTO, Grupo em (org.). **Atlas das Juventudes: evidências para a transformação das juventudes**. São Paulo: Em Movimento, 2021. 387 p.

MULHERES, Onu. **Mais igualdade para as mulheres brasileiras: caminhos de transformação econômica e social**. Brasília: Teixeira Gráfica e Editora, 2016. 128 p. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/05/encarte-ONU-mulheres_2a-impressao_final.pdf. Acesso em: 19 abr. 2026.

OLIVEIRA, Erlon Albuquerque de; BARBALHO, Alexandre Almeida. Os Limites e as Possibilidades dos Cucas Enquanto Política Pública de Juventudes em Rede. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, [s. l.], v. 8, n. 20, p. 04-19, jan. 2018.

MENESES, Aérica de Figueiredo Pereira; FUENTES-ROJAS, Marta; ANTONA, Álvaro de Oliveira D'. Triangulação de métodos: estratégia metodológica na pesquisa interdisciplinar sobre o cuidado às pessoas vivendo com hiv/aids. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, São Paulo, v. 10, n. 1, p.

52-65, jan. 2018. Disponível em: file:///C:/Users/paulo/Downloads/52-65%20(1).pdf. Acesso em: 15 fev. 2025.

PAIS, José Machado. A construção Sociológica da Juventude: alguns contributos. **Análise Social**, Lisboa, v. 25, n. 105, p. 139-165, jun. 1990. Disponível em: file:///C:/Users/paulo/Downloads/analisesocial,+n105_07%20(1).pdf. Acesso em: 14 set. 2025.

PROGRAMA DO RUBÃO (Fortaleza). **Aprovado emenda do vereador Júlio Brizzi que inclui o tema Juventude na Lei Orgânica de Fortaleza**. 2021. Disponível em: <https://www.programadorubao.com.br/aprovado-emenda-do-vereador-julio-brizzi-que-inclui-o-tema-juventude-na-lei-organica-de-fortaleza/>. Acesso em: 25 fev. 2026.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 117-142. Disponível em: <http://www.liberdadeerevolucaoapopular.com.br/wp-content/uploads/2018/02/49715997-Colonialidade-do-poder-eurocentrismo-e-America-Latina-Anibal-Quijano.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2025.

RIBEIRO JUNIOR, João. **O que é Positivismo**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. 77 p.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Etnografia na Avaliação de Políticas Públicas: limites e possibilidades. **Revista de Ciências Sociais**, João Pessoa, v. 47, n. 13, p. 229-245, dez. 2017.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **Aval – Revista de Avaliação de Políticas Públicas**, Fortaleza, n. 1, p. 7-15, 2008.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2007. 176 p.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo, Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. O retorno do território. *In*: SANTOS, Milton. **Território globalização e fragmentação**. São Paulo, Hucitec, 1994.

SILVA, Maria Edna Bezerra; ANUCIAÇÃO, Diana; TRAD, Leny Alves Bonfim. Violência e vulnerabilização: o cotidiano de jovens negros e negras em periferias de duas capitais brasileiras. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 29, n. 3, p. 1-10, mar. 2024. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2024.v29n3/e04402023/#>. Acesso em: 13 set. 2024.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Avaliação de políticas e programas sociais: uma reflexão sobre o conteúdo teórico-metodológico da pesquisa avaliativa. *In*: SILVA, Maria Ozanira (org.). **Pesquisa avaliativa: aspectos teóricos metodológicos**. São Paulo: Veras Editora: São Luís: GAEPP, 2008, p. 89-177.

SOUZA, Lincoln Moraes de. **Três ensaios sobre avaliação de políticas públicas**. Natal: Edufrn, 2014. 100 p.

SZWAKO, José. Participar vale a pena, mas...: a democracia participativa brasileira vista pelas lentes da utopia. *In*: SOUTO, Anna Luiza (org.). **Novas lentes sobre a participação**: utopias, agendas e desafios. São Paulo: Instituto Pólis, 2012. p. 13-44.

TORRES JR., GUSSI, SILVA; NOGUEIRA. Avaliar em Profundidade. Dimensões Epistemológicas, Metodológicas e Experiências Práticas de uma Nova Perspectiva de Avaliação de Políticas Públicas. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 147-170, ago. 2020.

UNICEF. **Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil**. 2. ed. Brasília: Oficina 22 Estúdio Design Gráfico e Digital, 2024. 60 p. Disponível em: [https://www.unicef.org/brazil/media/30071/file/panorama-violencia-letal-sexual-contra-criancas-adolescentes-no-brasil-v04%20\(003\).pdf.pdf](https://www.unicef.org/brazil/media/30071/file/panorama-violencia-letal-sexual-contra-criancas-adolescentes-no-brasil-v04%20(003).pdf.pdf). Acesso em: 26 jan. 2025.

VALLA, Victor Vincent. Parte IV - Educação e participação popular: revendo o debate em torno da participação popular: ampliando sua concepção em uma nova conjuntura. *In*: BARATA, Rita Barradas; BRICENO-LEON, Roberto (org.). **Doenças endêmicas**: abordagens sociais, culturais e comportamentais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. p. 251-268. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/45vyc/pdf/barata-9788575413944-15.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2025.

VALLA, Victor Vicent; STOTZ, Eduardo N. **Participação popular e saúde**. Petrópolis: Serrana Ltda, 1989. 39 p. Disponível em: <https://www.victorvincentvalla.com.br/wp-content/uploads/PARTICIPA%C3%87%C3%83O-POPULAR-E-SA%C3%9ADE.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2025.

VEIGA, Luciana; GONDIM, Sônia Maria Guedes. A utilização de métodos qualitativos na Ciência Política e no Marketing Político. **Opinião Pública**, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 1-15, 2001.

VIANNA, Heraldo Marelim. A Prática da Avaliação Educacional: algumas questões metodológicas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 69, p. 40-47, maio 1989.

WEISS, Carol H. Have we learned anything new about the use of evaluation?. **American Journal of Evaluation**, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 21-34, 1998.

APÊNDICE A – INSTRUMENTOS DE ENTREVISTAS GERAIS (QUESTIONÁRIO ONLINE GOOGLE FORMULÁRIOS) PERGUNTAS GERAIS

20/04/26, 01:51

Questionário sobre a experiência de participação no Programa Bolsa Jovem.

Questionário sobre a experiência de participação no **Programa Bolsa Jovem.**

Caro(a) bolsista,

Agradecemos, primeiramente, sua disponibilidade em participar desta pesquisa por meio do preenchimento do questionário. Informamos que este formulário integra uma pesquisa do **Mestrado Acadêmico em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (UFC)**.

O estudo tem como objetivo avaliar o **Programa Bolsa Jovem** a partir da percepção dos(as) bolsistas que participaram do programa nos últimos anos. Sua contribuição é fundamental para a realização de uma avaliação mais justa, democrática e participativa da política pública.

* Indica uma pergunta obrigatória

1. Com qual gênero você se identifica? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Homem cisgênero
- ☐ Mulher cisgênero
- ☐ Homem trans
- ☐ Mulher trans
- ☐ não-binário
- ☐ Outro:

20/04/26, 01:51

Questionário sobre a experiência de participação no Programa Bolsa Jovem.

2. Como você se autodeclara em relação à sua raça/cor? **Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Branca
- ☐ Preta
- ☐ Parda
- ☐ Amarela
- ☐ Indígena
- ☐ Outro:

3. Qual idade que você tinha quando participou do Programa Bolsa Jovem? **Marcar apenas uma oval.*

- ☐ 15 à 20 anos.
- ☐ 21 à 25 anos.
- ☐ 26 à 35 anos.

20/04/26, 01:51

Questionário sobre a experiência de participação no Programa Bolsa Jovem.

4. Qual dos eixos do Programa Bolsa Jovem você fazia parte? **Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Arte e cultura
- ☐ Cidadania e Participação Social
- ☐ Ciência, Educação e Tecnologia
- ☐ Comunicação
- ☐ Comunidades e Povos Tradicionais
- ☐ Meio Ambiente e Sustentabilidade
- ☐ Políticas Recreativas e Lazer
- ☐ Saúde e Bem-estar
- ☐ Economia Criativa e Empreendedorismo
- ☐ Outro:

5. No período em que você foi bolsista, sua residência estava localizada em algum bairro que possuía um Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (CUCA)? **Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Sim
- ☐ Não

20/04/26, 01:51

Questionário sobre a experiência de participação no Programa Bolsa Jovem.

6. **Em qual Rede CUCA ou espaço formativo você desempenhava suas funções como bolsista?** *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ CUCA Barra
- ☐ CUCA Mondubim
- ☐ CUCA José Walter
- ☐ CUCA Jangurussu
- ☐ CUCA Pici
- ☐ Outro: _____

7. **Por quanto tempo você ficou como bolsista no Programa Bolsa Jovem?** *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ 1 ano
- ☐ 2 anos
- ☐ 3 anos ou mais

8. **Com que frequência semanal você desempenhava suas atividades como bolsista?** *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ 1 dia na semana
- ☐ 2 dias na semana
- ☐ 3 dias na semana
- ☐ 4 dias ou mais na semana

20/04/26, 01:51

Questionário sobre a experiência de participação no Programa Bolsa Jovem.

9. Em uma escala de 0 a 10, em que 0 representa “nenhuma contribuição” e 10 representa “contribuição máxima”, em que medida o Programa Bolsa Jovem contribuiu para o desenvolvimento das suas habilidades juvenis no eixo em que você participou? *

Marcar apenas uma oval.

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

10. Em uma escala de 0 a 10, em que 0 representa “nenhuma contribuição” e 10 representa “contribuição máxima”, em que medida o Programa Bolsa Jovem contribuiu para o seu desenvolvimento como cidadão após o término da bolsa? *

Marcar apenas uma oval.

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

11. Você enfrentou alguma dificuldade para cumprir as atividades obrigatórias durante o período de participação no programa? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

12. Na sua opinião, o processo de seleção do qual você participou foi justo e equitativo na escolha dos bolsistas? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
-

20/04/26, 01:51

Questionário sobre a experiência de participação no Programa Bolsa Jovem.

13. **Após o término da bolsa, você foi encaminhado(a) para algum emprego ou curso relacionado ao eixo formativo em que participou no programa?** *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

14. **Após o término da bolsa, você continuou a realizar atividades relacionadas ao eixo formativo em que participou no programa?** *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

15. **Você ainda mantém contato com outros bolsistas que participaram do programa juntamente com você?** *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

16. **Você acredita que programas como o Bolsa Jovem podem contribuir para a promoção da igualdade social?** *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim, eu acredito

☐ Não acredito

20/04/26, 01:51

Questionário sobre a experiência de participação no Programa Bolsa Jovem.

17. **Você acredita que programas como o Bolsa Jovem podem contribuir para a promoção da igualdade racial?** *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim, eu acredito

☐ Não acredito

18. **Na sua opinião, qual foi a principal mudança que o Programa Bolsa Jovem trouxe para a sua trajetória?** *

19. **Na sua opinião, qual é a importância do Programa Bolsa Jovem na vida da juventude de Fortaleza?** *

20. **Na sua opinião, quais melhorias poderiam ser implementadas no Programa Bolsa Jovem para os próximos editais?** *

APÊNDICE B – INSTRUMENTOS DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADAS.

Caro(a) bolsista,

Agradecemos, primeiramente, sua disponibilidade em participar desta pesquisa por meio das perguntas solicitadas. Informamos que esta entrevista-semiestruturada faz parte de uma pesquisa do Mestrado Acadêmico em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (UFC).

O estudo tem como objetivo avaliar o Programa Bolsa Jovem a partir da percepção dos(as) bolsistas negros que participaram do programa nos últimos anos. Sua contribuição é fundamental para a realização de uma avaliação mais justa, democrática e participativa da política pública.

Pergunta Gerais

- 1) Você pode falar um pouco sobre você (idade, escolaridade, bairro onde mora e como se declara racialmente)?
- 2) Como você teve acesso ao programa Bolsa Jovem?
- 3) Qual é a sua percepção, enquanto jovem negro (a), sobre políticas públicas como o Programa Bolsa Jovem voltadas à juventude periférica de Fortaleza?
- 4) Você acredita que o programa contribui para a promoção da equidade e justiça social? Como?
- 5) Quais mudanças o programa Bolsa Jovem trouxe para a sua trajetória pessoal?
- 6) De que forma sua participação no eixo Cidadania e Participação Social pode ter impactado sua formação?
- 7) Você percebe relação entre o que aprendeu no programa e sua vida cotidiana? Pode me citar exemplos?

- 8) Quais eram as principais atividades que você desenvolvia no programa?
- 9) Como essas atividades se articulavam com outros espaços da sua vida?
- 10) Durante a bolsa você participou de eventos, oficinas ou ações formativas?
- 11) De que forma a sua atuação no programa dialogava com sua realidade?
- 12) Na sua opinião, o que falta para que políticas públicas como essa sejam mais presentes nas periferias de Fortaleza?
- 13) De que maneira sua experiência no programa foi atravessada por questões de raça ou gênero?
- 14) Você acredita que é possível separar sua vivência no programa da sua identidade enquanto jovem negro (a)? Por quê?
- 15) Você enfrentou alguma dificuldade durante sua participação no programa?
Se sim, quais?
- 16) Você identifica falhas ou limitações na execução do Bolsa Jovem?
- 17) De que forma o programa contribui para o desenvolvimento das suas habilidades pessoais, sociais ou profissionais?
- 18) Você acredita que o programa fortaleceu seu senso de cidadania e participação social? Como?
- 19) O que você mudaria ou recomendaria no Programa Bolsa Jovem para que ele atendesse ainda mais a juventude periférica da cidade de Fortaleza?

**APÊNDICE C – INSTRUMENTOS DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADAS.
(IMPLEMENTADORES E GESTORES)**

- 1) Como se deu sua participação no processo de implementação do Programa Bolsa Jovem?
- 2) Qual foi seu papel específico dentro da Secretaria de Juventude ou do Observatório da Juventude?
- 3) De que forma sua atuação contribuiu para a articulação entre o programa e os jovens beneficiários?
- 4) Como ocorreu o processo de implementação do Programa Bolsa Jovem no âmbito da Secretaria da Juventude?
- 5) Quais foram os principais avanços e limitações observados durante a execução do programa?
- 6) Como se dava a relação entre o desenho institucional do programa e sua execução na prática?
- 7) De que forma o contexto-político, especialmente em períodos pré-eleitorais, influencia a continuidade de programas como o Bolsa Jovem?
- 8) Como você analisa a relação entre políticas públicas de juventude e as últimas gestões municipais da cidade de Fortaleza?
- 9) Na sua percepção, quais os impactos da descontinuidade dessas políticas para a juventude da capital?
- 10) Como você avalia os impactos do Programa Bolsa Jovem para a juventude de Fortaleza?
- 11) Quais elementos do programa você considera que deveriam ser mantidos em futuras iniciativas?
- 12) Quais recomendações você faria para o aprimoramento de políticas públicas voltadas à juventude do município?
- 13)

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui devidamente informado (a) sobre os objetivos, procedimentos, riscos e benefícios da pesquisa e que tive a oportunidade de esclarecer todas as minhas dúvidas. Autorizo voluntariamente minha participação na pesquisa acima descrita.

Nome completo do (a) participante: _____

Assinatura do (a) participante: _____

Local: Fortaleza/CE Data: ____/____/2025

Nome do pesquisador responsável: Paulo Victor da Silva

Assinatura do pesquisador: _____

Local: Fortaleza/CE Data: ____/____/2025

ANEXO A - GRUPO DOS EX-BOLSISTAS NO WHATSAPP PARA TROCA DE INFORMAÇÕES.



